

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**Iolanda Lopes de Oliveira**

**A LUTA “NA” TERRA: PLURIATIVIDADE E MULTIFUNCIONALIDADE  
COMO ALTERNATIVAS DE PERMANÊNCIA NO CAMPO AOS  
ASSENTADOS DE ZUMBI DOS PALMARES - MT**

Santa Maria, RS  
2016



**Iolanda Lopes de Oliveira**

**A LUTA “NA” TERRA: A PLURIATIVIDADE E MULTIFUNCIONALIDADE COMO  
ALTERNATIVAS DE PERMANÊNCIA NO CAMPO AOS ASSENTADOS DE ZUMBI  
DOS PALMARES - MT**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo), Área de Concentração Dinâmicas Territoriais do Cone Sul, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vera Maria Favila Miorin**

Santa Maria, RS  
2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Oliveira, Iolanda Lopes de  
A luta \ "na\ " terra: a pluriatividade e multifuncionalidade como alternativas de permanência no campo aos assentados de Zumbi dos Palmares-MT. / Iolanda Lopes de Oliveira.-2016.  
126 p.; 30cm

Orientadora: Vera Maria Favila Miorin  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2016

1. Assentamento rural 2. Pluriatividade 3. Multifuncionalidade 4. luta \ "na\ " terra I. Miorin, Vera Maria Favila II. Título.

---

© 2016

Todos os direitos autorais reservados a Iolanda Lopes de Oliveira. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: iolanda.loopes@hotmail.com

**Iolanda Lopes de Oliveira**

**A LUTA “NA” TERRA: A PLURIATIVIDADE E MULTIFUNCIONALIDADE COMO  
ALTERNATIVAS DE PERMANÊNCIA NO CAMPO AOS ASSENTADOS DE ZUMBI  
DOS PALMARES - MT**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo), Área de Concentração Dinâmicas Territoriais do Cone Sul, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**.

**Aprovado em 29 de janeiro de 2016:**

---

**Vera Maria Favila Miorin, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)

---

**José Adolfo Iriam Sturza Dr. (UFMT)**

---

**Gilda Maria Cabral Benaduce Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2016



## AGRADECIMENTOS

Registro meus agradecimentos à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pela oportunidade de realizar o mestrado em uma instituição de excelência no Ensino, na Pesquisa e na Extensão.

- Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) pela oportunidade de realizar a pesquisa.

- À Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa.

- À professora e orientadora Vera Maria Favila Miorin, pela dedicação e exemplo de professora e pesquisadora. Muito obrigada por todo incentivo.

- Ao professor e amigo José Adolfo Irian Sturza, por todo o incentivo, dedicação e paciência. Meu muito Obrigada.

- Aos professores que compuseram a banca responsável pelo exame deste trabalho.

- Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pelas colaborações durante o percurso.

- Aos assentados do Assentamento Zumbi dos Palmares, pela disponibilidade de tempo e acolhimento em seus lares durante o trabalho de campo.

- À minha família, que apesar da grande distância geográfica, sempre estive presente, nos bons e maus momentos. Muito obrigada pelo incansável apoio em relação às minhas escolhas.

- Aos meus amigos, que durante este período se tornaram minha família e me apoiaram em todos os momentos, tornando esta caminhada mais fácil.

- Ao professor Olavo José Bortolotto pelo cuidado e dedicação durante a correção da estrutura da língua portuguesa brasileira apresentada nesta dissertação.



## RESUMO

### **A LUTA “NA” TERRA: A PLURIATIVIDADE E MULTIFUNCIONALIDADE COMO ALTERNATIVAS DE PERMANÊNCIA NO CAMPO AOS ASSENTADOS DE ZUMBI DOS PALMARES - MT**

AUTORA: Iolanda Lopes de Oliveira  
ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera Maria Favila Miorin

A dinâmica do espaço geográfico torna-se cada vez mais complexa e mutável, e um de seus efeitos é notório na população residente em áreas rurais difundindo-se na diversificação das ocupações agrícolas e não agrícolas (pluriatividade), bem como nas novas funções atribuídas ao rural e à agricultura, que se consolidam para além da agropecuária. O aumento do fenômeno das atividades não agrícolas no rural faz com que estas atividades deixem de serem associadas somente ao agrícola, levando os agricultores a desenvolverem “novas” funções econômicas e sociais. Com maior interesse pelo “mundo” rural, há uma complexidade de objetos técnicos e de ações no campo, que trazem a necessidade de apreensão das múltiplas funções da agricultura. (multifuncionalidade). A pesquisa objetiva-se na análise da pluriatividade e da multifuncionalidade como alternativas no processo de luta “na” terra dos assentados de Zumbi dos Palmares no estado de Mato Grosso. O assentamento localizado no município de Dom Aquino, região sudeste do estado, foi fixado em um local em que as condições não permitem maior desenvolvimento, dificultando a reprodução social e econômica dos lotes familiares. Portanto, as alternativas analisadas possibilitam à complementação da renda e, conseqüentemente, a permanência das famílias nos lotes do assentamento, dando continuidade a vida e sua reprodução, ainda que de forma precária e distante de infraestrutura para acesso aos mercados, da assistência técnica, da assistência a saúde e da assistência a educação.

**Palavras-chave:** Assentamento Rural. Pluriatividade e Multifuncionalidade. Luta “na” Terra.



## ABSTRACT

### THE BATTLE "IN THE" LAND: PLURIACTIVITY AND MULTIFUNCTIONALITY AS AN ALTERNATIVE FOR THE SETTLERS FROM ZUMBI DOS PALMARES - MT STAYING IN THE FIELD

AUTORA: IOLANDA LOPES DE OLIVEIRA  
ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> VERA MARIA FAVILA MIORIN

The dynamics of geographical space becomes more and more complex and changeable, and one of its effects is well known in the population living in rural areas spreading on diversification of agricultural and non-agricultural occupations (pluriactivity) as well as the new tasks assigned to rural and agriculture, which are consolidated in addition to farming. The increase of the phenomenon of non-agricultural activities in rural areas makes these activities no longer to be associated only to the agricultural, inducing farmers to develop "new" economic and social functions. With increased interest to the rural "world", there is a complexity of technical objects and actions in the field, that is bringing the need to seize the multiple functions of agriculture. (multifunctionality). The research aims to analyze the pluriactivity and multifunctionality as alternatives in the process of battle "in the" land of the settlers called Zumbi dos Palmares in the state of Mato Grosso. The settlement located in the city of Dom Aquino, southeast region of the state, was set at a location where conditions do not allow further development, hindering social and economic reproduction of family plots. Therefore, the alternatives analyzed enable the supplementary income and hence the stay of families in settlement plots, keeping life and reproduction, even in a precarious way and far from infrastructure for market access, technical assistance, health care and education assistance.

**Keywords:** Rural Settlements. Pluriactivity and Multifunctionality. Battle "in The" Land.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da distribuição geográfica dos assentamentos rurais em Mato Grosso-1979 a 2012.....	19
Figura 2 – Gráfico dos assentamentos no estado de Mato Grosso no período de 1979 a 2013 .....	20
Figura 3 – Gráfico do número de famílias assentadas no estado de Mato grosso no período de 1979 a 2013 .....	21
Figura 4 – Mapa de localização geográfica do Assentamento Zumbi dos Palmares .....	25
Figura 5 – Fotografia da primeira ocupação do MST em MT-Fazenda Aliança no município de Pedra Preta em 14 de agosto de 1995 .....	30
Figura 6 – Fotografia do acampamento na fazenda experimental da EMPAER .....	31
Figura 7 – Fotografia da marcha do MST à Cuiabá-MT .....	32
Figura 8 – Fotografia da marcha do MST à Cuiabá-MT .....	32
Figura 9 – Fotografia do momento em que a marcha chega à sede do INCRA em Cuiabá-MT.....	33
Figura 10 – Fotografia da ocupação da sede do INCRA em Cuiabá-MT .....	34
Figura 11 – Fotografia da primeira colheita realizada em conjunto no Assentamento Zumbi dos Palmares-MT .....	34
Figura 12 – Fotografia da reunião dos assentados com a prefeitura de Dom Aquino-MT.....	35
Figura 13 – Fotografia de lavoura de milho no assentamento Zumbi dos Palmares-MT.....	36
Figura 14 – Croqui do assentamento Zumbi dos Palmares-MT .....	46
Figura 15 – Multifuncionalidade da agricultura, atividades e território.....	78
Figura 16 – Esquema da interface entre multifuncionalidade e pluriatividade.....	83
Figura 17 – Gráfico sobre principais pontos de comercio dos produtos do assentamentos Zumbi dos Palmares-MT .....	94
Figura 18 – Fotografia das condições precárias das vias de acesso ao assentamento Zumbi dos Palmares.....	95
Figura 19 – Fotografia das condições precárias das vias de acesso ao assentamento Zumbi dos Palmares.....	95
Figura 20 – Gráfico sobre os principais problemas enfrentados pela agricultura no assentamento Zumbi dos Palmares-MT.....	95
Figura 21 – Fotografia do prédio da agroindústria de beneficiamento da mandioca do assentamento Zumbi dos Palmares .....	97
Figura 22 – Empreendimento de beneficiamento de mandioca Palmares .....	98
Figura 23 – Fotografia de mulheres trabalhando na agroindústria de beneficiamento de mandioca no assentamento Zumbi dos Palmares, Dom Aquino-MT .....	98
Figura 24 – Fotografia da produção da agroindústria.....	98
Figura 25 – Fotografia de produção da agroindústria de beneficiamento de mandioca do assentamento Zumbi dos Palmares.....	98
Figura 26 – Fotografia dos tanques de criação do peixe no assentamento Zumbi dos Palmares .....	99
Figura 27 – Fotografia da criação e comercio do peixe no assentamento Zumbi dos Palmares .....	99

Figura 28 – Fotografia das instalações utilizadas para a manutenção do gado de corte.....	100
Figura 29 – Fotografia do gado de corte no assentamento Zumbi dos Palmares...	100
Figura 30 – Gráfico do valor da renda mensal agrícola/pecuária do assentamento Zumbi dos Palmares.....	101
Figura 31 – Gráfico do valor médio da renda não agrícola dos assentados de Zumbi dos Palmares.....	101
Figura 32 – Gráfico dos motivos que levaram a busca de atividades não agrícolas	102
Figura 33 – parte da reserva legal do assentamento.....	103
Figura 34 – Visão panorâmica da reserva legal coletiva do assentamento .....	103
Figura 35 – Nascente deteriorada.....	104
Figura 36 – Nascente preservada.....	104
Figura 37 – mesa de confraternização com produtos produzidos no assentamento	106
Figura 38 – Encontro de confraternização dos assentados .....	106

## LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Principais produtos comercializados no assentamento Zumbi dos Palmares.....	93
---	----



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>CAPITULO 1 – HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES E SUAS PECULIARIDADES.....</b>	<b>29</b>
<b>CAPITULO 2 – APORTE METODOLÓGICO NA INVESTIGAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO. ....</b>	<b>41</b>
2.1 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS ADOTADOS.....	43
<b>CAPITULO 3 – ATIVIDADES PLURIATIVAS E MULTIFUNCIONAIS NA ORDEM CAPITALISTA DE VIDA E MERCADO. ....</b>	<b>47</b>
3.1 A PLURIATIVIDADE E A MULTIFUNCIONALIDADE NA ORDEM CAPITALISTA SEGUNDO OS SOCIÓLOGOS .....	48
3.2 A PLURIATIVIDADE E A MULTIFUNCIONALIDADE NA ORDEM CAPITALISTA SEGUNDO OS ECONOMISTAS .....	59
3.3 A PLURIATIVIDADE E A MULTIFUNCIONALIDADE NA ORDEM CAPITALISTA SEGUNDO OS AGRÔNOMOS.....	65
3.4 A PLURIATIVIDADE E A MULTIFUNCIONALIDADE NA ORDEM CAPITALISTA SEGUNDO OS GEÓGRAFOS.....	69
3.5 DELIBERANDO O ENTENDIMENTO SOBRE MULTIFUNCIONALIDADE E PLURIATIVIDADE E SEU USO NA PRESENTE INVESTIGAÇÃO.....	73
<b>CAPITULO 4 – INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DAS ATIVIDADES DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES, SOB A INFLUENCIA DA PLURIATIVIDADE E MULTIFUNCIONALIDADE .....</b>	<b>91</b>
4.1 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DA PRODUÇÃO E RENDA DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES, DOM AQUINO – MT .....	93
4.2 ANÁLISE DOS ASPECTOS AMBIENTAIS E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS .....	102
4.3 ANÁLISE DA MANUTENÇÃO DO TECIDO SOCIAL E CULTURAL: “SER AGRICULTOR” .....	105
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>113</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>119</b>
<b>APÊNDICE A – FORMULÁRIO APLICADO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES - DOM AQUINO, MT.....</b>	<b>121</b>



## INTRODUÇÃO

O Brasil, desde o início de sua colonização apresenta um histórico marcado por políticas que beneficiam o crescimento da desigualdade social ao revelar séculos de favorecimento à formação de latifúndios por extensão. Estes são constituídos por grandes propriedades rurais de baixo aproveitamento econômico e social, em detrimento dos minifúndios, compostos por pequenas propriedades rurais densamente ocupadas e apresentando uma produção, por vezes incapaz de permitir a reprodução das famílias rurais e garantir sua permanência no meio rural.

No Estado de Mato Grosso, a história não ocorreu de forma diferente. O processo de ocupação, embora tardio, foi marcado por políticas favoráveis aos latifúndios, regular e irregularmente constituídos.

O processo de povoamento iniciado no século XVIII com o movimento bandeirante e a descoberta de minas de ouro, intensamente exploradas até o final daquele século, do processo de mineração sofreu um enfraquecimento levando mineiros, latifundiários e comerciantes a praticarem atividades diversificadas, como o criatório, o cultivo da cana de açúcar e, principalmente, o extrativismo da borracha na porção norte do Estado. Considera-se que as explorações econômicas, aliadas à baixa densidade populacional, favoreceram a formação de grandes propriedades que permitiram o aparecimento de latifúndios por extensão. Deste modo, houve a concentração de renda e poder nas mãos de poucos que formaram uma elite local.

Com o passar dos anos, muitas leis e decretos sobre a concessão de terras para a colonização priorizavam formar o povoamento do Estado, cuja propaganda alcançou outros países trazendo estrangeiros para o Estado. Considera-se que esta propaganda de povoamento foi uma forma de proporcionar a vinda espontânea de imigrantes sem custos para o Governo nacional. Entretanto, esta política teve pouco efeito, pois em 1907 a União Federal criou o Serviço de Povoamento do Solo Nacional, viabilizando os interesses do Estado de Mato Grosso ao incentivar a imigração estrangeira e promover a migração regional no País, o que também não surtiu os efeitos esperados.

Foi no governo de Getúlio Vargas (1930 e 1947) que a história do povoamento do estado do Mato Grosso assumiu rumos diferentes; o Governo Federal passou a incentivar a expansão das pequenas propriedades, dando início a um processo de colonização que ficou conhecido como a “Marcha para Oeste”, uma

política de distribuição de terras para trabalhadores rurais nacionais ou estrangeiros, objetivando a ocupação de espaços vazios do Território brasileiro e uma maior produção agropecuária para fins econômicos e evitar crises internas.

Com a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no ano de 1970, muitas áreas do estado de Mato Grosso foram federalizadas, passando o INCRA a ter sob seu domínio mais de 60% das terras mato-grossenses. Este órgão tornou-se responsável pelas terras devolutas e para dar destinos às mesmas segundo as diretrizes do “Estatuto da Terra”.

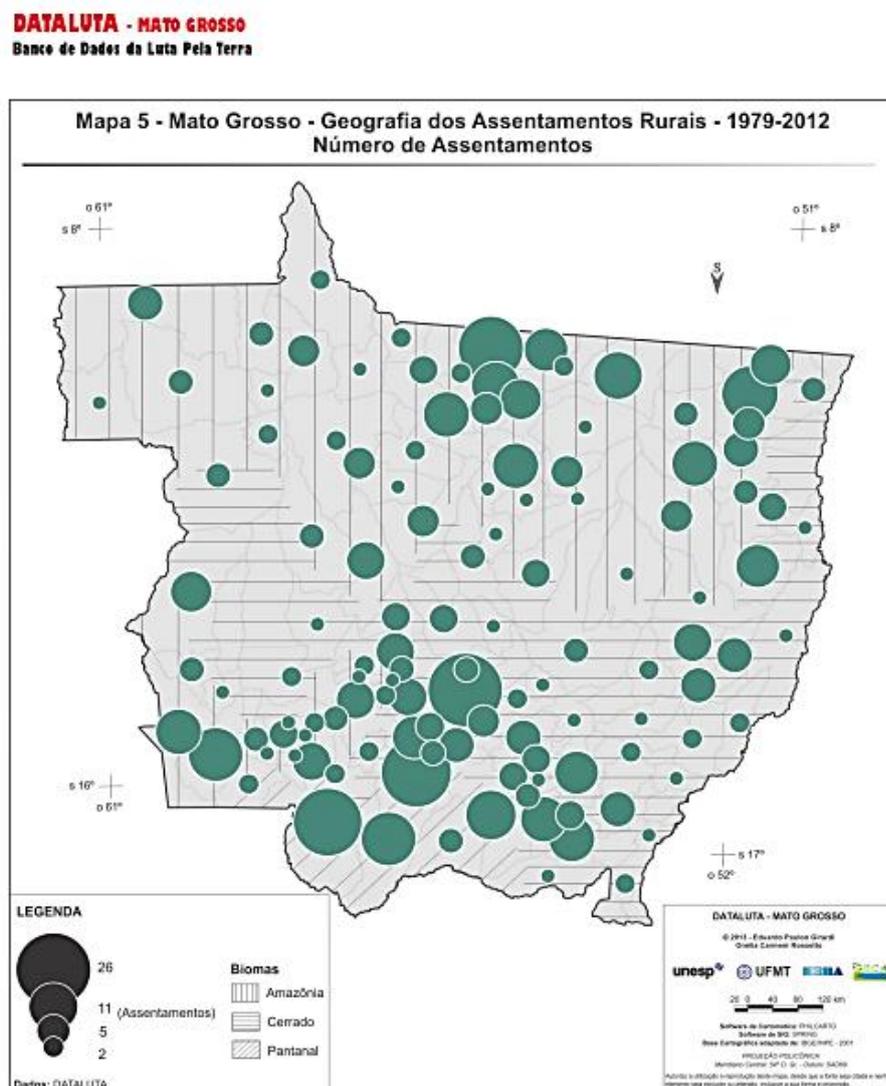
Considerado portal da Amazônia, o Mato Grosso passou a receber recursos de diversos programas especiais de desenvolvimento (PIN, PROTERRA, POLOCENTRO, POLOAMAZONIA e POLONOROESTE). Estes programas, segundo Moreno (2007) “serviram em primeira instância para patrocinar o acesso à terra na região pelos grandes grupos econômicos”. Isso porque eram eles que conseguiam os recursos destes programas.

Quanto à ocorrência da reforma agrária no Estado, principal instrumento do INCRA, na verdade se fez a regularização fundiária, com inúmeras expedições de títulos definitivos e licenças de ocupação. Consta que foram levantadas todas as áreas devolutas existentes na área do Estado, sob o domínio do INCRA, e registradas no Cartório Regional Imobiliário em nome deste órgão, o qual representava a União Federal, para então começar o processo de distribuição de terras. Porém, apesar do surgimento das primeiras tentativas de reverter a situação de favorecimento às grandes propriedades, as políticas em favor da reforma agrária e dos pequenos produtores nunca obtiveram suporte político necessário para sua concreta efetivação.

Atendendo ao histórico de formação das propriedades mato-grossenses, de sempre favorecerem a grande propriedade, torna-se possível compreender as raízes da estrutura fundiária do Estado. Contudo, neste cenário de grandes propriedades observa-se a presença e o desenvolvimento de uma pequena agricultura familiar, sendo que grande parte desta agricultura familiar é originária de assentamentos rurais. No Brasil, como no Mato Grosso, os assentamentos rurais foram criados como alternativa para a diminuição dos conflitos de terra que se intensificaram por todo o território nacional entre as décadas de 1960 e 1990, como tentativa de amenizar a falta de planejamento agrário do Brasil. No período compreendido entre 1979 e 2012 foram criados 578 assentamentos rurais em todo o estado de Mato

Grosso, envolvendo 85.620 famílias, em uma área total de 6.276.385 hectares, de acordo com os dados do “DataLuta”, publicados em 2012 (Figura 1). Destes assentamentos, 73,0% foram criados pelo Governo Federal (INCRA), 24,0% pelo Governo Estadual (Intermat) e 3,0% foram iniciativas Municipais.

Figura 1 – Mapa da distribuição geográfica dos assentamentos rurais em Mato Grosso-1979 a 2012

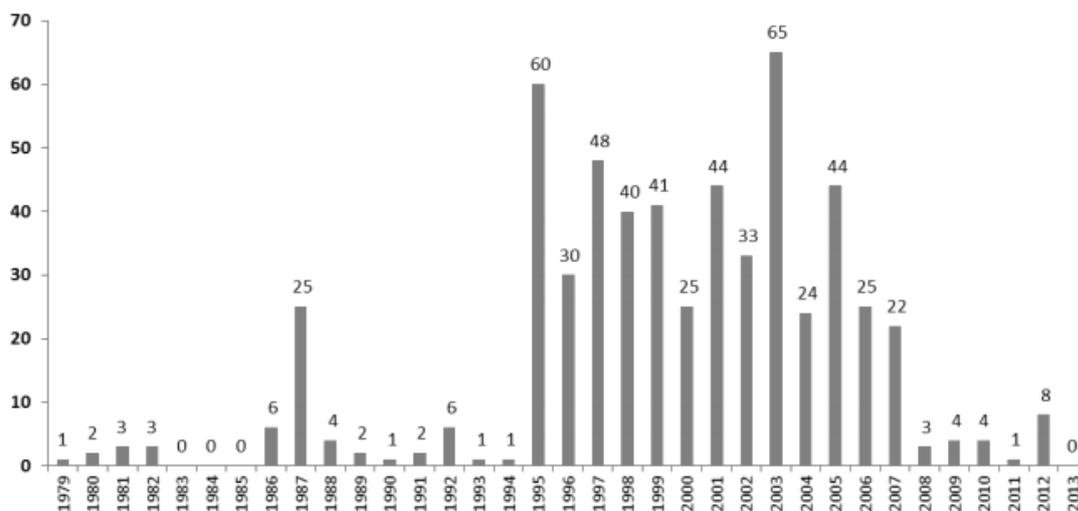


Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – Mato Grosso: Relatório 2012.

Ferreira et al., (2009) afirmam que o quadro dos assentamentos rurais em Mato Grosso reflete o significado das lutas sociais no Estado. Os autores, realizando uma análise do panorama dos assentamentos até o ano de 2009, chamam a atenção para o período entre 1986 e 1996, abrangido pelo Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA) em Mato Grosso e as políticas de assentamento dos

Governos federal: Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, onde a criação dos assentamentos concentra-se no ano de 1987 e, posteriormente, 1995/96, (Figuras 2 e 3).

Figura 2 – Gráfico dos assentamentos no estado de Mato Grosso no período de 1979 a 2013

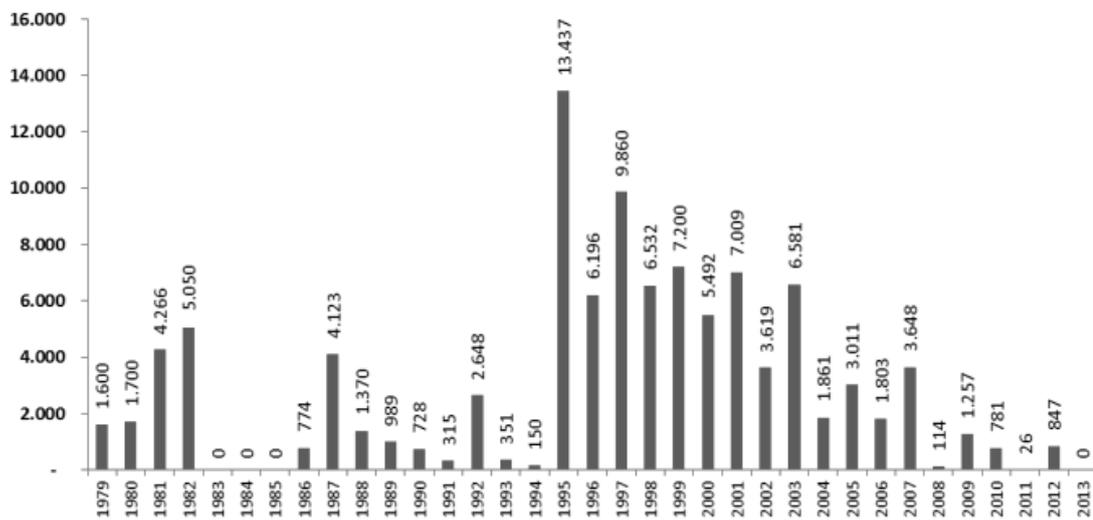


Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2014. [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera).

Como consequência, estes números se refletem também na quantidade de famílias assentadas ao longo do período em análise no território mato-grossense.

Os autores (Op cit., 2009) atribuem o crescimento do número de assentamentos e famílias assentadas no Estado de Mato Grosso, após 1995, a uma resposta política dos governos Estadual e Federal às mobilizações dos movimentos de trabalhadores rurais sem terra e às lutas localizadas dos movimentos autônomos pela terra que se multiplicavam por meio dos acampamentos rurais. Contudo, apesar dos números indicarem um aumento de assentamentos, principalmente na última década do século XX e início do século XXI, de acordo com Lamera e Figueiredo (2008) em geral, constata-se a carência de infraestrutura, de acesso ao crédito e a serviços básicos.

Figura 3 – Gráfico do número de famílias assentadas no estado de Mato grosso no período de 1979 a 2013



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2014. ([www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)).

Para Bergamasco et al. (1997), os assentamentos de reforma agrária são ambientes estratégicos e se constituem em um novo modelo de integração da população rural, um contexto preciso de redistribuição da propriedade fundiária, tendo como origem a transferência dos beneficiários e, conseqüente necessidade de readaptação a um novo espaço de vida e trabalho.

A criação dos assentamentos rurais envolveu a concepção de como deve ser gerada a propriedade agrícola para os pequenos produtores rurais, projeto este que se relaciona com os diversos atores envolvidos e está vinculado a vários conflitos na luta pela terra e a permanência nela. Em um assentamento a produção ocorre de maneira diferente das demais formas de propriedades, uma vez que, nos assentamentos procura-se construir uma comunidade coletiva, envolvendo as famílias assentadas.

Por outro lado, entre os indivíduos, assentados, do grupo que forma um assentamento, ocorrem diversos predicados de cooperação, tais como: confiança e solidariedade entre vizinhos; troca de ideias sobre experimentação de cultivos; aquisição de utensílios; trabalho coletivo na construção do que servirá a todos, como: encanamento de água, reservas ambientais, estradas, etc.. Os assentados são induzidos a esta coletividade/cooperativa devido à necessidade de estabelecerem “bases para o futuro”, ou seja, permitir a ocorrência de algo como a presença de agro cooperativa movida pela ajuda mútua de seus indivíduos.

Assim, a produtividade nos assentamentos depende muito da produção, organização e comercialização. A produção de um assentamento vai depender dos recursos naturais, financeiros e humanos para atingir uma boa produtividade. Quanto à organização, o assentamento deve estar estruturado de forma a garantir a produtividade através da cooperação e modelos específicos para melhorar a produção em sua região. Neste caso, as formas de economia solidária representam uma das melhores alternativas para produção e mercado dos produtos.

Os assentamentos rurais compõem experiências inovadoras na gestão dos territórios, na medida em que permitem às famílias assentadas a (re) criação de modos de vida ligados ao espaço rural, influenciando e modificando o entorno em que são implantados (FERRANTE et al., 2005). Dentre os desdobramentos regionais da criação de assentamentos, destacam-se a diversificação e o barateamento dos gêneros alimentícios, principalmente em regiões de monoculturas extensivas destinadas à indústria; o incremento dos serviços públicos de saúde, educação, transporte, e previdência; a dinamização das economias regionais, seja pela maior circulação de produtos agrícolas nos mercados, seja pelo aporte de recursos por intermédio dos programas de financiamento, e a diversificação da paisagem (HEREDIA et al., 2002). Desta maneira, os assentamentos rurais podem ser entendidos como um espaço-território em construção, dinâmico e conflituoso, onde os distintos projetos familiares, embasados por suas diferentes subjetividades, se cruzam, cotidianamente, entre si, e com os projetos (im) postos pelos agentes estatais ou do mercado (FARIAS, 2008).

É sabido que o uso e a ocupação das terras nos assentamentos rurais estão condicionados às características ambientais e socioeconômicas de cada propriedade e da região onde se encontra. Portanto, as condições geográficas de ordem natural e social influenciam diretamente na manutenção e na reprodução social dos assentados, por isso a implantação de assentamentos rurais necessita de maior atenção e da análise de uma série de fatores, pois, apenas conceder o acesso a terra não significa que esse assentado consiga permanecer e retirar o sustento e manutenção da família no meio rural.

O Brasil, por ser um país com dimensões continentais e apresentar uma heterogeneidade em seu processo de desenvolvimento, não pode ser avaliado de forma homogênea, existem enormes diferenças regionais e até mesmo locais que impõem análises particularizadas. Diante desta não uniformidade de tratamento aos

projetos de assentamento, os resultados globais para um país de extensão como o Brasil ignoram os problemas locais. Portanto, conhecendo as especificidades próprias do estado de Mato Grossos e, principalmente, do Assentamento Zumbi dos Palmares-MT, seus problemas, os resultados alcançados e o seu local para então compará-los com assentamentos de mais tempo de história em outras realidades encontradas no Estado e, em outras regiões brasileiras, tem-se um interessante laboratório de estudo e aprendizagem.

Assim, o local de pesquisa é o assentamento Zumbi dos Palmares, localizado no município de Dom Aquino-MT a 13 km a sudeste da cidade, nas proximidades do distrito de Entre Rios, entre as coordenadas de 15° 53' 26" S e 54° 52' 20" O, com altitudes médias entre 200–300m.

O acesso à área de estudo é possibilitado através das rodovias federais: BR-070, BR-163 e BR-364, que ligam o Estado de Mato Grosso ao centro e à região sudeste do País. Do município de Dom Aquino partem as rodovias distritais DA-11 e DA-12 na direção do Distrito de Entre Rios e do Assentamento de Zumbi dos Palmares.

O município encontra-se na mesorregião Sudeste Mato-Grossense, e na Microrregião de Rondonópolis. A cidade de Dom Aquino limita-se ao norte com Campo Verde e Primavera do Leste; a Oeste, com o município de Jaciara; ao Sul com São Pedro da Cipa e a Leste, Poxoréu. A distância da capital Cuiabá é de 172 km. (Figura 4). A cidade de Dom Aquino, atualmente, possui uma população de 8.066 habitantes, sendo 1.613 residentes em área rural. A cidade de Campo Verde tem população de 36.800 pessoas, sendo 6.117 em área rural. A cidade de Primavera do Leste possui população de 56.450, sendo 2.795 na área rural. A cidade de Jaciara apresenta população de 26.281 pessoas, com 2.024 pessoas residindo em área rural. São Pedro da Cipa tem população de 4.393 pessoas e 455 na área rural. A cidade de Poxoréu apresenta população de 16.677, e 5.676 vivendo em área rural.

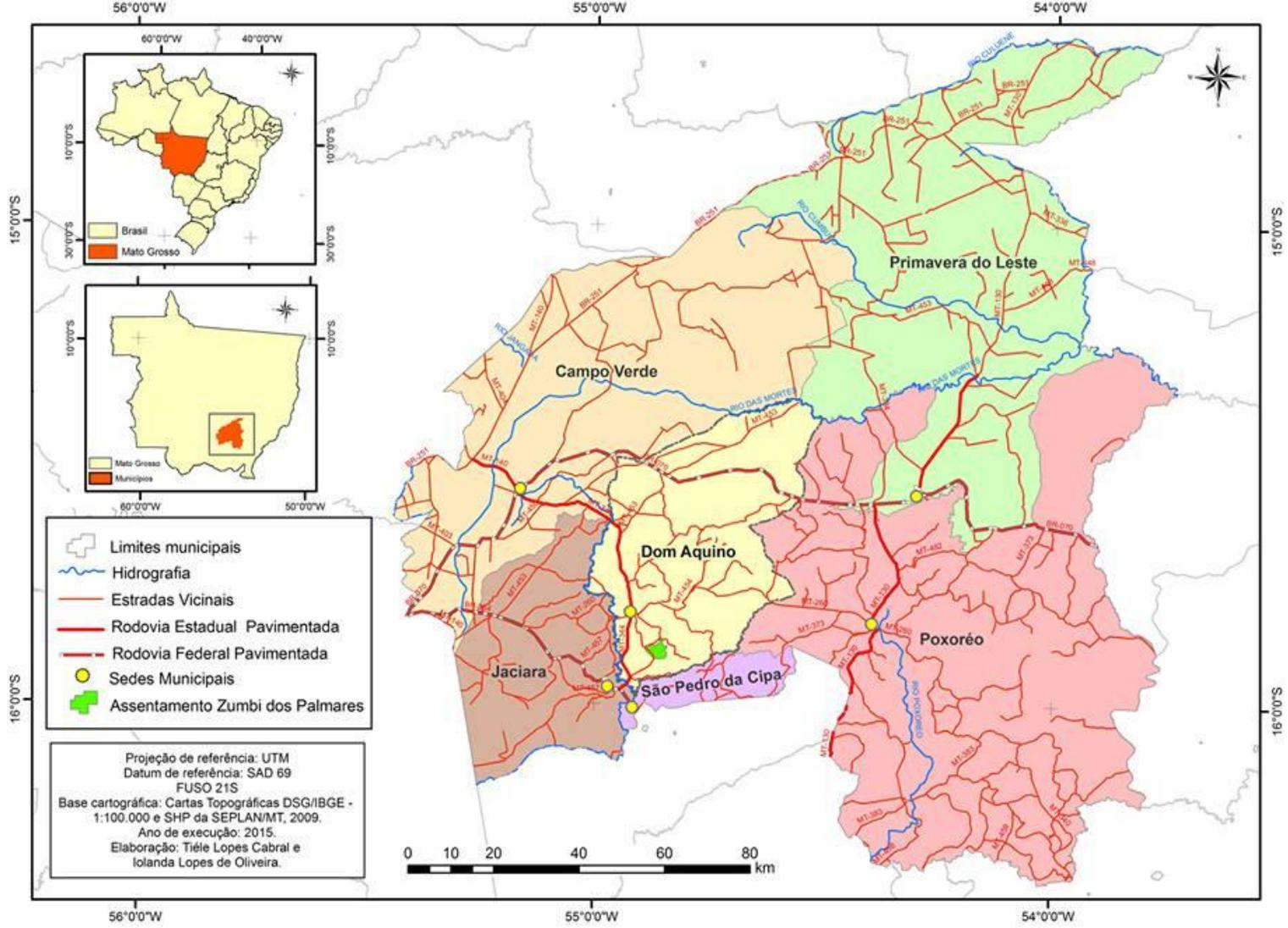
O assentamento foi criado em 1996, depois de uma negociação realizada entre o INCRA e o proprietário da antiga fazenda. O órgão adquiriu a posse da antiga fazenda e implantou o assentamento. Foram Assentadas 47 famílias, que já vinham de um processo de luta pela terra, ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O assentamento dispõe de uma área de 560 alqueires. No banco de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o

assentamento esta cadastrado com o nome de PA Paraíso, porém em reuniões internas, os moradores decidiram pela troca do nome, para homenagear uma figura importante da história brasileira que foi Zumbi dos Palmares, mas institucionalmente essa troca ainda não foi realizada, dificultando a pesquisa, pois as informações ficaram desconhecidas.

Desde muitos anos faltaram ações de apoio consistente das autoridades competentes para o desenvolvimento dos assentamentos rurais, essencialmente a partir dos atos iniciais de reforma agrária do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Isto provocou uma série de demandas nos assentamentos, especificamente referentes à infraestrutura, saúde, educação, organização interna da produção entre outras ações não atendidas. O assentamento foi criado há dezenove anos, em uma região que não se constitui em um mercado consumidor adequado aos produtos do assentamento.

As cidades próximas apresentam baixo índice populacional possuindo características de cidades interioranas, os terrenos urbanos têm espaços suficientes para o desenvolvimento de lavouras, hortas e criação de aves e animais, como suínos e cabras entre os animais de porte médio e pequeno. Além disto, encontram-se nas redondezas lotes grandes e inúmeras chácaras que possibilitam a produção de hortifrutigranjeiros e, conseqüentemente, a subsistência familiar. Neste contexto os produtos do assentamento encontram escassas possibilidades de comercialização e, quando ela ocorre, o lucro obtido inviabiliza, na maioria das vezes, o processo produtivo que requer a aplicação de recursos financeiros e tempo de espera da produção até a sua fase final. Como agravante ao processo de comercialização tem-se as vias de acesso do assentamento com as cidades. O acesso se faz por meio de estradas vicinais rudimentares desprovidas de qualquer pavimentação e apresentando péssimas condições, em períodos chuvosos.

Figura 4 – Mapa de localização geográfica do Assentamento Zumbi dos Palmares



Outro fator problemático na região onde se encontra o assentamento é a ausência de assistência técnica e extensão rural, adequadas à realidade local. Os profissionais que trabalham como extensionistas são formados em diversas áreas e atuam como agentes de desenvolvimento rural, levando às famílias rurais tecnologias mais produtivas, com menores custos e mais rentáveis, fazendo com que estas famílias possam continuar vivendo no meio rural. Por outro lado é deficiente o atendimento aos assentados bem como a presença de orientação a serviços essenciais aos assentados rurais, acarretando inúmeros problemas e, assim, dificultando a permanência das famílias nos assentamentos.

Estudos recentes apontam uma realidade crescente de assentamentos rurais em todo o Brasil e eles se caracterizam pela heterogeneidade das famílias assentadas, as pessoas que formam estes assentamentos apresentam origens distintas, muitas vezes vindas de outros estados brasileiros, além de que muitas delas nunca tiveram contato anterior com meio rural e nem com as lidas de campo: lavoura e criação (realidade que se apresenta no Assentamento Zumbi dos Palmares-MT). Tais fatores dificultam ainda mais a permanência e manutenção das famílias no campo, pois não sabem como lidar com as dificuldades locais, além disso, as dificuldades são agravadas por não conhecerem a realidade de determinada região onde estão inseridas. Por esse motivo a assistência técnica deveria ser mais abundante e presente apoiando assiduamente os assentados, para que se mantenham na propriedade e se adaptem às peculiaridades locais.

Outro problema grave no assentamento é a falta de água, apenas em 2010 foram abertos dois poços artesianos para suprir as necessidades, porém a água, segundo os assentados é imprópria para uso, tornando necessária a ocorrência semanal de um carregamento de dois caminhões pipas para abastecer os moradores com água. Contudo essa quantidade é suficiente apenas para manter as necessidades básicas. Uma saída encontrada pelos moradores refere-se ao compartilhamento de nascentes existentes no assentamento, bem como de poços artesianos nas propriedades capazes de amenizar, de certa forma o problema, por se constituir em uma solução temporária e por não atender à totalidade das necessidades dos assentados.

Em relação à saúde e educação, os hospitais mais próximos encontram-se: na cidade de Dom Aquino, a 13 km de distância do assentamento e na cidade de Jaciara a 15 km de distância. Existe uma escola apenas em nível fundamental

localizada a dois km, no distrito de Entre Rios. Os jovens têm de se deslocar as cidades próximas para dar continuidade aos estudos.

Desde a criação do assentamento até o último trabalho de campo realizado em dezembro de 2014, constatou-se que 74% dos proprietários haviam vendido seus lotes, restando apenas 36% dos assentados que foram moradores selecionados pelo INCRA. Diante desta realidade, e levando em consideração todos os problemas elencados, os assentados começaram a inserir em seu contexto outras atividades que lhes permitissem a obtenção de renda no processo e até mesmo de acumulação de renda, fenômeno conhecido por pluriatividade, no qual as famílias passam a desenvolver atividades agrícolas e não agrícolas procurando agregar renda, visto que apenas algumas atividades agropecuárias não garantem a manutenção das famílias, sendo insuficientes à permanência na terra.

Compreende-se que após passarem por um longo processo de luta “pela” terra, vivendo em condições precárias em acampamentos por longos períodos, os assentados se veem obrigados a enfrentar outro processo, o de luta “na” terra, pois apenas conceder o direito à terra não significa que esse assentado consiga se reproduzir socialmente.

Ao serem inseridos na realidade dos assentamentos, os assentados geralmente não são detentores de capital, mas apenas de algumas economias necessárias para atender às necessidades imediatas. Portanto, o processo de empobrecimento é rápido ao se depararem com as precárias condições, como a má qualidade de terras, lotes pequenos, ausência de créditos e assistência técnica. Acrescenta-se também o distanciamento dos centros urbanos afastados das áreas rurais, necessidade de complementar a renda com trabalhos exógenos à propriedade, carência de serviços sociais essenciais, como saúde e educação, entre outros itens fundamentais para evitar desistências e para manter a permanência, do ponto de vista social e econômico, dos agricultores assentados do meio rural.

Entretanto, esta preocupação é recente. O INCRA a partir dos anos 1990 e do Governo de Fernando Henrique Cardoso mencionava em seu Relatório do ano 2000, que o processo de assentamento somente estaria completo quando os beneficiários estivessem inseridos no mercado de forma competitiva, reconhecendo a importância fundamental da viabilização de serviços básicos e de infraestrutura. Isto comprova que apenas o acesso à terra não é suficiente, é preciso apoio governamental para que os assentamentos possam permanecer nela; assim a luta

“pela” terra passou a ser a luta “na” terra. Em decorrência, a pesquisa apresenta como objetivo geral estudar o processo de luta “na” terra, através de atividades pluriativas e multifuncionais, no Assentamento Zumbi dos Palmares, Dom Aquino-MT. Para atender a esse objetivo faz-se necessário: caracterizar o sistema de produção agropecuário do Assentamento e o perfil socioeconômico dos produtores; definir a presença de atividades pluriativas e multifuncionais ocorridas como formas de sobrevivência determinando o processo de luta “na” terra e analisar a conjuntura socioeconômica da agroindústria de beneficiamento da mandioca na agregação de renda aos assentados e a capacidade desta produção frente à absorção do mercado local e regional.

A delimitação da área de estudo, permitiu obter informações sobre hidrografia, malha viária, áreas urbanas e manchas suburbanas de aproximação e a determinação dos limites municipais, valendo-se dos arquivos do banco de dados da Secretaria de Planejamento do estado de Mato Grosso – SEPLAN-MT e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que possuem as malhas cartográficas dos municípios da federação. Além disso, foram obtidas informações das cartas topográficas DSG 1:100.000. Para a delimitação e espacialização do Assentamento Zumbi dos Palmares foi utilizada a imagem de satélite Landsat-8, bandas RGB: 4, 3 e 2, órbita 225/071, de julho de 2014. Todas as informações cartográficas levantadas possibilitaram a elaboração dos mapas de localização no software ArcGis 9.3.

## **CAPITULO 1 – HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES E SUAS PECULIARIDADES**

Este capítulo, de forma abreviada, tem a pretensão de expor a questão da luta agrária brasileira e como ocorreu a conquista da terra de trabalho e de vida, o primeiro assentamento no estado de Mato Grosso, em uma região determinada por frentes pioneiras de ocupação e expansão do agropecuário brasileiro.

A questão agrária no Brasil não é nova, assim como o problema da reivindicação por uma Reforma Agrária. De acordo com Ranieri (2003), a concentração da posse da terra tem sua origem desde o descobrimento do país. O estado de Mato Grosso está entre os estados brasileiros com a maior concentração de terras, o que gerou muitos conflitos sociais de luta pela terra no estado, segundo Maitelli (2005) os primeiros conflitos de sem-terra, no estado, ocorreram no município de Lucas do Rio Verde. No início de 1990 foram registradas, no Mato Grosso, 270 áreas de tensão social, envolvendo mais de 40.000 famílias de trabalhadores rurais que lutavam por um pedaço de terra. Entre os anos de 2000 e 2013, foram registradas mais de 500 áreas de tensão social, envolvendo mais de 200.000 pessoas.

Tratar da origem do assentamento Zumbi dos Palmares significa necessariamente abordar o tema do surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST no estado de Mato Grosso. Isto porque o assentamento é oriundo da primeira ocupação organizada pelo MST, quando o movimento chegou ao Mato Grosso, no ano de 1995, na região de Rondonópolis, realizando a ocupação da Fazenda Aliança no município de Pedra Preta e contando com mais de 1.100 famílias (Figura 5).

Figura 5 – Fotografia da primeira ocupação do MST em MT-Fazenda Aliança no município de Pedra Preta em 14 de agosto de 1995



Fonte: RECK, 2005. Data: 1995.

A partir da ocupação, várias etapas se sucederam até a formação do Assentamento. Foram realizadas as primeiras reuniões; o despejo; os novos acampamentos; a caminhada de Rondonópolis até a Capital Cuiabá (230 km); o acampamento diante do Palácio do Governo Estadual; do INCRA; as mesas de negociações; as escolhas das áreas a serem destinadas aos assentamentos. A seguir, novas etapas surgiram: o novo acampamento sobre a terra a ser partilhada, o plantio inicial, a divisão dos lotes, a liberação de recursos para a construção das moradias e para o plantio.

O acampamento foi, para muitos, a esperança de voltar a ter uma vida rural, com base nos costumes e vivências a que sempre estiveram acostumados, e um pedaço de terra para retirar o sustento de forma independente.

Em Pedra Preta, os acampados permaneceram por trinta dias e saíram devido a uma ordem de despejo. Neste contexto, os diretores do acampamento conseguiram acordo com o Governo do estado de Mato Grosso e passaram a ocupar uma área experimental da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER) (Figura 6).

Figura 6 – Fotografia do acampamento na fazenda experimental da EMPAER



Fonte: Rocha (2014). Data: 1994.

Na Fazenda Experimental da EMPAER os acampados permaneceram por 15 meses e, neste período, nem uma área foi desapropriada no Estado para Reforma Agrária e assentamento das famílias.

Frente à dificuldade de negociação do INCRA no que se refere à distribuição de terras no estado de Mato Grosso, em 1996 foi organizada uma marcha procurando sensibilizar a sociedade e as autoridades para a necessidade da Reforma Agrária no estado. Esta marcha teve a participação de vários acampados. (Figura 7 e 8)

Durante a caminhada de 230 km até a capital Cuiabá, ocorreu uma tragédia: o atropelamento proposital, segundo as testemunhas, do militante Geraldo Pereira de Andrade. Neste momento a caminhada foi paralisada, e após ser encaminhado ao hospital, aonde já chegou sem vida, o corpo foi encaminhado para a cidade de Dom Aquino, onde ele residia, e sepultado.

Figura 7 – Fotografia da marcha do MST à Cuiabá-MT



Fonte: Reck (2005). Data: 1996.

Figura 8 – Fotografia da marcha do MST à Cuiabá-MT



Fonte: Reck (2005). Data: 1996.

Após o sepultamento, a marcha seguiu rumo a capital e no dia 31 de julho de 1996, os dois grupos se encontraram. (O grupo que estava acampado na área experimental da EMPAER chamado de Zumbi dos Palmares, e o segundo grupo vindo do município de Cáceres denominado Margarida Alves).

Nessa manifestação houve a ocupação da sede do INCRA durante três meses (Figura 9).

Figura 9 – Fotografia do momento em que a marcha chega à sede do INCRA em Cuiabá-MT



Fonte: Reck (2005). Data: 1996.

Após a concessão das terras, as famílias seguiram para as áreas que dariam origem aos novos assentamentos. No relato de dona Aparecida é possível entender como foi este novo processo de lutas junto aos lotes: *“Quando a gente chegou aqui no Assentamento, tudo era capim, capoeirão. Tudo que a gente tem hoje vem do INCRA, mas não é o INCRA que deu não, a gente que teve que correr atrás, fazer manifestação, ocupação.”*

As manifestações resultaram na desapropriação de cinco áreas localizadas na região sul do Mato Grosso em três municípios, Rondonópolis, Pedra Preta e Campo Verde e foram destinadas à Reforma Agrária. As famílias acampadas ficaram distribuídas nestas áreas, denominadas de pre-assentamentos. Porém, das mais de 1.100 famílias que participaram da ocupação na Fazenda Aliança, muitos desistiram durante o processo, restando 600 famílias a serem assentadas e dessas, 47 famílias foram designadas a uma área denominada Zumbi dos Palmares, nome dado ao grupo que marchou até a cidade de Cuiabá (Figura 10 e 11).

Figura 10 – Fotografia da ocupação da sede do INCRA em Cuiabá-MT



Fonte: Reck (2005). Data, 1996.

Figura 11 – Fotografia da primeira colheita realizada em conjunto no Assentamento Zumbi dos Palmares-MT



Fonte: Dona Aparecida (moradora do Assentamento Zumbi dos Palmares) 1996.

Dona Aparecida segue explicando as dificuldades enfrentadas: *“No começo não tinha nem estrada, a gente teve que fazer mobilização pra fazer as estradas. Fomos pra frente da prefeitura e só saímos de lá com a resposta deles. (...) a mesma coisa foi com a compra de material para fazer as casas, o INCRA, depois de*

*muita luta deu 2000 reais e a prefeitura ajudou com os pedreiros. A gente comprou o material coletivo e foi se ajudando. (...) a energia aqui no assentamento só veio depois de 5 anos de lutas. (...) todo mundo ficou na seca muito tempo ai fizemos uma ocupação na prefeitura e conseguimos um trator para puxar a água” (Figura 12).*

Figura 12 – Fotografia da reunião dos assentados com a prefeitura de Dom Aquino-MT



Fonte: Dona Aparecida (moradora do assentamento Zumbi dos Palmares) 1996.

Quando indagada sobre a elevada venda de terras promovida pelos assentados dona Aparecida responde: *“Mão frouxa do Inca’. (...) As pessoas não viam muitas oportunidades aqui, e quase não tinha como produzir e ai eles vendem.”*

Em relação à pluriatividade tão crescente no Assentamento, dona Aparecida aponta algumas motivações: *“(...) antigamente, bem no inicio do assentamento, a atividade era a agricultura, hoje não adianta mais plantar, o povo aqui é muito refém do leite. (...) As pessoas vão para os assentamentos e querem imitar os grandes, hoje já tem os “agronegócios” dentro dos assentamentos. Dai vendem o leite para comprar tudo de comer” (Figura 13).*

Figura 13 – Fotografia de lavoura de milho no assentamento Zumbi dos Palmares-MT



Fonte: Dona Aparecida (moradora do Assentamento Zumbi dos Palmares) 1997.

*(...) a gente não tem assistência técnica, não tem água potável e não tem pra quem vender porque a legalização hoje esta muito pesada pra produtos da agricultura familiar, depois que essas grandes empresas entraram, como a Sadia aqui, ai tudo fica mais difícil. Quem ta aqui hoje é porque ama muito isso e sabe o quanto foi difícil pra conseguir.*

Procurando caracterizar as questões socioeconômicas das famílias assentadas, buscou-se apoio a partir de visitas, diálogos e aplicação de questionários junto a 13 famílias disponíveis.

Foram realizadas visitas às propriedades com o intuito de conhecer a realidade local, facilitando, assim, a compreensão do problema em análise. As visitas compõem uma das primeiras etapas da pesquisa. Assim, foi possível avaliar a situação particular de cada família e apreender suas particularidades, tanto em relação às características socioeconômicas, quanto culturais. Tais ações proporcionaram maior aproximação do pesquisador com os assentados, facilitando, posteriormente, a convivência e os diálogos que compõem parte importantíssima da pesquisa, pois é nestes momentos que ocorre maior aproximação entre pesquisador e pesquisado, podendo-se perceber, na fala de cada pessoa, situações particulares que podem explicar as possíveis causas do problema em análise.

Posteriormente, foi aplicado um formulário junto a 13 famílias antes visitadas, para obter mais informações e assim realizar a caracterização desses assentados revelando a real situação do Assentamento Zumbi dos Palmares-MT.

As análises dos questionários aplicados junto à 13 famílias revelaram a totalidade de 34 pessoas existentes no Assentamento, distribuídas, aproximadamente, com 2,5 pessoas por família, ou seja: 12% até 15 anos de idade, 73% de 15 a 59 anos de idade e 15% acima de 60 anos de idade. Quanto ao gênero 52% são homens e 48% mulheres. Quanto à origem, os assentados são provenientes de diversas áreas. A maioria dos moradores veio do estado de Minas Gerais (24%), seguido por Mato Grosso (23%), Bahia (9%), Distrito Federal (6%), São Paulo (6%), Ceará (3%) e Espírito Santo (3%). Uma das possíveis causas dessa heterogeneidade é o reflexo da luta pela terra, o qual se caracteriza não só como um problema local como também nacional.

Essa diversidade na origem dos moradores também pode indicar um grave problema, que ocorre em vários outros assentamentos espalhados pelo país. O assentado originário de outra região, com condições completamente diferenciadas, tanto em relação a clima, solo, vegetação, tipos de culturas, demora ou muitas vezes não se adapta ao local onde foi assentado, justamente por essas diferenças, e, sem uma assistência técnica que possa auxiliá-lo, se vê obrigado a vender a terra, pois dela não consegue sobreviver.

A escolaridade é baixa, fato este também presente nos demais assentamentos da região e do país. (SPAVOREK, 2005). A escolaridade revela baixo nível predominante, pois a metade de moradores possui apenas o 1º Grau Incompleto, explicado pela falta de escolas próximas ao Assentamento e de educação aplicada ao campo. A presença do 2º Grau Completo alcança 15%, seguido de Superior Incompleto (6%) e 1º Grau Completo (3%). O valor relativamente alto de 26% para os não informantes pode indicar uma dificuldade para se identificar nas classes de escolaridade e não apenas um possível analfabetismo.

A atividade desenvolvida pela pessoa antes de ser assentado tem importância primordial na análise, pois isso pode caracterizar uma possível ligação com a terra. A maioria dos assentados exercia anteriormente a profissão de lavrador (31%), seguida de agricultor (23%), comprovando a presença de um contato com o meio rural. Entre as outras profissões aparece a profissão de doméstica (23%),

comércio (15%) e vaqueiro (8%). A existência da ligação com a terra, antes do assentamento, traz certa proximidade com a realidade rural, além de possibilitar o processo de (re) criação do modo de vida familiar voltado à agricultura, avivando a cultura e os saberes locais. Destaca-se, também, a relação do tempo de moradia por assentado, em períodos quinquenais, apontando que 15% dos entrevistados vivem no assentamento a pelo menos 5 anos; 23% entre 5 e 10 anos; 39% de 10 a 15 anos e 23% acima de 15 anos.

É possível notar que a manutenção dos assentamentos rurais se torna mais sólida quando seus componentes já apresentam um histórico de vivência no meio rural. Isto é comprovado ao se observar que 62% dos moradores já vivem a mais de dez anos no assentamento, que coincide com o percentual igual a 62% de pessoas que já desenvolviam atividades relacionadas ao campo.

Quanto à posse do lote, 62% responderam ser o primeiro proprietário, enquanto os 38% restantes são o segundo e terceiro proprietário. A realidade de vendas dos lotes no Assentamento Zumbi dos Palmares, via dados da pesquisa, aponta como causas principais três situações: as dificuldades naturais (condições dos solos e qualidade e escassez de água, principalmente), a ausência de cultura e experiência agrícola e, também, a ocorrência de problemas de saúde.

O sistema produtivo do Assentamento é diversificado, porém as atividades predominantes do criatório são: pecuária leiteira e criação de aves, sendo ambas mais acessíveis e de rápido retorno financeiro para os produtores, não exigindo elevada ocupação de mão de obra e garantindo uma renda rápida em relação às atividades como a criação de peixes e suínos que ainda estão se expandindo na região.

Em razão da criação do gado leiteiro e gado de corte, o cultivo da pastagem é praticado na região, podendo indicar o desmatamento anterior. Esta atividade é prejudicada pela escassez de água, ocasionando, assim pressão ambiental junto às áreas de nascentes. A seguir aparecem as áreas de pomares, cujo cultivo é realizado principalmente para a subsistência da família, apresentando-se diversificado quanto às culturas frutíferas, como Manga, Caju, Figo, Coqueiros, Amora, Limão, Pequi, Jaca, Seriguela, entre outras.

A olericultura pode ser considerada uma cultura comum do assentado, mas tem menor expressão, pois ocorre apenas para a subsistência. A insuficiência da água é apontada como o principal entrave para estas atividades. As poucas

propriedades que cultivam as hortaliças também indicaram a falta de transporte para a comercialização dos produtos na cidade.

Em relação à renda dos assentados, referente às atividades agrícolas, tem-se mais de 90% dos entrevistados dizem obter até um salário mínimo mensal. Em relação às atividades não agrícolas, 85% dos entrevistados afirmam que desenvolvem algum tipo de atividade para complementar a renda. A renda mensal dessas atividades não agrícolas supera a das atividades agrícolas, alcançando o rendimento mensal de até três salários mínimos.

Diante da realidade apresentada, a busca por alternativas capazes de garantir a permanência na terra torna-se essencial e é possível reconhecer que a pluriatividade em muitos casos a multifuncionalidade tem sido a alternativa encontrada pelos agricultores. Tal situação conduz a pesquisa a um estudo sobre esta questão tendo a pluriatividade e a multifuncionalidade como o maior apoio no processo de luta “na” terra.

A pluriatividade e a multifuncionalidade são fenômenos antigos no mundo rural. Na obra de Max Sorre, publicada no Brasil em 1952, o autor escreveu que no passado, nas pequenas indústrias domésticas dispersas pelos campos, os produtores, camponeses de Max Sorre, eram operários e agricultores conforme as horas e as estações. O trabalho não agrícola, ou o beneficiamento de um produto já era realizado pelo camponês há séculos, porém este trabalho e o beneficiamento foram se aperfeiçoando com o passar do tempo e se adequando às realidades socioeconômicas.

Atualmente, falar em pluriatividade e multifuncionalidade nos principais países agrícolas do mundo é compreender a existência de um novo estágio agregado às atividades da agricultura. Estas só aparecem quando se faz necessário uma adequação ao momento do desenvolvimento econômico e de transações de mercadorias para consumo e troca. Isto é, atender às exigências do modelo capitalista em expansão horizontal e vertical. O produto que de antemão era vendido “*in natura*” em feiras locais ou de porta em porta, pelo pequeno agricultor, passa a ganhar mais valor agregado, como por exemplo, a mandioca antes vendida ainda com a casca, hoje recebe um processo de limpeza (descascada), é embalada e ensacada, de preferência pronta para ser usada, facilitando a vida de quem não pode “perder tempo” preparando o alimento.

Em países cujo meio rural as atividades agrícolas e pecuaristas se encontram em estágios mais desenvolvidos por terem mais tempo em sua história de evolução, as atividades como pluriatividade e multifuncionalidade se apresentam como sendo o estágio mais avançado. No caso brasileiro, isto pode ser observado em algumas regiões, como por exemplo, Sul e Sudeste. Com referência ao Assentamento Zumbi dos Palmares, localizado no município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, região Centro Oeste do Brasil, a presença destes estágios mais parece um fenômeno que pode ser analisado como um salto na forma de se fazer a agricultura, pois as condições encontradas no referido assentamento não possibilitam a prática de uma agricultura tradicional. Portanto, a presença destes estágios avançados pode ser entendida como uma alternativa encontrada para a sobrevivência no campo, ou melhor, interpretando, como uma alternativa no processo de luta para se manter “na” terra, encontrada pelos assentados.

Diante das desconformidades entre atividades pluriativas e multifuncionais em relação ao nível de desenvolvimento da agricultura e seu possível atendimento ao mercado por parte dos assentados, fez-se necessário uma revisão literária do emprego destas terminologias nas análises rurais e/ou agrárias realizadas por geógrafos, economistas, sociólogos e agrônomos em nível nacional e de acordo com bibliografias estrangeiras, pois estes profissionais lidam com o universo da produção rural e com o homem do campo.

Entende-se que a partir do aprofundamento sobre as temáticas pluriatividade e multifuncionalidade se torne possível compreender as razões que levam os Assentados de Zumbi dos Palmares em seus respectivos lotes a assumirem comportamento diverso no que se refere à prioridade das políticas de produção da agricultura familiar nos assentamentos do Brasil e a orientação da produção voltada ao consumo imediato nos mercados local e regional de transações econômicas.

Contudo, pode-se adiantar que esta desconformidade deverá revelar a ocorrência de um salto das/nas atividades, as quais, de acordo com a lógica histórica da evolução das atividades agrícolas, deveriam ser alcançadas ao longo do processo de seu desenvolvimento na condição de Assentado agricultor familiar.

## CAPITULO 2 – APORTE METODOLÓGICO NA INVESTIGAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.

O capítulo aborda a metodologia adotada no processo investigativo e os procedimentos perseguidos na busca do conhecimento amplo e denso sobre as atividades dos assentados em seu espaço de vida.

Entendendo que a metodologia é um componente primordial durante o processo de uma investigação científica e que para atingir a todos os elementos de um determinado objeto, durante a sua averiguação, recorre-se a Minayo para melhor determinar os caminhos da metodologia:

[...] a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas (MINAYO, 2007, p. 44).

Assim, entende-se que a metodologia vai além da descrição dos procedimentos (métodos e técnicas a serem utilizados na pesquisa), indicando a escolha teórica realizada pelo pesquisador para abordar o objeto de estudo. No entanto, embora não seja a mesma coisa, teoria e método são dois termos inseparáveis, “devendo ser tratados de maneira integrada e apropriada quando se escolhe um tema, um objeto, ou um problema de investigação” (MINAYO, 2007, p. 44). Logo o método de investigação de acordo com Lakatos e Marcondes (2001, p.83) pode ser assim definido: [...] o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos validos e verdadeiros-, trançando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

O desenvolvimento metodológico da pesquisa apresenta como objetivo nortear o desenrolar da investigação no levantamento de dados e informações capazes de fornecer subsídios ao tema estudado. Utilizar-se-á dos pressupostos do materialismo histórico e dialético como aporte à pesquisa. O método dialético é o mais adequado à pesquisa, pois é um método dinâmico e totalizante da realidade

que contempla os fatos e fenômenos no contexto social, político, ambiental e econômico (GIL, 1999).

Assim, a pesquisa apresenta um importante referencial bibliográfico após ter sido realizado exaustivo levantamento referente ao tema da pluriatividade e da multifuncionalidade da agricultura familiar, nas quatro principais áreas de estudo da mesma, que são a sociologia, a economia, a agronomia e geografia. Para tanto, foram consultados livros, artigos científicos, anais de congresso e revistas especializadas que tratam do assunto. Também foram incluídas algumas observações coletadas em palestras e seminários.

Para que se pudesse obter um entendimento mais acurado dos temas em questão, o que é complexo, foi necessária essa busca em fontes variadas. Sendo assim, se acredita ter conseguido abarcar fontes de naturezas diversas e, em razão disso, chegar a um conhecimento mais abrangente do objeto pesquisado, por entender que o intuito de uma pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato com o que foi produzido sobre determinado assunto, inclusive através de conferências (MARCONI; LAKATOS, 1996).

De acordo com Gil (1994) a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Portanto, a pesquisa bibliográfica permitiu conhecer a atualidade do debate acerca das temáticas de pluriatividade e multifuncionalidade tão aplicadas nas tarefas de produção da agricultura familiar.

A fim de atender aos anseios da pesquisa, optou-se pela utilização de uma abordagem qualitativa que mais se adequasse aos propósitos da investigação, que tem enfoque na agricultura familiar desenvolvida em assentamentos rurais, e compreende variáveis sociais, culturais e econômicas que não devem ser apenas quantificadas.

A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Como afirma Minayo (2010):

[...] é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Embora já tenham sido usadas para estudos de aglomerados de grandes dimensões (IBGE, 1976; PARGA NINA et al., 1985), as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados [...] (MINAYO, 2010, p. 57).

De acordo com Queiroz (2007) a pesquisa qualitativa pode ser entendida como:

A pesquisa qualitativa tem como foco de estudo o processo vivenciado pelos sujeitos. Assim, as investigações qualitativas crescem em número, como um outro modo de produção de conhecimento capaz de responder à necessidade de compreender em profundidade alguns fenômenos [...] suprimindo vazios deixados pela pesquisa positivista e seus métodos de coleta e análise de dados, sendo uma referência para investigar contextos e realidades distintas (QUEIROZ et al., 2007, p. 276).

## 2.1 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS ADOTADOS

A partir da discussão dos pressupostos metodológicos e teóricos buscou-se proceder à pesquisa através de uma abordagem qualitativa utilizando como um dos principais instrumentos a técnica de observação participante e um questionário misto, composto por questões fechadas de múltipla escolha e por questões abertas.

Segundo Queiroz et al. (2007), as pesquisas qualitativas possuem características multimetodológicas, usando um número variado de métodos e instrumentos de coleta de dados. Entre os mais utilizados, destaca-se a entrevista em profundidade (individual e grupal), a análise de documentos e a observação participante. O ato de observar é um dos meios mais frequentemente utilizados pelo ser humano para conhecer e compreender as pessoas, as coisas, os acontecimentos e as situações. Desta forma, observar é aplicar os sentidos a fim de obter uma determinada informação sobre algum aspecto da realidade. É mediante o ato intelectual de observar o fenômeno estudado que se concebe uma noção real do ser ou ambiente natural, como fonte direta dos dados.

Assim pode-se definir observação participante como:

A observação participante é uma das técnicas muito utilizada pelos pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa e consiste na inserção do pesquisador no interior do grupo observado, tornando-se parte dele, interagindo por longos períodos com os sujeitos, buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação (QUEIROZ et al., 2007, p. 278).

Deste modo, com o auxílio da observação participante, o pesquisador pode analisar a realidade social que o rodeia de forma mais abrangente tentando captar os conflitos e tensões existentes. Essa técnica foi utilizada, durante as pesquisas de campo no Assentamento Zumbi dos Palmares, principalmente para conhecer a realidade diária dos assentados, como se estrutura a atual dinâmica do assentamento e das famílias assentadas, frente a todos os problemas enfrentados nesse processo de luta “na” terra.

A atenção maior foi dada à observação da agroindústria de beneficiamento da mandioca presente no assentamento, pois foram semanas de acompanhamento de todo o processo, desde a colheita da mandioca, até o término do produto final e sua comercialização, possibilitando entender a dinâmica de funcionamento e como esse empreendimento transformou a realidade de muitos assentados que conseguiram, através do trabalho desenvolvido no beneficiamento da mandioca, aumentar sua renda.

Outra técnica aplicada foi o formulário junto à 13 famílias do assentamento (Figura 14), os lotes foram escolhidos de maneira a abarcar os três núcleos do assentamento, que convivem com realidades diferentes, cada núcleo tem realidade física, econômica e sociocultural distintas.

Estruturado em blocos o questionário procurou abordar questões relevantes às práticas da multifuncionalidade e da pluriatividade desempenhadas pela agricultura familiar, assim divide-se em:

(I) Dados gerais: este tópico permitiu um levantamento do número de pessoas que residem em cada um dos lotes (propriedades familiares), diferenciados por gênero e idade. Buscou também identificar o grau de escolaridade de cada membro da família, bem como a cidade e estado de nascimento, além da atividade que desenvolvia antes de ser assentado em Zumbi dos Palmares.

(II) Meio Socioeconômico: Foram indagadas questões referentes à infraestrutura do lote (propriedade familiar) e sobre os bens que a família possui.

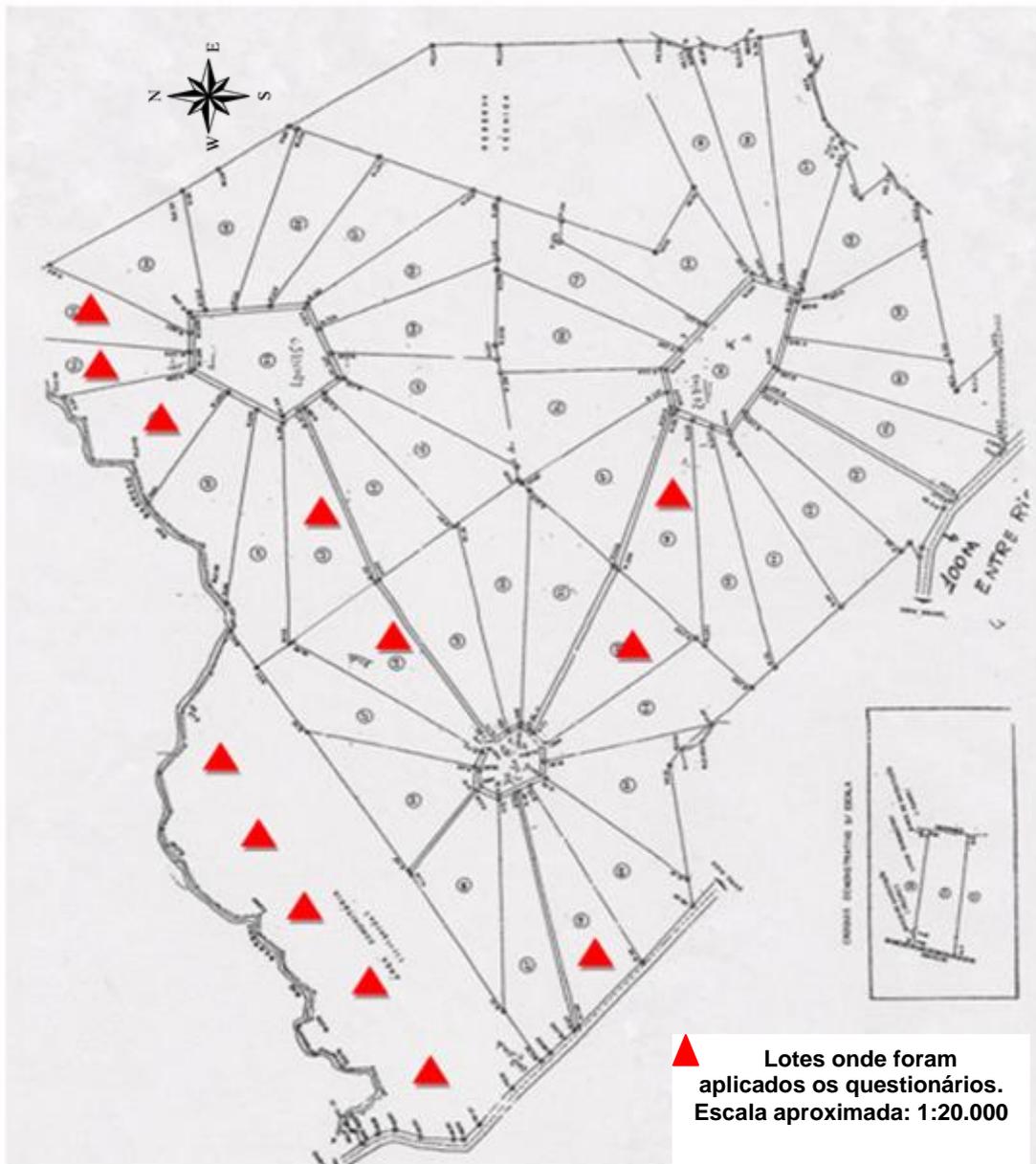
(III) Produção e renda: Buscou-se descrever os cultivos presentes no lote individual e no assentamento, assim como realizar uma breve descrição das atividades relacionadas à agropecuária. Com relação à, renda procurou-se abordar questões relativas à atual situação socioeconômica e acesso aos serviços públicos, a importância do trabalho familiar nas atividades socioeconômicas dos assentados, descrição das atividades agrícolas e não agrícolas na geração de renda e, ainda,

outras ocupações na formação de renda incluindo nesta o retorno de renda obtida nas atividades pluriativas e multifuncionais; além da segurança alimentar das famílias entrevistadas.

(IV) Aspectos ambientais: Neste bloco foram abordadas questões relativas à percepção ambiental dos assentados, ações de conservação da água e do solo, desmatamento e utilização dos recursos da flora nativa existente na área do assentamento e as técnicas de cultivo mais utilizadas.

No final do questionário, foram realizadas perguntas referentes à agroindústria existente no assentamento, como está constituída, qual produto é beneficiado e modo de comercialização. Posteriormente, foram realizadas indagações abertas sobre como o agricultor avalia a pluriatividade no processo de reprodução social; o valor qualitativo e quantitativo das atividades de base multifuncional na agricultura familiar do Assentamento Zumbi dos Palmares, em Dom Aquino, MT.

Figura 14 – Croqui do assentamento Zumbi dos Palmares-MT



Fonte: Moradores do assentamento.

### **CAPITULO 3 – ATIVIDADES PLURIATIVAS E MULTIFUNCIONAIS NA ORDEM CAPITALISTA DE VIDA E MERCADO.**

O presente capítulo aborda o entendimento e o tratamento dado às atividades pluriativas e multifuncionais no meio rural de acordo com estudos desenvolvidos por estudiosos de diferentes áreas que pesquisam tanto o meio agrário, rural ou os espaços de vida e a produção no campo.

Os entendimentos da ciência geográfica se fazem através das ideias desenvolvidas por estudiosos sobre a questão rural/agraria. Quatro principais grupos de estudiosos têm constituído a base conceitual dos estudos em geografia rural/agraria: geógrafos, agrônomos, economistas e sociólogos. No caso desta pesquisa questiona-se a base conceitual de termos aplicados às formas de atividades utilizadas na pequena produção familiar, também chamada de Agricultura Familiar, cuja permanência e futuro dependem das ações humanas e sua continuidade no meio rural e, igualmente, da adaptabilidade às circunstâncias dos mercados.

Com referência aos estudiosos que a geografia recorre para melhor entender e explicar alguns dos fenômenos observados em campo como a presença de diferentes atividades no rural nas últimas décadas e que vem sendo incorporadas pelos pequenos produtores rurais como forma de obtenção de renda e manutenção da família no campo.

Discute-se em geografia os conceitos das formas como se apresentam as atividades dos pequenos produtores rurais, ou seja, como a geografia deverá conceituar a presença de pluriatividades e/ou de multiformas de produção em uma mesma unidade familiar. Sabe-se que outras ciências como sociologia, economia e agronomia possuem termos específicos para conceituar estas ações e que a geografia utiliza-se destas terminologias independente de ter estabelecido qualquer discussão profunda a respeito da presença de atividades de caráter pluriativo ou de caráter multifuncional no meio rural. Os geógrafos devem a seus pares uma discussão que possibilite a explicação geográfica sobre certos fenômenos que vêm ocorrendo no espaço geográfico rural referente às variadas formas de produção e

que outras ciências já os denominaram de acordo com seus princípios de entendimento científicos.

Investigações realizadas até o momento permitiram identificar entre os grupos de estudiosos do rural, os que já conceituaram terminologias específicas para o fenômeno referente às diferentes formas de produção capazes de permitir a permanência das atividades e obtenção de renda. Neste aspecto destacam-se, os pensamentos dos sociólogos, agrônomos, economistas e geógrafos.

### 3.1 A PLURIATIVIDADE E A MULTIFUNCIONALIDADE NA ORDEM CAPITALISTA SEGUNDO OS SOCIÓLOGOS

As diferentes formas de produção encontradas no rural nas unidades da agricultura familiar recebem a denominação de pluriatividade, cuja terminologia pode ser encontrada em autores como:

- Schneider (2003, p. 100), comenta que, atualmente, a discussão relacionada à agricultura familiar vem ganhando maior legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, sendo utilizada com mais frequência principalmente nos discursos de movimentos sociais. Porém, essa discussão emergiu no contexto brasileiro a partir de meados da década de 1990.

O uso desta terminologia, está associado a alguns eventos marcantes na realidade social dos países, como por exemplo, a efervescência dos movimentos sociais rurais, principalmente na região Centro-sul. Os desafios que enfrentavam os sindicatos rurais, com impasses relacionados à abertura comercial, falta de crédito agrícola e queda dos preços. Assim, a noção de agricultura familiar mostrou-se eficiente para um amplo conjunto de categorias sociais como, por exemplo, os assentados, arrendatários, parceiros, integrados a agroindústria e outros, que já não mais podiam ser identificados como pequenos produtores rurais. Outro fator importante para essa legitimação foi a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que tinha como objetivo oferecer crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que estavam encontrando dificuldades de manter sua atividade no campo.

Outro importante fator foi a reorientação dos debates acadêmicos a cerca da ruralidade. Principalmente a partir de 1990, ocorreu uma retomada dos estudos agrários e rurais no Brasil, saindo do simples debate dos impasses e possibilidades

da reforma agrária e dos assentamentos e abrindo um leque de questões relacionadas aos impactos dos progressos tecnológicos e migrações. A temática ambiental e a da sustentabilidade ganham mais adeptos; o trabalho e a dinâmica ocupacional da população rural também são temas em debate.

Nesses conjuntos de novas temáticas que passaram a ser objetos de pesquisas, passou-se a ganhar maior projeção e reconhecimento no Brasil, o fato de que a agricultura familiar como atividade produtiva não deixou de integrar o mundo rural, mas, em algumas regiões, observa-se a diminuição da sua importância no que diz respeito à geração de emprego e renda (SCHNEIDER, 2003, p. 100). Desta forma pode-se pensar que ocorreu uma mudança em relação à composição e ocupação dessas famílias rurais.

Ainda segundo Schneider (2003), um exemplo emblemático desta mudança estrutural seria a emergência e a expansão das unidades familiares residentes no meio rural que passam a se dedicar a atividades não agrícolas, praticadas dentro ou fora das propriedades. Essa nova forma de organização do trabalho familiar vem sendo denominada de pluriatividade.

Desse modo, Schneider (2003) passa a caracterizar a agricultura familiar como sendo uma combinação entre a mão-de-obra familiar agrícola e não agrícola que se relaciona com a manutenção do estabelecimento assegurando a sua reprodução socioeconômica. Deste modo, os trabalhos exercidos de forma complementar melhoram a renda dos membros da família que residem na propriedade. O trabalho não agrícola comumente se deve à pouca disponibilidade de terra e às dificuldades de modernização tecnológica, o que compromete a renda, obrigando essas pequenas unidades a buscar uma alternativa complementar de renda. Fuller (1990) apud Schneider (2003) comenta que:

[...] A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar. [...] A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas, rendimentos, rendas em espécies e transferências (FULLER, 1990 apud SCHNEIDER 2003, p. 367).

Os debates a cerca do conceito de pluriatividade são relativamente recentes no Brasil, por isso antes de adentrar pela temática, considera-se oportuno e

necessário à recuperação da trajetória do debate a cerca da origem e o desenvolvimento desta temática na literatura internacional.

De acordo com Fuller (1990, p. 362), os problemas contínuos de organização de capital e de trabalho, o desenvolvimento industrial e a persistência de formas não produtivas da agricultura, levaram a um debate os modos de produção, recentemente encorpados por questões como impactos nos regimes alimentícios mundiais, a biotecnologia, e o debate a cerca da sustentabilidade ambiental. Estes debates refletem a fase de globalização da economia agrária e as preocupações sobre a reestruturação do rural.

It is in this context that social science research has been able to accept a role in the policy debates affecting rural and agrarian change. It is also in this context that research on part-time farming has moved to focus upon multiple job holding and pluriactivity. In a number of ways this shift in emphasis reflects the broadening of research interests to include the linkages between farming and food production, between farm families and labour markets, between different scales and sectors of policy and between the work and the perceptions of men and women living on farms (FULLER, 1990, p. 362).

Até meados da década de 1980, dois termos centrais eram utilizados por pesquisadores para explicar essa mudança no rural, o *part-time farming* (agricultura em tempo-parcial) e *pluriactivité* (pluriatividade). Geralmente eram utilizados quase sempre como sinônimos pelos cientistas sociais, pois até então, aceitava-se que a única diferença estava relacionada ao fato de que o primeiro termo era de uso entre os analistas de língua inglesa e o segundo, mais ligado à tradição acadêmica francesa.

De acordo com os estudos feitos por Fuller (1984), o termo *part-time farming* foi criado por Rozman (apud FULLER, 1984, p. 190) para diferenciar os agricultores que produziam apenas para subsistência daqueles que se ocupavam plenamente com a produção para a venda. Antes, os estudos destacavam a viabilidade econômica e o caráter transitório e instável da produção em tempo-parcial. Posteriormente, os trabalhos adquiriram um cunho sociológico, iniciando uma fase de pesquisas marcadas pelo “enigma” em torno de conceitos e unidades de análise referentes ao estudo da agricultura de tempo-parcial.

Fuller (1990, p. 363) sugeriu, então, que o termo agricultura em tempo-parcial fosse substituído por *multiple job holding farm household* (unidade agrícola familiar de trabalho múltiplo) ou MJHFH, que se baseava basicamente em três premissas, a primeira seria que o foco de atenção deve ser a “fazenda” ou agregado familiar e

não o operador da exploração, a segunda que a múltipla exploração do trabalho deve ser examinada em diferentes regiões com fisiografias distintas, diferenças econômicas e culturais e, terceiro, que os padrões dos agregados familiares agrícolas e o trabalho múltiplo de exploração devem ser examinados ao longo do tempo. Assim, o tamanho, tipo e natureza da “fazenda” poderiam ser estudados independentemente do trabalho ou estado do trabalhador agrícola, embora o papel dos trabalhadores da “fazenda” com trabalho não agrícola ainda pudesse ser isolado e medido.

Portanto, Fuller (1990, p. 362) indica que o deslocamento de uma noção para outra não deve ser entendido apenas em face dos limites analíticos que a noção agricultura em tempo- parcial impõe aos estudos empíricos, mas também como uma decorrência dos novos desafios impostos nos anos mais recentes às próprias Ciências Sociais. Esses desafios indicam, inclusive, a emergência de novos aportes teóricos para o estudo do meio rural e das transformações agrárias. Assim no quadro a seguir, são evidenciadas as principais diferenças entre os conceitos.

Alguns fatores auxiliaram a inserção do conceito de pluriatividade, como forma de explicar as mudanças que ocorreram no espaço rural a partir de 1980, por exemplo, uma iniciativa de pesquisadores de países ligados à Comunidade Econômica Europeia, hoje União Europeia, criaram o Arkleton Trust Project, com o objetivo de estudar em profundidade as unidades familiares rurais que combinavam a agricultura com outras atividades. Esta pesquisa representou um marco no estudo da pluriatividade, pois a partir dela passou-se a utilizar a unidade doméstica (farm household) como unidade de análise, e não mais o chefe da propriedade ou o tempo de trabalho gasto em atividades não-agrícolas.

<b>Part-time farming (agricultura em tempo-parcial)</b>	<b>Pluriactivité ou pluriactivity (pluriatividade)</b>
“[...] o termo <i>part-time farming</i> , no senso comum, até muito recentemente, tinha mais confundido do que clarificado a questão. O termo dificulta a distinção entre a unidade produtiva como uma entidade física (um espaço) e os ocupantes dessa unidade (a família ou a unidade doméstica). Estes podem fazer a gestão dessa unidade de diferentes maneiras, inclusive combinando as tarefas agrícolas com outras atividades [...]. Os termos <i>part-time farm</i> , <i>parttime farmer</i> e <i>part-time</i>	“[...] o termo procura focalizar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e das famílias que vivem na unidade produtiva. Preocupa-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural, como com a terra e as questões agrícolas. A pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico que sempre inclui o trabalho agrícola, o que não quer dizer que esta atividade seja exclusiva ou mesmo a mais importante. Outras atividades podem ser assumidas

<b>Part-time farming (agricultura em tempo-parcial)</b>	<b>Pluriactivité ou pluriactivity (pluriatividade)</b>
<p><i>farming</i> têm sido utilizados de forma intercambiável, o que contribui para o surgimento de noções errôneas ou pressupostos equivocados associados a esse fenômeno. É possível dizer que uma <i>part farmé</i> uma unidade produtiva que oferece, ou onde é alocado, menos do que um ano completo de trabalho. O conceito de <i>part-time farming</i> pode ser utilizado, de forma mais precisa, para definir situações onde, devido ao tamanho físico ou a uma opção de gestão, a unidade produtiva é cultivada pelo investimento de menos do que um ano completo de trabalho” (FULLER; BRUN, 1988, p. 150, grifos no original).</p>	<p>com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, ou ainda serem motivadas por considerações não relacionadas à agricultura. A pluriatividade permite-nos questionar o pressuposto de que a <i>full-time farming</i> seja tanto a norma, e, portanto, algo positivo, quanto um estado temporário, ou um mal necessário, no desenvolvimento econômico das unidades produtivas, das famílias ou das áreas rurais. Esse conceito, entretanto, no plano ideal, não é facilmente mensurável por estatísticas oficiais disponíveis” (<i>idem ibidem</i>).</p>

Fonte: Schneider (2003. p. 83).

Outro fator foi o interesse político na pluriatividade, que emergiu por volta de 1980, em boa parte por conta da crise na Política Agrícola Comum (PAC), que foi um programa criado em 1962 pela União Europeia, e apresentava como principais objetivos a unificação do mercado entre os países e garantia de preços mínimos, a preferência de compra para produtos europeus e a fixação de tarifas comuns para produtos estrangeiros. Com os baixos rendimentos e preços que beneficiavam apenas uma parcela da população rural, e com poucas perspectivas de reforma no programa, surgiu uma ameaça de desemprego rural em massa, preocupando as autoridades centrais. Assim, a pluriatividade passou a ser observada, não como uma solução para o problema, mas mostrando um potencial como uma função de ajuste para a reestruturação da agricultura.

Todos esses processos apontaram a pluriatividade como a melhor forma de apreender o fenômeno da multiplicidade de formas de trabalho e renda das unidades agrícolas, pois o termo tem o mérito de incorporar tanto as características da noção de agricultura em tempo-parcial (unidades onde os moradores não utilizam todo seu tempo de trabalho nas atividades agrícolas) como as da multiple job holding (unidades agrícolas que combinam múltiplas fontes de rendimento). A expressão tem sido “[...] bastante utilizada, porque abarca um conjunto de atividades que nem sempre são remuneradas em dinheiro (cash), mas com pagamentos em espécie, por meio da permuta de trabalho e outros arranjos informais” (FULLER 1990, p. 367).

Ainda de acordo com Fuller (1990, p. 367), o termo pluriatividade, adotado em francês como *Pluriactivite*, descreve essas famílias de agricultores que participam de outras atividades além da agricultura, como incluindo:

Employment on other farms (e.g. hired labour); para-agricultural activities such as food processing (e.g. wine making for direct sale); other non-agricultural activities on the farm (e.g. tourist accommodation, furniture making); off-farm activities (wage labour). While part-time farming tended to focus attention on the agricultural aspects of the operation (agrocentric), pluriactivity suggests that attention also be given to the non-agricultural activities of the household, as these appear to be of increasing significance in rural Europe (FULLER, 1990, p. 367).

A seguir, em uma descrição mais ampla, Fuller (1990, p. 367) define a pluriatividade como:

Pluriatividade nos permite reconceitualizar o agregado familiar como uma unidade de produção e reprodução, que é baseada e focada na terra, mas não exclusivamente. A família pluriativa é uma unidade que aloca seu trabalho para além do cultivo baseado em casa. A família mono-ativa está envolvida apenas na agricultura. O padrão de atividade nem o operador prevê ou determina o estatuto de obra da exploração, nem o padrão do trabalho da família. Precisamos examinar casos empíricos para determinar os padrões individuais e coletivos de trabalho distribuído ao longo dos vários locais de trabalho. Pluriatividade nos permite separar padrões de trabalho por membro do agregado e por base de atividade ou localização; ele também nos permite separar o trabalho da renda. A maioria dos agregados familiares têm mais fontes de renda do que as atribuições de trabalho; rendimentos do trabalho são muitas vezes complementadas por uma renda de investimento, as transferências sociais (pensões, segurança social) e as remessas. Pluriatividade, portanto, descreve uma unidade multidimensional fundiária, em que a agricultura e outras atividades são realizadas, tanto dentro quanto fora da fazenda, para que diferentes tipos de remuneração são recebidos (salário, rendimentos em espécie e transferências) (FULLER, 1990, p. 367).

De acordo com Schneider (2003, p. 104) alguns estudiosos afirmam que as atividades não agrícolas sempre foram praticadas por camponeses, pois integram o próprio modo de vida das sociedades rurais que não conhecem a rígida divisão social do trabalho e do espaço que caracteriza as sociedades capitalistas contemporâneas. Carneiro (1996, p. 7-12), ao revisar esse debate, destacou que, para os historiadores, a pluriatividade possui um caráter estrutural que perpassa diferentes períodos históricos e situações socioeconômicas. Por meio de um olhar disciplinar, eles percebem a pluriatividade pelos “rendimentos exteriores à unidade de produção familiar”, e o termo é identificado como um fenômeno pré-moderno, pois o campesinato sempre recorreu à combinação de diversas fontes de renda e de trabalho.

Analisando textos de Max Sorre, (1952) percebem-se algumas dessas passagens como, quando o autor afirma que ocorre uma alteração da noção no âmbito rural, esse passa a ser cada vez mais especializado passando de uma economia dominal ou fechada para uma economia aberta. Como afirma:

A exploração é orientada para os mais altos rendimentos, isto é, para uma diferenciação cada vez mais forte da atividade agrícola: a monocultura é, aqui, a expressão mais perfeita, com certas formas de cultura variadas, suscetíveis a tirar do solo o maior proveito, graças a uma técnica rigorosa e ocupação quase permanente da terra. Então, o grupo rural não mais chega a sequer a satisfazer a totalidade de suas necessidades alimentares. É obrigado a importar uma parte das matérias animais e vegetais necessárias a sua subsistência (SORRE, 1952, s.p).

Uma consequência clara dessa mudança que trouxe a unificação das culturas, a perda de fertilidade do solo e outras diversas implicações foi o que hoje conhecemos como pluriatividade como afirma Schneider (2003):

[...] A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar. [...] A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas, rendimentos, rendas em espécies e transferências (FULLER, 1990 apud SCHNEIDER, 2003, p. 85).

O próprio Sorre já mencionava em seus textos, como pode ser notado na passagem a seguir:

O espetáculo de nossas sociedades ocidentais, com suas distinções bem marcadas, leva-nos a esquecer o auxílio dispensado ao mundo rural, no passado, por pequenas indústrias domésticas dispersas pelos campos. O camponês era conforme as horas e as estações: operário e agricultor (SORRE, 1952, p. 119).

Portanto concorda-se que a pluriatividade não representa uma situação completamente nova no modo de funcionamento das formações sociais e econômicas agrárias, mas ainda lhe falta um conteúdo teórico conceitual, então vale a pena examinar como os autores de alguns estudos clássicos interpretaram essa realidade.

Kaustky (1980), em sua obra intitulada “A questão Agrária” diz que conforme a agricultura for se desenvolvendo a base do capitalismo, ela seguirá uma tendência lenta a uma subordinação para com a indústria. Pois segundo o autor todo esse

processo é guiado pela dinâmica do progresso tecnológico, que acabará por transformá-la em um ramo da indústria, evidenciando a superioridade técnica da grande propriedade frente as pequenas unidades de produção. Porém afirma o autor que este processo não eliminará as pequenas propriedades, a não ser que elas passem a desenvolver o que ele denominou de “trabalho acessório”, que pode ou não estar ligados a agricultura:

[...] não devemos pensar que a pequena propriedade territorial esteja em vias de desaparecer na sociedade moderna, ou que possa ser inteiramente substituída pela grande propriedade. A grande propriedade, por mais que rechace os camponeses livres, sempre manterá uma parte deles à sua ilharga, uma parte que ressuscita como pequenos arrendatários (KAUTSKY, 1980, p. 178).

De acordo com Kautsky (1972), os camponeses só se tornaram exclusivamente agricultores a partir da Revolução Industrial, que limitou grande parte das suas atividades artesanais, restringindo-as ao espaço agrícola. Entretanto, a busca por rendimentos alternativos nunca foi abandonada e, assim como os camponeses alemães do início do século XX, os agricultores familiares se utilizam de atividades não agrícolas como um mecanismo viabilizador do seu equilíbrio econômico.

Segundo Kautsky (1980, p. 188), com a possibilidade de encontrar trabalho fora de sua exploração, o camponês passa a se tornar mais proletariado ainda. Assim, as oportunidades de independência são maiores. Cada filho ira trazer ao mundo o patrimônio mais precioso, o seu braço. A população cresce rapidamente e, ao mesmo tempo a terra se torna mais procurada, não para produção e venda, mas como lar. Então os trabalhos acessórios exigem a redução das empresas agrícolas e determinam assim o nascimento de muitas outras pequenas.

Mas o camponês que vende artigos agrícolas, não mais emprega assalariados, ou os emprega muito pouco, que não é capitalista e sim um simples criador de mercadorias, não se apresenta assim. Ele é um trabalhador, pois não vive do produto de sua empresa, mas do produto de sua própria atividade. O seu gênero de vida é de um assalariado. Tem necessidade da terra para ganhar o pão como operário, e não para dela tirar qualquer lucro ou renda fundiária (KAUTSKY, 1980, p. 189).

Desse modo, Kautsky elenca três formas de trabalhos acessórios que podem exercer a forma de uma atividade complementar a renda, são eles:

- 1- Trabalho agrícola assalariado, mais conhecido como trabalho temporário, exercido nas grandes propriedades em épocas de maior demanda por mão de obra, como nas colheitas.
- 2- Ocupação dos camponeses em indústrias a domicílio, o que, em geral, ocorre em regiões de pouca aptidão agrícola para consolidar uma agricultura competitiva, caso de várias áreas na Alemanha e no restante da Europa por ocasião de seus estudos.
- 3- Fundação de indústrias no campo, que progride em função do avanço das comunicações (canais, estradas de ferro, telégrafos), o que também ocasiona a necessidade de trabalhos complementares para as famílias de pequenos proprietários (idem, p. 205).

Tais momentos, em que o pequeno camponês consegue uma ocupação acessória, são precisamente as ocasiões em que, na sua própria terra, o seu trabalho aparece como de necessidade absoluta. Sendo forçado a ganhar dinheiro, ele negligencia a sua propriedade, cuja exploração, de resto, para não aludirmos a sua exígua superfície e a falta de meios, é irracional e extremo. Ele é obrigado a confiar a mulher e as filhos, quando estes já tem uma certa idade, o amanho de uma gleba, na qual só pode trabalhar nos dias de festas e aos domingos (KAUTSKY, 1980, p. 199).

Assim [...] estas três espécies de trabalho acessório ao alcance dos pequenos camponeses não se excluem de modo algum. Podendo existir simultaneamente, “e, frequentemente, coexistem” (KAUTSKY, 1980, p. 206).

Portanto, pode-se perceber que muitos desdobramentos atuais apresentam suas origens em tempos remotos e que já foram de certa maneira mencionados por estudiosos da época.

Terry Marsden e Anthony Fuller estão entre os autores do pensamento social contemporâneo que mais têm contribuído para constituição de um arcabouço analítico para discussão da pluriatividade e temas correlacionados (SCHNEIDER, 2003, p. 109).

Desde o início da década de 1990, de acordo com Marsden (1991), estão em curso mudanças na política agrícola dos países desenvolvidos que estimulam a diversificação e o aumento da produção, o que pode ser entendido como um indício de que o próprio Estado cria mecanismos novos de regulação social e econômica dos espaços rurais. Assim, o espaço rural, que durante o fordismo se limitara a cumprir funções produtivas agrícolas e alimentares, ganha novas atribuições, tornando-se um lugar onde se desenvolvem múltiplas atividades produtivas e

ocupacionais. Dentre essas novas funções, o autor destaca o consumo de bens materiais e simbólicos (por exemplo, propriedades, festas, folclore e gastronomia) e serviços (ecoturismo, atividades ligadas à preservação ambiental etc.).

Precisamos enfatizar a contínua transformação da agricultura familiar, e não sua estagnação como uma forma de produção. O esforço de investigação precisa se deter sobre as oportunidades e as limitações com as quais a unidade familiar se vê confrontada e sobre as concessões que as famílias de agricultores constantemente se vêem forçadas a fazer em resposta às pressões internas e externas de mudança. As análises podem, então, incorporar as relações internas à unidade produtiva, principalmente no que se refere às questões geracionais e de gênero, bem como as relações estabelecidas entre a unidade produtiva e o capital externo. É este conjunto complexo de interações, desenvolvido em condições locais e históricas específicas, que deve servir de base para o estudo da natureza e da dinâmica da agricultura familiar (MUNTON; MARSDEN, 1991, p. 109).

Marsden (1991) propõe que a conceituação da unidade familiar seja definida através do estudo das relações sociais engendradas pela dinâmica do processo de trabalho. Seu ponto de partida é a hipótese de que as unidades familiares são forçadas a buscar novas fontes de renda fora da propriedade por conta da inserção em ambiente competitivo, impedindo que esses sobrevivam exclusivamente dos ganhos obtidos com as atividades agrícolas. Portanto com essa nova configuração do mercado de trabalho e da importância que assume o espaço rural como um espaço mercantilizado de bens e serviços, parte expressiva das unidades familiares agrícolas torna-se pluriativa, garantindo, assim, condições razoáveis de sobrevivência.

Outra importante contribuição ao estudo da agricultura familiar e suas formas de reprodução, foi do sociólogo Hugues Lamarche, em sua obra: *L'agriculture familiare*, na segunda edição "Do Mito à Realidade" em 1998. Este livro é a continuação de um trabalho comparativo internacional sobre a agricultura familiar, cuja primeira parte já foi publicada em 1993. Esta pesquisa foi realizada, na França, Canada, Polônia, Tunísia e no Brasil, e analisou o contexto da agricultura familiar internacional e todas as suas metamorfoses. Neste livro foi dedicado um capítulo à análise do trabalho familiar agrícola e à pluriatividade, onde o autor utiliza modelos de referencia derivados da própria diversidade da população analisada. Assim divide-as em:

- a) *Famílias extensas, parcialmente pluriativas, com trabalho assalariado*: Esta parcela caracteriza-se por uma pluriatividade moderna, o pai e os filhos

trabalham em tempo parcial fora da unidade de produção, mas, entre eles, um, pelo menos, se dedica ao estabelecimento de forma exclusiva.

- b) *Pai, filho e assalariados*: Neste caso, o responsável consagra todo o seu tempo de trabalho a sua unidade de produção, ajudado, em um a cada dois estabelecimentos, por sua esposa. A pluriatividade é nula, pois a utilização geral da mão-de-obra é assalariada, quando 80% empregam pelo menos um assalariado agrícola em tempo integral.
- c) *Família extensa*: A especificidade do grupo reside na presença maciça das associações familiares, agrupando até três responsáveis ou, às vezes, parentes adultos que não fazem parte da família nuclear. A pluriatividade encontra-se esporadicamente nos próprios entrevistados.
- d) *Monoatividade familiar*: trata-se de associações familiares ou de unidades de produção nas quais os filhos estão ocupados em tempo integral. As esposas trabalham na maioria dos estabelecimentos entrevistados. A pluriatividade é nula.
- e) *Os pluriativos*: Os responsáveis dos estabelecimentos são fortemente pluriativos e suas esposas contribuem, mais frequentemente do que a média, para os trabalhos do estabelecimento, mas essa contribuição raramente ultrapassa metade do seu tempo. Os filhos também trabalham pouco no estabelecimento.
- f) *Pluriatividade dos filhos*: Os pais, neste caso são raramente pluriativos, em contrapartida mais de 90% dos filhos adultos que vivem no estabelecimento tem um emprego fora, mesmo que os filhos-homens continuem contribuindo parcialmente para os trabalhos do estabelecimento.
- g) *Pluriatividade dos pais*: É o grupo que compreende o maior número de responsáveis que trabalham em tempo integral fora do estabelecimento, e, sobretudo o maior número de pessoas pluriativas.
- h) *Monoatividade nuclear*: neste caso, os entrevistados e suas esposas trabalham sozinhos no estabelecimento e é neste grupo onde as mulheres vão dedicar mais tempo.

Assim Lamarche (1998, p. 172) conclui que a pluriatividade e o êxodo dos filhos são, portanto, importantes estratégias adaptativas das unidades de produção. Traduzem ora dificuldades próprias de algumas camadas de produtores agrícolas,

ora uma crise do mundo rural ou da sociedade local, ora uma escolha do modo de vida particular, perfeitamente estável e que tende a reproduzir-se.

De certa forma, a pluriatividade traz problemas teóricos incontornáveis. A dificuldade não reside necessariamente na tendência em complementar, fora da agricultura, a renda insuficiente da própria unidade de produção. Ela resulta, talvez, muito mais do fato de que, nos sistemas pluriativos, a análise econômica não consegue explicar satisfatoriamente a persistência de uma estratégia que, muito frequentemente, deveria impelir rapidamente os produtores ao assalariamento. Isso mostra, sobretudo, a influência de um forte resíduo social e cultura, fricção “irracional” do ponto de vista das escolhas econômicas – que é chamada “apego a terra”, “apego a um modo de vida” – particularmente manifesta naqueles que, mesmo tendo um emprego não-agrícola em tempo integral, permanecem obstinadamente ligados a unidade de produção, mesmo que ela seja deficitária (LAMARCHE, 1998, p. 171)

De acordo com Schneider (1997), uma revisão cuidadosa da literatura internacional que procura situar o debate sobre a pluriatividade no contexto das reflexões sobre a agricultura familiar mostra que os avanços teóricos e metodológicos mais significativos sobre esses temas se encontram na corrente do pensamento social contemporânea denominada “Sociologia da Agricultura”. Trata-se de uma abordagem relativamente recente na área dos estudos rurais e agrários, cuja definição teórico-metodológica é eclética e pluralista ainda que varie os enfoques: neomarxistas a neoweberianos; contudo alicerçada em uma orientação genérica que os autores denominam “perspectiva crítica”. Apesar da multiplicidade de enfoques, há consenso, entre os autores ligados a essa área da sociologia, de que a agricultura familiar encerra uma diversidade de situações e possui múltiplas estratégias de reprodução social.

### 3.2 A PLURIATIVIDADE E A MULTIFUNCIONALIDADE NA ORDEM CAPITALISTA SEGUNDO OS ECONOMISTAS

Procurando conhecer o trabalho e o posicionamento científico dos economistas a respeito destas inovações que vêm se instalando no meio rural obedecendo à expansão capitalista nos meios de produção, selecionou-se alguns estudiosos, como:

- Abramovay (2012), afirma que a revalorização das regiões interioranas é um dos mais importantes fenômenos demográficos, sociais e culturais do início do

milênio. Para o autor o meio rural tem um papel importante no desenvolvimento contemporâneo, que as ciências sociais começaram a despertar nos últimos anos.

As funções de fornecimento de matérias primas e de mão de obra, por exemplo, apresentam cada vez menos importância para o crescimento econômico, diante de alguns atributos expostos pela agricultura familiar, dentre eles a visão de que as paisagens naturais e a biodiversidade são como trunfos para um processo de desenvolvimento rural; certa relação com as cidades, de onde provém parte crescente da renda das populações rurais, por exemplo. Estas características oferecem perspectivas no processo de desenvolvimento, portanto, aproveitá-las supõe que se encare o meio rural como um espaço de atividades variadas, reunindo uma multiplicidade de atores sociais e não apenas como um terreno de onde vão sair produtos agropecuários. Desta forma Abramovay (2009, p. 20) utiliza uma definição da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE):

Algumas regiões rurais fazem parte das zonas mais dinâmicas no interior dos países membros da OCDE. Elas criaram mais possibilidades de novos empregos que a economia tomada em seu conjunto. O dinamismo de certas regiões rurais demonstra que a ruralidade não é em si um obstáculo à criação de empregos. A baixa densidade da população e a distância são frequentemente consideradas obstáculos ao desenvolvimento rural. Nem sempre é o caso [...] e, além disso, a experiência mostra que os obstáculos geográficos podem ser ultrapassados. Para as regiões rurais atrasadas, as regiões rurais dinâmicas representam um modelo de desenvolvimento mais realistas do que as regiões urbanizadas (OCDE, 1996, p. 10).

Ainda segundo o autor, o rural não pode mais ser definido como essencialmente agrícola, pois se as cidades não podem ser definidas pela indústria nem o rural pode ser definido pela agricultura.

Ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não defini-las por seu caráter agrícola. Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não-agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura [...] (FAO/DAS, 1998 *apud* ABRAMOVAY, 2009, p. 26).

De acordo com o autor, na Europa, o meio rural é visto cada vez menos como um espaço fundamentalmente produtivo, mas mesmo onde ele cumpre funções de oferta agropecuária, existe uma pressão para que essas convivam com os valores naturais aos quais é atribuída uma crescente importância social.

Muito mais que um seguimento social, a agricultura familiar é definida como um valor e o apoio que recebe é resultado dos benefícios propiciados por ela, como por exemplo: produção de alimentos, melhores condições de vida, desenvolvimento mais ecológico e luta contra a pobreza. A Agricultura Familiar é vista por Abramovay (1998), um dos maiores estudiosos da mesma, como:

[...] o setor social capaz de contrabalançar a tendência tão própria à nossa sociedade, de desvalorizar o meio rural como lugar em que é possível construir melhores condições de vida, de encara-lo como o local em que permanecem aqueles que ainda não enveredaram pela “verdadeira aventura civilizatória” a urbana. Assim os valores que a agricultura familiar incorpora são os da tradição, do folclore, da pureza do campo contra a corrupção das cidades. [...] faz parte dos valores que a agricultura familiar incorpora a primazia do desenvolvimento e do poder locais e a ideia de que, neste plano, os negócios públicos podem ser geridos com a participação direta dos cidadãos (ABRAMOVAY, 1998, p. 137-157).

- José Eli da Veiga, agrônomo formado pela *Ecole Supérieure d'Ingenieurs et Techniciens pour l'Agriculture*, e com mestrado e doutorado voltados à área da economia rural, propõe o conceito de “outra ruralidade” para descrever as condições atuais do campo brasileiro.

Baseado em duas hipóteses, a do filósofo e sociólogo Henri Lefebvre, em 1970 e a do geógrafo e sociólogo Bernard Kayser, em 1972, Veiga (2006), sugere uma terceira hipótese, onde defende o nascimento de outra ruralidade e não a “emergência” do mesmo.

Henri Lefebvre propõe, em 1970, a teoria de completa urbanização da sociedade, este conceito de “sociedade urbana” foi proposto para denominar a sociedade pós-industrial, aquela que nasce do processo de industrialização e a sucede. E por revolução urbana, o autor designa o conjunto de transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e industrialização ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente. Isto é, em que a busca das soluções e das modalidades próprias à sociedade urbana passará ao primeiro plano (LEFEBVRE, 2002, p. 16).

[...] essa tensão entre integração global e rediferenciação territorial leva a uma "explosão generalizada de espaços" em que as relações entre todas as escalas geográficas são continuamente reorganizados e reterritorializados (LEFEBVRE, 1979, p. 289-290).

Quatro anos depois, nas 423 páginas do livro *The production of space*, que culminou em intensa fase de investimento intelectual em sociologia urbana (1968-1974), não surgiu nenhuma referência ao livro de 1970, e são raríssimas, e das mais indiretas, as alusões à hipótese de urbanização completa. Em vez dela, menciona uma “revolução do espaço” que – entre parênteses – subsumiria a “revolução urbana”, análoga às grandes revoluções camponesa (agrária) e industrial (LEFEBVRE, 1995, p. 419 *apud* Veiga 2006).

De acordo com Veiga (2006) essas poucas passagens deixam claro que Lefebvre (1901-1991) manifestava forte tendência a interpretar a histórica oposição entre os fenômenos urbano e rural como uma contradição de caráter antagônico ou irreduzível. Nesse tipo de contradição, em que os polos são assimétricos e inconciliáveis, um deles tende a eliminar o outro. Por sua vez, o geógrafo Kayser (1990, p. 47), baseia sua teoria de oposição a Lefebvre, a partir da análise de uma mudança demográfica nos espaços rurais da maioria dos países industriais no curso dos anos 1970. Depois de décadas de declínio, a curva da população rural anunciou uma retomada. Mesmo que pouco pronunciada, a ruptura com a tendência anterior era clara: os sociólogos e demógrafos americanos tinham razão de qualificar essa inflexão de “turnaround”, de “retournement”.

[...]a retomada de crescimento no mundo rural tomado globalmente, como nos burgos e pequenas cidades, é o resultado da difusão no espaço dos efeitos da modernização e do enriquecimento do conjunto da sociedade (KAYSER, 1990, p. 81).

A partir de então começa a desenvolver sua caracterização do renascimento rural que foi feita nos quatro capítulos, o primeiro deles dedicado a analisar os “antigos e novos camponeses”, o segundo tinha como foco a “recomposição da sociedade de vilarejo”, o terceiro se baseava no “ordenamento territorial”, e por fim a “cultura no vilarejo”.

Fazendo a análise das mutações contemporâneas registradas nos campos do mundo ocidental, este livro permite verificar aquilo que originalmente era apenas a hipótese de um observador atento: o renascimento. A expressão não é produto de uma imaginação poética: ela é retirada da atual literatura científica americana. Aliás, nós a havíamos empregado ingenuamente a partir de 1972 em artigo coletivo sobre as ameaças provocadas pela extensão de um campo militar sobre o plateau du Larzac (KAYSER, 1990, p. 289).

Portanto, ao analisar as duas hipóteses propostas, Veiga (2006), admite ser aceitável a ideia de “renascimento” para caracterizar um movimento cultural de transição entre duas épocas, cuja marca é o resgate ou recuperação de valores e ideias atávicas ou ancestrais. Isso não quer dizer, contudo, que essa metáfora possa ser transferida para o âmbito da civilização material, expressão que designa pelo menos a economia e a sociedade. Por isso, mesmo que a utilização da expressão “renascimento” possa ter tido sucesso na literatura científica americana, o autor diz ser fundamental lembrar que a ideia de renascimento é tão estranha à história econômica e social quanto o é à história natural. Como o novo sempre brota do velho, sempre será possível nele identificar os tais vestígios. Mas eles só adquirem algum sentido como produtos da evolução. Esse é um princípio que deve governar a análise de todo tipo de séries históricas, e não apenas as da história natural. Daí a importância da base teórica que separa a hipótese deste trabalho da hipótese de Kayser. Há uma séria ambiguidade na sua obra, como: por um lado, ele adere ao uso do termo “renascimento” que estava sendo usado na literatura científica americana; por outro, entre a formulação da hipótese geral e a conclusão, prefere dizer que as “mutações” contemporâneas resultaram da difusão no espaço dos efeitos da modernização e do enriquecimento do conjunto da sociedade. Uma ideia mais razoável, diga-se de passagem, embora seja nessa ambigüidade que deva ser identificado o problema teórico de sua hipótese.

Afinal, mutação é o fenômeno em que novas variações genéticas são oferecidas à seleção. Em qualquer das interpretações darwinistas ela é sempre entendida como de ocorrência aleatória. E se os darwinistas fazem tanto alarde sobre o caráter acidental, casual, fortuito, incerto, ou ocasional, das mutações, é justamente para que fique bem estabelecido o contraste com o outro lado do processo evolutivo: as pressões de seleção.

Enfatizar o fato de que a mutação *pode* ser aleatória é nosso modo de chamar a atenção para a verdade crucial de a seleção ser sublime e quintessencialmente *não*-aleatória. É irônico que a ênfase no contraste entre a mutação e a não-casualidade da seleção tenha levado as pessoas a pensar que a teoria toda seja feita de acasos (DAWKINS, 1998, p. 94 *apud* VEIGA, 2006, p. 345 grifos do original).

Assim, Veiga (2006) comenta que por mais atenção às evidências empíricas permitiu que Kayser fosse levado – mesmo sem assumir abertamente a uma hipótese inversa à de Lefebvre, mas com embasamento teórico contraditório, pois a

ideia de “renascimento” em nada pode ser parecida com a ideia de “mutação”. Pois, ao usar essa expressão de forma metafórica para se referir à histórica contradição urbano-rural, ele sem querer admitiu de forma certamente inconsciente e subliminar que na verdade é algo novo que está surgindo, e não alguma coisa antiga que poderia estar voltando, retornando, ou renascendo.

O mais completo triunfo da urbanidade engendra a valorização de uma ruralidade que não está renascendo, e sim nascendo. Torna-se cada vez mais forte a atração pelos espaços rurais em todas as sociedades mais desenvolvidas. Fenômeno novo que muito pouco tem a ver com as relações que essas sociedades mantiveram no passado com tais territórios. É uma atração que resulta basicamente do vertiginoso aumento da mobilidade, com seu crescente leque de deslocamentos, curtos ou longos, reais ou virtuais. A cidade e o campo se casaram, e enquanto ela cuida de lazer e trabalho, ele oferece liberdade e beleza (VEIGA, 2006, p. 334).

Assim sendo, o autor comenta que as manifestações dessa nova ruralidade na Europa e na América do Norte não resultam de um impulso que estaria ressuscitando fundamentos de alguma ruralidade pretérita, mesmo que possam coexistir com aspectos de continuidade e permanência. O que é novo nessa ruralidade pouco tem a ver com o passado, pois nunca houve sociedades tão opulentas quanto as que hoje tanto estão valorizando sua relação com a natureza. Não somente no que se refere à consciência sobre as ameaças à biodiversidade ou à regulação térmica do planeta. Também no que concerne à liberdade conquistada pelos aposentados de escolherem os melhores remanescentes naturais para locais de residência, ou da liberdade conquistada por muitas outras categorias sociais de usufruir seu tempo livre fora – e às vezes longe – das aglomerações urbanas onde residem e trabalham. Uma das mais importantes é a ideia de que a dimensão ambiental da globalização age para tornar as áreas rurais cada vez mais valiosas à qualidade da vida, ou ao bem-estar, pela ação de uma espécie de trindade: conservação do patrimônio natural, aproveitamento econômico das decorrentes amenidades, e exploração de novas fontes de energia.

Para fornecer mais argumentos a sua teoria, Veiga, enfatizou sua análise no estudo da Itália, particularmente o que ele chama de “nova Itália”. Apontando as regiões do Centro-Norte Italiano, como um foco desta “Nova ruralidade”, onde foi mais intensa a formação de pequenas empresas artesanais e industriais. E tem forte expressão na multiplicação de feiras, festas e festividades, tais manifestações são

marcadas por forte sentido de pertencimento, destinado a sustentar os pequenos mercados locais que se apoiam nesse ou naquele produto típico.

Enfim, Veiga (2006), conclui que essa nova ruralidade, corresponde ao surgimento de qualidades singulares de um sistema que só podem existir em certas condições. Somente em situações de grande prosperidade socioeconômica é que se manifestam as qualidades singulares dessa ruralidade. Situações capazes de impulsionar simultaneamente os três vetores: a conservação da biodiversidade, o aproveitamento econômico de suas repercussões paisagísticas, por meio das diversas formas de “turismo”, bem como a alteração da matriz energética mediante aumento de suas fontes renováveis. Por isso, ela deve ser considerada nova, em vez de renascente.

### 3.3 A PLURIATIVIDADE E A MULTIFUNCIONALIDADE NA ORDEM CAPITALISTA SEGUNDO OS AGRÔNOMOS

Para Chayanov (1974), na Rússia do início do século XX, o camponês ao não encontrar ocupação na unidade de exploração, a força de trabalho da família se voltava para o artesanato, comércio e outras atividades não agrícolas. Esse redirecionamento visava alcançar o equilíbrio econômico com as necessidades da família que não estavam supridas com o ingresso da unidade de produção.

De acordo com Chayanov (1974) devem-se levar em conta alguns aspectos centrais para analisar a família de agricultores referente a seu trabalho não agrícola. Primeiro, em seu ciclo demográfico completo, o que implica relacionar a variação da utilização dos fatores produtivos (terra, trabalho e meios de produção) ao seu processo de diferenciação interna. Segundo, deve-se buscar entender o “caráter teleológico” do comportamento das ações familiares, que organiza o funcionamento dos “mecanismos internos de equilíbrio” (CHAYANOV, 1974, p. 287).

Desse modo, em situações em que a família não dispõe de uma quantidade suficiente de terra para suas necessidades, ou quando “sobram braços” para trabalhar, ela tende a buscar em “atividades artesanais e comerciais ou em outras atividades não agrícolas” uma forma de ocupar a força de trabalho para garantir o equilíbrio entre trabalho e consumo (CHAYANOV, 1974, p. 101).

Portanto, apesar da busca por atividades não agrícolas variar de acordo com o ciclo demográfico, isso não quer dizer, segundo Chayanov (1974, p. 116), que o

tamanho da família seja o único critério que norteia a divisão familiar do trabalho entre atividades agrícolas e não-agrícolas. É preciso, também, levar em consideração os elementos técnicos que influenciam a produção, porque a adoção de meios de produção mais eficazes poderia suprir a falta de mão-de-obra. A divisão do trabalho familiar também se orienta “pelas condições econômicas gerais que se dão localmente”. Assim,

[...] a suposição de que a procura de capital e, sobretudo, de terra induz a família camponesa a orientar parte considerável de sua mão-de-obra para atividades não agrícolas está perfeitamente correta na maioria dos casos. O êxodo para os ofícios não agrícolas acontece, com efeito, de modo particular nas zonas de grande densidade demográfica (CHAYANOV, 1974, p. 118).

Dessa forma, Chayanov, afirma que o recurso às atividades não agrícolas é uma estratégia de alocação da força de trabalho familiar ante os condicionantes da unidade produtiva agrícola e expressa, acima de tudo, a racionalidade que a família imprime às suas atitudes para manter o equilíbrio entre trabalho e consumo e garantir, assim, sua reprodução.

Trata-se de atividades artesanais e comerciais que fornecem uma remuneração muito mais elevada por unidade de trabalho. Com sua ajuda pode-se obter ganhos maiores com menos esforço, e a família prefere ajustar o equilíbrio básico entre consumo e desgaste da força de trabalho principalmente por meio da ocupação em artesanato e comércio [...]. Em outras palavras, podemos assegurar teoricamente que a divisão do trabalho na família camponesa entre atividades agrícolas e não agrícolas (artesanato e comércio) é levada a cabo pela comparação da situação de mercado desses ramos da economia nacional (CHAYANOV, 1974, p. 120).

Para analisar essas mudanças ocorridas no rural brasileiro, José Graziano da Silva e Clayton Campanhola, lançaram um projeto intitulado “*Projeto Rurbano*” apresentando como objetivo reconstruir series históricas a partir de microdados das PNADs desde 1981, relativo à população ocupada, emprego e renda. Em sua primeira fase os autores concluíram que o emprego agrícola vinha caindo sistematicamente, porém a população rural ocupada, ao contrario havia aumentado. Estaria ocorrendo uma compensação de perdas de postos de trabalho no setor agrícola pela criação de inúmeras “novas atividades” não agrícola no meio rural. Em sua segunda fase, realizada a partir de 1999, os resultados obtidos mostram que o meio rural brasileiro, à semelhança do ocorrido em outros países, apresenta uma crescente diversificação de atividades agrícolas e não agrícolas, e que enquanto as

atividades agrícolas vêm reduzindo o nível de ocupação e gerando volume de renda cada vez menor, as atividades não agrícolas vêm aumentando o número de pessoas ocupadas e proporcionando uma maior remuneração do que as obtidas apenas nas atividades agropecuárias tradicionais.

Por essas razões, os autores afirmam que já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro como estritamente agrário. As transformações promovidas pelo desenvolvimento da agricultura mundial, principalmente a partir da década de 1960, promoveram transformações sem precedentes na história da humanidade (MAZOYER; ROUDART, 1997).

Esse espaço ganhou novas funções e novos tipos de ocupações, como por exemplo, proporcionar lazer nos feriados e fins de semana, através dos pesque-pagues, hotéis fazenda, chácaras de fim de semana; dar moradia a um crescente seguimento da classe média alta, e à população de baixa renda que habita a zona rural, mas trabalha na zona urbana; desenvolver atividades de preservação e conservação da natureza; abrigar um conjunto de profissões tipicamente urbanas que estão proliferando no meio rural em função da urbanização do trabalho rural (motoristas de ônibus para transporte de trabalhadores rurais, mecânicos, contadores, secretárias, trabalhadores domésticos, etc.).

Desta forma, de acordo com Campanhola e Silva (2000) pode-se pensar que o desenvolvimento rural, que viria finalmente estancar o êxodo rural, possa ser alcançado pelo estímulo de um conjunto dessas pequenas atividades não agrícolas no meio rural que venham a gerar ocupação e renda para um significativo número de pessoas. E até mesmo que a reforma agrária poderia ser implementada a partir de atividades que não precisariam ser mais essencialmente agrícolas.

Os autores agruparam algumas atividades econômicas que têm alavancado o emprego rural não agrícola:

- atividades econômicas diretamente derivadas da produção de bens e serviços agropecuários ou, indiretamente, de sua comercialização, transformação e transporte, bem como de consumo de insumos não agrícolas utilizados nesses últimos processos;

- atividades derivadas do consumo final da população rural. Essas incluem a produção de bens e serviços não agropecuários sediados tanto na zona rural como na urbana e os serviços auxiliares a eles relacionados (transporte, comércio varejista, etc.);

- atividades associadas ao excedente de mão-de-obra disponível no setor camponês que se denominou “setor de refugio”. Inclui o trabalho efetuado no recinto do estabelecimento agrícola como o trabalho complementar, assalariado e estacional dos membros familiares com ocupações remuneradas e situados fora de suas unidades produtivas, agrícolas ou não;

- atividades vinculadas à demanda final não agrícolas da população urbana. Envolve o artesanato, o turismo rural, etc., que são constituídos por bens e serviços não agrícolas que podem ser praticados nos próprios estabelecimentos agrícolas;

-serviços públicos nas zonas rurais.

As novas atividades são, no fundo, o resultado da agregação de serviços relativamente artesanais, mas de alta especialização e conteúdo tecnológico, associados a produtos animais e vegetais não tradicionalmente destinados a alimentação e vestuário. Em geral sua origem vem de atividades de fundo de quintais, hobbies pessoais ou pequenos negócios agropecuários intensivos (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, etc), que foram transformados em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural nos anos mais recentes. Muitas destas atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo, na maioria dos casos, não apenas transformações agro-industriais, mas também serviços pessoais e produtivos relativamente complexos e sofisticados nos ramos da distribuição, comunicações e embalagens (CAMPANHOLA; SILVA, 2000, p. 170).

A denominação de “novo rural” consiste justamente na incorporação de outras ocupações que não as especificamente agrícolas aos espaços rurais. Assim, a noção de pluriatividade é usada para explicar o fenômeno.

No mundo rural dos países desenvolvidos, esse novo paradigma “pós-industrial” possui um ator social já consolidado: agricultores em tempo parcial (*part-time farmer*). A sua característica fundamental é que ele não é mais somente um agricultor ou um pecuarista. Estes agricultores combinam atividades agropecuárias com outras não agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais como urbanos e industriais, como nas novas atividades que vêm se desenvolvendo no rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais. Em resumo, ser um *part time* não é mais ser um produtor especializado, mas combinar diversas formas de ocupação (assalariadas ou não). Portanto, a característica é ser um agricultor pluriativo aquele que combina atividades agrícolas e não agrícolas (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 4).

Graziano da Silva (1996) explica que a novidade em relação àquilo que, na visão dos clássicos marxistas, no final do século XIX, seria considerado camponês em processo de proletarização é a combinação de atividades não agrícolas fora do seu estabelecimento. O sinal visível de que não podiam mais garantir a sua reprodução, era o assalariamento temporário fora da unidade familiar que ocorria fundamentalmente em unidades de produção vizinhas, por ocasião da colheita.

De forma geral, Campanhola e Silva (2000 p. 6) sintetizam os fenômenos promotores da pluriatividade:

- a) "desmonte" das unidades produtivas, no sentido de que muitas atividades internas à unidade produtiva passaram a ser executados por terceiros, contratados para executar as mais diversas atividades do processo produtivo.
- b) decorrente do anterior, crescimento do emprego qualificado no meio rural, especialmente de profissões técnicas agropecuárias e de profissões tipicamente urbanas como de administradores, de motoristas, de contadores ou de outros profissionais vinculados às atividades não agrícolas.
- c) especialização produtiva crescente das unidades agropecuárias, permitindo o aparecimento de novos produtos e mercados, como animais jovens, animais exóticos, frutas frescas e flores, entre muitos outros.
- d) formação de redes vinculando fornecedores de insumos, prestadores de serviços, agricultores, agroindústrias e empresas de distribuição.
- e) melhoria de infraestrutura social e de lazer rurais, além de maiores facilidades de transporte e meios de comunicação, possibilitando maiores chances de acesso aos bens públicos, como a previdência, o saneamento básico, a assistência médica e a educação.

### 3.4 A PLURIATIVIDADE E A MULTIFUNCIONALIDADE NA ORDEM CAPITALISTA SEGUNDO OS GEÓGRAFOS

Os estudos relacionados à geografia agrária são bem recentes, de acordo com Suzuki (2008) as definições como um fragmento do saber não têm mais de meio século. Porém o conhecimento sobre o campo é tão antigo quanto à própria história do homem, como afirma Fontana (2000)

[...] o surgimento da agricultura, faz cerca de doze mil anos, significou um passo decisivo na evolução da espécie humana, [...] devido à possibilidade

de poder adicional que ela ofereceu [...]. Agricultura e mais especificamente o cultivo de cereais, tem sido, aliás, condição necessária para o aumento da civilização. Todas as civilizações existentes dependem, direta ou indiretamente, de cereais (FONTANA, 2000, p. 99).

Desta forma o conhecimento geográfico sobre o campo e a agricultura é anterior à geografia e à geografia agrária. As experiências vividas pelo homem são anteriores à sistematização do saber realizada no século XIX.

O conhecimento geográfico não pode ser reduzido ao momento da institucionalização da geografia. Esse momento ocorrido no século XIX, significou a sistematização científica do conhecimento geográfico, desenvolvido ao longo do processo civilizatório. Portanto, não devemos confundir geografia com o conhecimento geográfico, uma vez que este último não está sujeito a formas acadêmicas instituídos no século XIX. Conhecimento geográfico, quando se trata de conhecimento sobre o mundo, está presente em todas as civilizações. E esta presente porque viver significa conhecer o espaço circundante e produzir interpretações a partir das mais simples experiências (LENCIONE, 1999, p. 22 apud SUZUKI, 2000, p. 64)

A geografia agrária apresenta uma história muito particular no que se refere ao desenvolvimento da geografia: conhecer a superfície da terra e detectar as formas de exploração aparece como a primeira forma de analisar a agricultura.

A agricultura é definida como a atividade econômica praticada pelo homem e que visa à produção de alimentos e matérias-primas; assim como o extrativismo vegetal e a pesca, a agricultura se apresenta como um tema muito antigo nos estudos geográficos.

Como as célebres descrições dos “llanos” da Venezuela e das faixas altitudinais do México, contidas no *Voyage aux régions équinoxiales du Nouveau Continent* de Humboldt, assim como a exposição de Karl Ritter, na sua “*Erdkunde*”, sobre a relação entre a origem do “*plantation*” e a produção de açúcar para o mercado (VALVERDE, 1964, p. 11 apud FERREIRA, 2002, p. 26).

Assim, a geografia agrária se desenvolveu seguindo uma trajetória de influências oferecida pela própria realidade e pelas mudanças paradigmáticas que determinaram seus temas de estudo e as formas de como estudá-los. Os estudos geográficos da agricultura foram se desenvolvendo no decorrer do tempo através de diversas abordagens que por, sinal, produziram várias definições que acompanhavam o modo de pensar do momento.

A indagação geográfica da atividade agrária permite a possibilidade de avaliar, não somente as influências do ambiente fisiográfico, mas também a configuração do solo, sua estrutura, situação, exposição, clima, como ainda

a ação exercida pelo homem na escolha dos sistemas de utilização do solo, nas categorias de empreendimentos agrícolas, etc., de modo que se avalie bem, junto aos fatores espaciais e naturais, as influências históricas e econômicas que contribuem para tornar variada a paisagem agrária (MIGLIORINE, 1950, p. 1072).

A geografia agrária parte sua análise da fitogeografia e da zoogeografia e seria a geografia das plantas úteis e dos animais domésticos, podendo ser considerada segundo três disciplinas diferenciadas. Uma, preocupada com a distribuição das espécies vegetais e animais ligadas à agricultura: a Geografia Agrária Estatística. Outra que, tratando das formas de economia, privilegia a relação com o meio ambiente: a Geografia Agrária Ecológica. Uma última, Geografia Agrária Fisionômica, cuja análise é orientada pelos diferentes aspectos da paisagem.

O começo da década de 1980 marca o início dos estudos Marxistas em geografia agrária e de acordo com Alves (2010), algumas abordagens se destacaram, como, por exemplo, o estudo do desenvolvimento contraditório do capitalismo no campo. Os geógrafos se apoiaram em pressupostos marxistas, sociológicos, políticos e econômicos para discutir tais relações no espaço rural.

Ferreira (2002) aprova esta ideia ao afirmar que “na década de 1980, a discussão teórica a respeito da definição de geografia agrária é suplantada pelo movimento de renovação paradigmática da geografia, que estabelece uma ótica social ao pensar agro.” Desta forma, apoiada por um pensamento crítico na geografia, o ponto de vista sociológico acrescenta o elemento homem nas análises, sua participação na sociedade e a preocupação do geógrafo em entender sua dinâmica e a relação com o contexto geral, como ele irá ter influência no espaço que está inserido. Esclarece esta constatação a explanação de Schneider (2007), que define o fenômeno da pluriatividade enfocando as estratégias familiares para obter rendas não agrícolas.

A pluriatividade é heterogênea e diversificada e está ligada, de um lado, as estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas *pela família e por seus membros* e, de outro, sua variabilidade dependerá das características do contexto ou do território em que estiver inserida<sup>5</sup>. Por outro lado, a pluriatividade pode adquirir significados diversos e servir para satisfazer projetos coletivos ou como resposta às decisões individuais. Além disso, as características da pluriatividade variam de acordo com o *indivíduo-membro (chefe, cônjuge ou filhos)* que a exerce, pois tal processo social acarreta efeitos distintos sobre o grupo doméstico e a unidade produtiva, de acordo com variáveis como o sexo ou posição na hierarquia da família de quem a pratica. O mesmo pode-se dizer das condições sociais e econômicas locais, do ambiente ou do contexto, em que ocorre a pluriatividade. Nesse caso, variáveis exógenas à unidade familiar, como o

mercado de trabalho e a infraestrutura disponível, entre outros, são fatores determinantes da sua evolução (SCHNEIDER, 2007, p. 5).

A geografia agrária tem muitas ciências que fazem fronteiras em relação às temáticas estudadas, e usufrui de diversos conceitos destas ciências de áreas afins para explicar certos fenômenos. Assim, de acordo com Alves (2010) em uma abordagem sociológica sob influência das ciências sociais, os geógrafos agrários desenvolveram alguns trabalhos com a perspectiva sociológica, sem os detalhamentos descritivos da paisagem natural. Nesta abordagem, o enfoque se volta para as análises da sociedade e das demandas da população, decorrente das influências das outras áreas do conhecimento, ou seja, a inserção de teorias de outras ciências na geografia, bem como o pluralismo metodológico adotado por alguns geógrafos.

Já sob uma abordagem agrônoma ou agrícola os estudos na geografia agrária remetem diretamente à questão da produção agrícola ou pecuária como centro da pesquisa, ou seja, as análises dos tipos de solos para a agricultura ou quais tipos de adubos e implementos devem ser utilizados no cultivo de determinada espécie vegetal, além da verificação espacial da produção agropecuária através de dados estatísticos e sua representação cartográfica.

A abordagem econômica apresenta a preocupação com o desenvolvimento econômico de espaços rurais como tema central de pesquisas na geografia brasileira. Remonta ao final da década de 1960, quando as descrições de campo não apoiavam as questões primordiais da população rural, como: a renda, produção e geração de emprego. Sobre este assunto, Orlando Valverde (1964b) diz que a geografia agrária pode ser classificada como um ramo da geografia econômica ou humana. Assim, o foco direcionado à abordagem econômica dos espaços rurais aumenta a importância para o entendimento das relações capitalistas na agricultura, este cenário é palco de discussão para os geógrafos críticos que trataram das desigualdades socioeconômicas promovidas pela má distribuição de renda no campo.

Entretanto, o geógrafo ainda não desenvolveu um conceito próprio para definir alguns temas, entre eles os de pluriatividade e de multifuncionalidade que atualmente são amplamente utilizados entre os geógrafos agrários, buscando em ciências afins essas conceituações, que apesar de serem ciências fronteiriças à geografia, apresentam seus próprios objetos de estudos, desta forma cada

conceituação seguirá uma linha específica aplicada a determinada ciência. Portanto, fica aos geógrafos formularem uma conceituação que abranja o objeto de pesquisa da geografia que consiste no estudo da organização espacial e as interferências humanas nesse contexto.

### 3.5 DELIBERANDO O ENTENDIMENTO SOBRE MULTIFUNCIONALIDADE E PLURIATIVIDADE E SEU USO NA PRESENTE INVESTIGAÇÃO

A terminologia multifuncionalidade empregada no meio rural tem sua gênese em meados da década de 1990, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) (SOARES 2000/2001). O principal documento resultante da CNUMAD, a Agenda 21, no capítulo 14 nomeado “Promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável”, sugere a “revisão, planejamento e programação integrada da política agrícola, à luz do aspecto multifuncional da agricultura, em especial no que diz respeito à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável”, sendo considerado como o primeiro documento oficial que usa a noção de Multifuncionalidade (MALUF, 2000).

De acordo com Sabourin (2008), a multifuncionalidade da agricultura foi caracterizada a partir da CNUMAD, como um reconhecimento, pelos governos e sociedade, do interesse público sobre as funções sociais, ambientais, econômicas e culturais, desempenhadas pela agricultura familiar, não diretamente produtiva ou mercantil, associadas a explorações agropecuárias.

A partir de então, o debate a cerca da multifuncionalidade vem ganhando força e legitimidade social e inspirou mais adiante a formulação de políticas públicas como a política agrícola francesa que instituiu os Contratos Territoriais de Estabelecimentos (CTEs) pela Lei de Orientação Agrícola (LOA) de 1999.

A Lei da orientação agrícola [...] reforça a multifuncionalidade e integra, além do emprego e da qualidade, uma dimensão ambiental importante nos Contratos Territoriais do Estabelecimento. Esta lei e estes CTE constituem a pedra angular desta nova política fundada não mais na corrida louca da quantidade produzida, mas em critérios mais condizentes com as demandas sociais atuais: emprego, qualidade, ambiente, paisagens. [...] Assim, emprego, meio ambiente, segurança alimentar, qualidade e origem (traçabilité) dos produtos constituem hoje prioridades da minha ação (GLAVANY, 1993, p. 3-4).

Cada CTE deve respeitar simultaneamente duas orientações: uma socioeconômica e outra ambiental-territorial. O caráter territorial prevê que cada agricultor deve elaborar seu projeto em coerência com as especificidades e as orientações técnicas da microrregião geográfica onde seu estabelecimento se localiza. A multifuncionalidade da agricultura e a pluriatividade do agricultor devem ser consideradas na elaboração do projeto. O Ministério sugere algumas atividades que podem compor o projeto, tais como integração numa rede de qualidade, a montagem de uma unidade de transformação, a venda direta, o agro turismo, a manutenção ou a criação de empregos, o controle da erosão, o tratamento das águas utilizadas nas unidades de produção e de transformação, a valorização das áreas com pastagens, a manutenção da biodiversidade etc. (MAP, 1999).

Isso permitiu a integração da dimensão territorial da agricultura, recuperando a dimensão agrária, renovada e multifuncional, trazendo o reconhecimento que a produção de alimentos já não é o único objetivo da agricultura familiar, como afirma o primeiro artigo da referida LOA: “[...] leva em conta as funções econômica, ambiental e social da agricultura e contribui para o ordenamento do território, almejando um desenvolvimento sustentável” (RÉMY, 2004, p. 21 apud GAVIOLI, 2010, p. 27).

Nesse sentido, a agricultura multifuncional representa não só a possibilidade de inserção social e profissional para uma fração desses novos rurais, mas também um importante mecanismo do processo de “vitalização rural” iniciado na França na década de 1970. A pluriatividade das famílias de agricultores é uma realidade e a capacidade que as atividades agrícolas apresentam de se articular com outras ocupações dos membros familiares tende a colocar a agricultura no primeiro plano das estratégias de desenvolvimento rural. O recente reconhecimento das multifunções da agricultura nos programas de desenvolvimento rural da União Europeia comprova esse fato. Um exemplo são negociações iniciadas entre três cooperativas agrícolas francesas e uma cooperativa brasileira do Rio Grande do Sul visando o comércio de soja não transgênica para a alimentação animal na França.

Desta forma a multifuncionalidade da agricultura ganha destaque na França para explicar a busca de valorização das inúmeras atividades exercidas pelo meio rural de forma voluntária assumida pela sociedade e conservando os recursos naturais. Desde então, buscou-se uma maneira de remunerar o trabalhador do campo pela pouca utilização dos recursos naturais, ou seja, não se paga mais

somente pelo produto, mas pela valorização dos recursos naturais que somam ganhos de qualidade à produção. Esta visão é também encontrada em Huylenbroeck e Durand (2002, p. 12):

Nos últimos anos, o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura tem suscitado muitos debates entre os pesquisadores envolvidos no desenvolvimento rural. Multifuncionalidade expressa a ideia de que a agricultura desempenha várias funções em simultâneo; geralmente, estas funções são baseadas em torno do tripé clássico do desenvolvimento sustentável: econômica, social, ambiental. Na França, na sequência dos trabalhos da década de 1990 sobre as "Novas funções da agricultura e do espaço rural, o debate centrou-se mais sobre a multifuncionalidade da Agricultura, ao mesmo tempo, continuou o trabalho em várias "funções das zonas rurais" (PERRIER-CORNET, 2002), ou mesmo para o que nos interessa sobre as funções da atividade agrícola para famílias (LAURENT et al., 1998. MUNDLER, 2004, p. 11).

Portanto, a França foi pioneira neste pensamento a respeito da noção de multifuncionalidade como uma forma de valorização do meio rural. A partir de então o debate se ampliou mundialmente, oferecendo base e referência aos estudos que se iniciaram no Brasil (RABAIOLLI; MIORIN, 2011).

A coerência de todas as várias funções da agricultura e que fazem a multifuncionalidade da agricultura uma característica de um projeto político visando transformar assim que melhor atenda às suas funções é a diversidade, a diversidade que se enfraqueceu pelo caráter produtivista monofuncional (MUNDLER *apud* LAFONTAINE; JEAN, 2010, p. 13).

Para Carneiro e Maluf (2003) a noção de multifuncionalidade pode ser aplicada no estudo da realidade rural brasileira, ainda que, no Brasil, a promoção de uma agricultura de base multifuncional deverá envolver uma dimensão de estímulo à produção de alimentos e de incremento de rendas dos agricultores familiares. Enquanto na França a noção se associa a um recuo do produtivismo na direção da sustentabilidade ambiental e da qualidade de alimentos, no Brasil, apesar dos sucessivos recordes de produção agrícola, não se pode considerar que a produção agroalimentar, o acesso ao crédito, e a distribuição de terras sejam questões bem resolvidas e equacionadas. Desta forma a noção de multifuncionalidade no contexto nacional deve abordar estes pontos e articulá-los com os aspectos ambientais, territoriais, socioeconômicos e culturais envolvidos na produção agrícola (MALUF, 2003, p. 49). Sendo assim:

A multifuncionalidade dos territórios é uma abordagem de gestão de planejamento e desenvolvimento que se esforça para satisfazer plenamente as necessidades, valores e aspirações das comunidades, considerando

tanto o social, cultural, ambiental e econômico de um determinado território (Solidarité rurale- Quebec).

Segundo Cazella et al., (2009) a noção de Multifuncionalidade é útil à realidade brasileira à medida que for considerada um instrumento de análise dos processos sociais agrários que permite enxergar dinâmicas e fatos sociais obscurecidos pela visão que privilegia os processos econômicos, ainda que se concorde em que, no Brasil, a promoção da Multifuncionalidade tenha de ser combinada com o estímulo à produção de alimentos.

É antiga a discussão acerca do papel da agricultura no conjunto da sociedade, qual função a mesma deve desempenhar para alcançar os objetivos propostos durante a Revolução Verde. Nesse período pensava-se a agricultura com sua função clássica, a de produtora de alimentos em grande quantidade e em menor preço. Porém, o que irá se transformar com a inserção da noção da multifuncionalidade é a mudança dessa concepção conservadora, ainda remetente ao período da revolução verde por volta de 1960. Com uma abordagem mais voltada para o território se valoriza além dessa função primordial de produtora de alimentos, suas peculiaridades, como a conservação dos recursos naturais, patrimônio sociocultural e qualidade dos alimentos (CARNEIRO; MALUF, 2003).

Desta maneira Cazella et al. (2009) observam que a aplicação da noção de multifuncionalidade não se adéqua a outras formas de agricultura a não ser a familiar, já que são estes tipos de agricultura que melhor expressam o que a multifuncionalidade pretende reconhecer: modelos de produção agropecuária socialmente equitativos, ambientalmente sustentáveis e que valorizem a diversidade cultural e dos biomas.

Para Laureny (2000) apud ALLES (2005) é possível identificar três principais correntes de pensamento a respeito da multifuncionalidade: o primeiro considera o debate puramente retórico, com o objetivo de manter as atuais práticas econômicas e de políticas públicas. Assim, usar a multifuncionalidade como artifício ideológico para justificar os subsídios aos agricultores especializados no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC). O segundo considera a multifuncionalidade como uma nova estratégia econômica para a agricultura, pressupondo a mercantilização dos produtos não mercadorias. O terceiro, o qual se pretende seguir durante a pesquisa, distingue a multifuncionalidade como uma tática política para aprofundar as relações

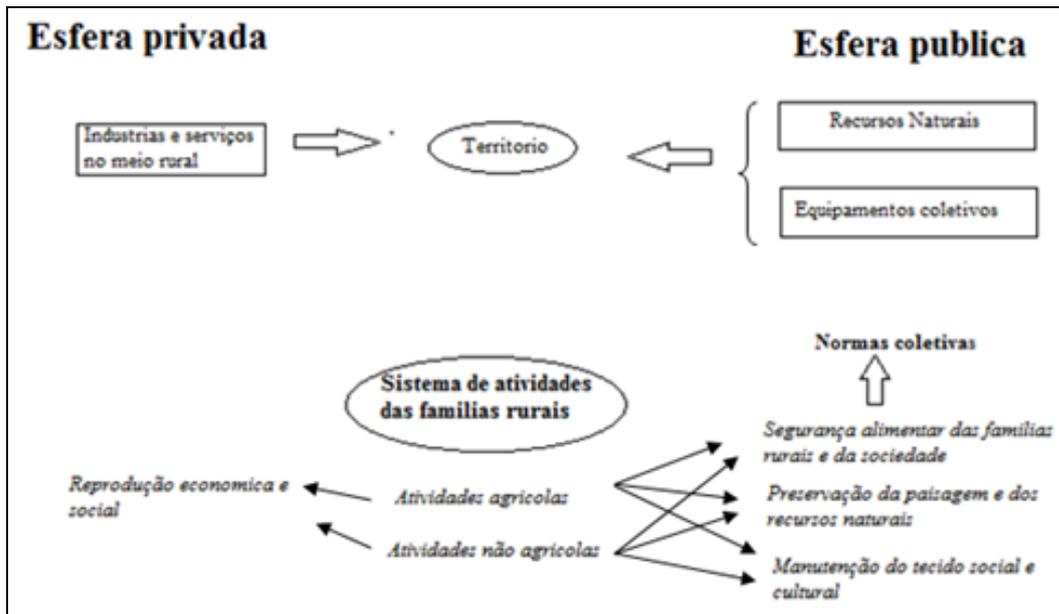
entre os campos político, social e biológico, associados a uma ideia de desenvolvimento sustentável.

Pensando os assentamentos rurais a partir da noção de Multifuncionalidade, Cardoso et al. (2003) consideram que o acesso á terra envolve o desabrochar de uma série de funções, além do óbvio incremento da produção agrícola. A implantação de um assentamento permite a ocupação de vazios demográficos, com a incorporação de um novo elemento no tecido social preexistente no território, dinamizando-o. Mais do que uma política de distribuição de ativos fundiários, entende-se a implantação de assentamentos rurais como um processo social e político amplo, que envolve o acesso aos recursos naturais, ao financiamento, à tecnologia, ao mercado de produtos e de trabalho e à distribuição do poder político (LEITE; ÁVILA, 2007).

A multifuncionalidade nos assentamentos rurais permite a caracterização dos mesmos como um território particular. A multifuncionalidade na agricultura está intimamente ligada à noção de território, que segundo Abramovay (op. Cit.) pode ser entendido como um espaço que materializa, numa determinada localidade geográfica, um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo e integrado. Assim, o território não é uma simples demarcação geográfica ou político-administrativa delimitada arbitrariamente, mas envolve, antes de tudo, articulações entre formações socioculturais determinadas. Sendo um espaço socialmente organizado, o território se caracteriza através de uma identidade histórica atrelada aos fluxos econômicos, institucionais, políticos e humanos. A partir desta análise pode-se entender que o território envolve as relações a serem constituídas entre indivíduos e instituições, constituindo-se numa categoria de análise geográfica dinâmica e em constante movimento. Então, a análise, da multifuncionalidade deve se adequar às características particulares de cada território, é claro partindo de um pressuposto mais amplo, porém não sendo homogenia.

A análise da relação entre multifuncionalidade e território, propõe correlacionar as múltiplas funções da agricultura com os sistemas de atividades das famílias rurais cujas manifestações no âmbito dos territórios são mediadas por dinâmicas sociais, econômicas e institucionais. De início, convém estabelecer uma primeira e mais geral diferenciação entre a esfera privada regida pela regulação de mercado e a esfera pública regulada por normas coletivas (BONNAL & MALUF, 2007) (Figura 15).

Figura 15 – Multifuncionalidade da agricultura, atividades e território



Fonte: Bonnal e Maluf (2007).

Na esfera privada, os produtos agrícolas vendidos constituem a renda agrícola que sustenta diretamente a reprodução econômica e social do núcleo familiar, enquanto, na esfera pública, o caráter multifuncional da agricultura familiar dá lugar à produção de bens públicos relacionados à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais e da paisagem, e manutenção do tecido social e cultural.

Os territórios são, comumente, considerados unidades privilegiadas de expressão da multifuncionalidade da agricultura a serem tomadas em conta na definição das políticas públicas. Porém, existem várias vertentes para tratar essa relação entre multifuncionalidade e território. Isso é resultado das múltiplas concepções a cerca da noção de multifuncionalidade.

Antes será pertinente fazer uma retomada das reflexões acerca do território, conceito chave para o estudo da multifuncionalidade. Partindo de estudos de autores como, Gottmann (1973), Raffestin (1980/1981/1993), Dematteis (1970, 1985 e 1995), Quaini (2003 e 2005), Haesbaert (2004) e Saquet (2004), que trabalham diferentes abordagens do conceito de território, faz-se uma retomada histórica das concepções acerca da categoria território. Salientando alguns deles, como Gottmann (1973), avisando que o conceito de território evoluiu consideravelmente desde a antiguidade até o século XX. Esta evolução teria ocorrido em razão da mudança da

natureza da soberania e principalmente pelo avanço tecnológico. O autor entende que se muda o significado do território conforme se reorganizam as sociedades. Por sua vez, Raffestin (1980/1981/1993), apresenta ampla discussão acerca da geografia política e das relações de poder e afirma que a produção do território se materializa através das relações de produção, logo as relações de poder, do Estado ao indivíduo, através de malhas, nós e redes. Assim o território se constituiria pelas relações de poder que ocorre em um determinado espaço, as quais ocorrem em redes, em uma troca constante de energia e informação, pois ele define poder como uma troca entre energia e informação isto é, por meio do trabalho, trabalho relacionado a qualquer energia, empregado com um determinado conhecimento, em todos os níveis de relações.

Para muitos geógrafos, o território é considerado um “conceito-mala” pelo fato de carregar diversos sentidos. Sua integração no campo da Geografia é relativamente recente – décadas de 1970 e 1980 – e foi concomitante a uma abertura desta ciência na direção de outras Ciências Sociais.

Em uma primeira aproximação, um território pode ser considerado como “um pedaço de espaço cujos elementos constitutivos são organizados e estruturados pelas ações dos grupos sociais que o ocupam e o utilizam” (RENARD, 2002). Neste sentido, o território pode ser concebido como, uma unidade geográfica delimitada por uma fronteira, criando uma oposição entre o que está dentro com o que se encontra fora. Desta forma a preocupação dos geógrafos é entender a lógica de organização geral desses territórios e como os aspectos visíveis, como a paisagem, por exemplo, irão refletir a atuação dos atores que constituíram esse determinado território.

O território é apropriado e construído socialmente, resultado e condição do processo de territorialização; é produto do processo de apropriação e domínio social, cotidianamente, inscrevendo-se num campo de poder, de relações socioespaciais, nas quais, a natureza exterior ao homem está presente de diferentes maneiras, como mencionamos em Saquet (2003/2001 e 2004).

A ideia de multifuncionalidade da agricultura prevê o reconhecimento, a valorização e a formulação de políticas de apoio e da promoção de algumas funções exercidas pela agricultura familiar, além da produção de alimentos e fibras. Estas outras funções, geralmente de caráter público, são decorrentes da prática da

agricultura, mas também são tributárias de suas relações com determinado território, no qual as famílias rurais estão inseridas. Para Carneiro e Maluf (2003):

A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 19).

Desta forma, a noção de multifuncionalidade pode ser tomada como um “novo olhar” sobre a agricultura familiar, que permite analisar a interação entre famílias e territórios na dinâmica de reprodução social. O caráter multifuncional que implica em considerar os modos de vida dos agricultores em sua integridade, e não apenas em seus aspectos econômicos, incorporando ainda a análise e a provisão de bens públicos por parte destes agricultores, relacionados com o meio ambiente, com a segurança alimentar e com o patrimônio cultural (CARNEIRO; MALUF, 2003).

Em outras palavras, torna-se impossível utilizar a noção de multifuncionalidade da agricultura como “lente” sobre a agricultura familiar, sem considerar o território como parte fundamental deste referencial. A multifuncionalidade possui uma base territorial, favorecendo a passagem do agrícola para o familiar e o rural.

Para Carneiro e Maluf (2003), a multifuncionalidade pode ser aplicada no estudo da realidade rural brasileira, lembrando que, no Brasil, a ascensão de uma agricultura multifuncional deve abarcar o estímulo à produção de alimentos e de acréscimo das rendas dos agricultores familiares.

Para Cazella et al. (2009), as múltiplas funções da agricultura são desempenhadas no âmbito de um sistema de atividades territorializadas, no qual a agricultura aparece como atividade central e polissêmica, moldando e antecedendo o território. É a partir destes sistemas de atividades que se podem observar as múltiplas funções associadas à agricultura.

Analisando a noção de multifuncionalidade, construída a partir da relação entre sistemas de atividades e territórios, nota-se que ela engloba a temática da pluriatividade, mas não se limita a ela, ao contrario, é mais ampla do que constatar que atividades as famílias rurais desempenham fora de seus estabelecimentos. Assim, destaca-se Maia et al., (2009) que analisa a pluriatividade nos territórios e escreve:

[...] novos papéis e as novas funções econômicas atribuídas ao rural, que no caso se caracteriza pela diminuição do peso da agricultura na manutenção das famílias em razão do aumento da participação das atividades não agrícolas na geração de rendas, e também pela não identificação do espaço rural apenas no agrícola (MAIA et al., 2009, p. 195).

Desta forma deve-se considerar pluriatividade o exercício combinado de atividades agrícolas e não agrícolas remuneradas, realizadas dentro ou fora do estabelecimento familiar (SCHNEIDER, 2001).

Contudo em Saco dos Anjos (2001, p. 55) pluriatividade significaria [...] a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas (incluindo o setor de serviços), realizadas dentro e/ou fora da unidade de produção, admitindo-a como um fator positivo para a diversificação das economias e para o desenvolvimento das regiões rurais.

Para Carneiro (2006, p. 168) o debate acerca da pluriatividade pode apresentar duas visões: a primeira que considera a pluriatividades um “transbordamento do urbano sobre o rural”, ou seja, a introdução de novas práticas de trabalho para a população da zona rural, com a crescente dinamização do mercado para as regiões rurais. A outra visão da pluriatividade atua como um mecanismo de manutenção e de fortalecimento das famílias e da agricultura desenvolvida por elas, que resulta da combinação de fatores externos e internos a dinâmica familiar, prevalecendo em contextos onde a articulação das famílias com o mercado ocorre através de atividades não agrícolas, e não mais pela produção agrícola.

Gaviolli (2007, p. 39) considera que a multifuncionalidade remete ao conhecimento e valorização das funções não mercantis e de caráter público, associadas à agricultura, como a “manutenção-construção” da paisagem, conservação dos recursos naturais, coesão social e cultural sobre determinado território, produção de alimento de qualidade, entre outras. Estas funções se articulam à ideia de pluriatividade na medida em que podem se expressar através do desempenho de atividades não agrícolas como, por exemplo, comercialização direta de produtos, agroindústrias de transformação familiar, produção de artesanato e de ofertas de serviços como o turismo rural, turismo ecológico e outros. Na perspectiva da multifuncionalidade, as atividades não agrícolas se associam às múltiplas dimensões ambientais e socioculturais presentes no rural e se ligam à agricultura.

Os estudos realizados a cerca da pluriatividade demonstram que a mesma se difunde das mais variadas formas. Observam-se, sob o signo da pluriatividade, práticas tão distintas como o engajamento de agricultores no mercado de trabalho, seja nas indústrias têxtil e calçadista presentes no meio rural (SCHNEIDER, 2011). Por ser a pluriatividade tão complexa e apresentar varias formas de expressão, desde a fabricação artesanal de objetos até o trabalho assalariado em determinada empresa, é que são apresentadas certas divisões tornando o conceito mais operacional.

Schneider (2006) identifica cinco tipos de pluriatividade: 1- “Inter setorial” articulação da agricultura com os demais setores da economia; 2- “base agrária” demandas de serviços não agrícolas geradas pelo próprio processo de modernização da agricultura; 3- “sazonal” informalidade e precariedade da venda da força de trabalho; 4- “para-agrícola” transformação e beneficiamento de algum produto agrícola obtido dentro do estabelecimento; 5- “tradicional” produção para o autoconsumo, ocorrendo dentro da propriedade, combinando atividades de produção, transformação e artesanato.

De acordo com Lacerda e Moruzzi Marques (2008, p.152) analisando a pluriatividade de agricultores familiares a partir da noção de multifuncionalidade afirma que:

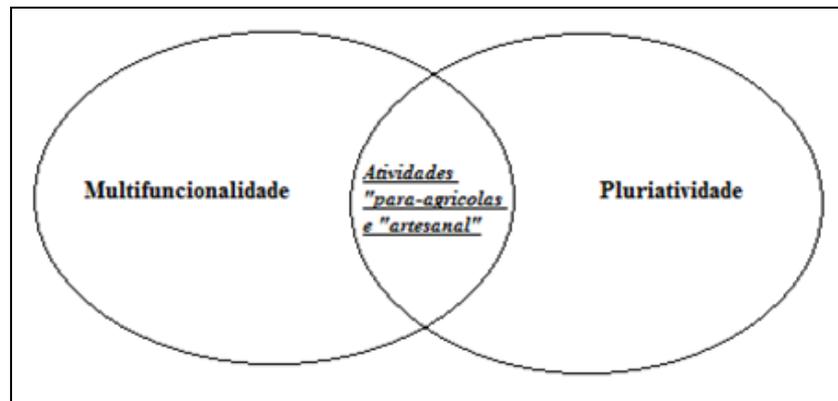
[...] pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura são duas ideias que configuram diferentes perspectivas tanto de intervenção em termos de políticas públicas, quanto de análise interpretativa, implicando abordagem a partir de ângulos distintos sobre a agricultura e o mundo rural (LACERDA; MORUZZI MARQUES, 2008, p. 152).

Desta maneira, a agricultura familiar seria responsável além da produção de alimentos, pela valorização e conservação dos recursos naturais, coesão social e cultural, se expressando em atividades como a agroindústria familiar, agroturismo, consideradas dentro da pluriatividade como atividade não agrícola geradora de renda, realizada em combinação com a agricultura. Entretanto se distancia de outras atividades pluriativas, como o trabalho assalariado em indústrias.

Na diferenciação entre a pluriatividade e a multifuncionalidade, consideram-se apenas as atividades “para agrícolas” e “artesaniais”, divisões da temática pluriatividade, como sendo pertencentes à noção de multifuncionalidade, acreditando que essas divisões auxiliam no fortalecimento da agricultura familiar.

(Figura 16) Os trabalhos ligados às agroindústrias familiares, cooperativas, associativismo, tão presentes no meio rural, resignificam o trabalho no campo, e expressam as “novas ruralidades” (WANDERLEY, 2000, p. 90).

Figura 16 – Esquema da interface entre multifuncionalidade e pluriatividade



Fonte: OLIVEIRA, 2013.

Para Carneiro e Maluf (2003) a legitimação da concepção da multifuncionalidade da agricultura no Brasil, poderá auxiliar a emergir a consciência nos agricultores e eles assumirem responsabilidades sociais, as quais devem merecer o reconhecimento da sociedade, contemplando estas funções através de políticas públicas e articulando-as a projetos de desenvolvimento local e regional. Esta agricultura multifuncional, idealizada para o desenvolvimento, desvenda potencialidades que o rural e, em particular, a agricultura familiar não pôde mostrar de forma clara à sociedade.

Algumas funções estão sendo desempenhadas pela agricultura familiar no âmbito da multifuncionalidade e, também, por parte da pluriatividade; entre elas estão a reprodução socioeconômica das famílias rurais que diz respeito à geração de trabalho e de renda, que permite a essas famílias permanecerem no campo, apesar de todo esse contexto de não valorização desse segmento tão importante. Segundo Loyola (2002) os agricultores mobilizam, enfrentam ou modificam as condições materiais e imateriais disponíveis para criar uma situação de vida própria, característica de um dado momento, influenciando, conseqüentemente, para a configuração de novas realidades ou de novas situações agrárias.

Mas como não existe uma homogeneidade nas táticas utilizadas pelos produtores, cada família percorre esse processo para garantir sua reprodução social,

enquanto o pequeno produtor rural respeita e adapta-se às condições naturais e sociais do seu meio. Outro ponto importante está nas características técnico-produtivas, promoção da segurança alimentar das famílias rurais e da sociedade e sustentabilidade da atividade agrícola, onde a agricultura familiar é promotora da segurança e soberania alimentar tanto de suas próprias famílias, quanto da sociedade. A conservação dos recursos naturais e manutenção da paisagem, a partir de um referencial econômico, é de onde a família agricultora busca minimizar a compra de insumos externos à propriedade e utilizar os recursos endógenos, locais e prontamente disponíveis (PLOEG, 2006). E por fim a manutenção do tecido social e cultural associado a determinado território, pois a agricultura continua sendo a principal forma de definir a identidade e inserção social dessas famílias rurais brasileiras em seus territórios particulares.

Os postulados teóricos e conceituais relacionados até aqui, apontam para a importância da agricultura familiar tradicional nos assentamentos rurais, que mantêm a oferta de alimentos para a população e a sobrevivência da grande parcela da população rural. Também, esta agricultura é responsável por múltiplas atividades socioeconômicas (pluriatividade) e diversas funções (sociocultural econômica e ambiental).

É preciso ter uma definição sobre a agricultura, considerando que são os componentes que assumem papéis pluriativo. Desta forma, Carneiro (1999, p. 329), define a agricultura familiar em termos gerais, como “uma unidade de produção onde o trabalho, terra e família estão intimamente relacionados”. Portanto a definição de agricultura familiar é ampla e abarca inúmeros fatores que ocasionam certas confusões teóricas a seu respeito, abrangendo diversos grupos sociais heterogêneos. Assim, não seria eficiente enquadrar o agricultor familiar em uma classe social, como afirma a autora ao escrever:

Nesse sentido, não seria adequado identificar o agricultor familiar a uma classe social, como resultado de um processo de diferenciação social onde o termo agricultor familiar seria atribuído à exploração moderna, com base no trabalho familiar, orientada pela lógica empresarial capitalista em oposição ao camponês, tido como uma categoria social do passado e não capitalista (CARNEIRO, 1999, p. 329).

A autora ainda destaca que as unidades de produção familiar não desapareceram, mesmo sendo pequenas ou médias devido ao avanço do

capitalismo sobre a agricultura, e tampouco estas se inserem num processo único nas formas de produção. Neste sentido:

Esta dinâmica inclui uma diversidade de trajetórias que supõe uma adaptação contraditória às novas condições de produção. Este processo de adaptação pode implicar a formulação de novas estratégias para formas de produção já estabelecidas ou simplesmente uma nova combinação dos mecanismos já existentes visando a manutenção seja de exploração agrícola, seja do patrimônio familiar, ou seja, a reprodução do grupo doméstico (CARNEIRO, 1999, p. 330).

A partir das considerações sobre a agricultura familiar pode-se entender que essa é composta por elementos heterogêneos e sua análise deve considerar não somente a unidade familiar e suas relações com o mercado, mas também os aspectos socioeconômicos e as estratégias familiares para essa finalidade. De acordo com Abramovay (1991) a agricultura familiar oferece a flexibilidade de compor, de modo diversificado, sua renda global. Ganha força, até nas organizações europeias, a noção de que tão importante quanto à agricultura é a revalorização do meio rural, e a diversificação das atividades econômicas dos agricultores tendo em vista também a preservação do meio ambiente contra a desertificação rural.

Percebe-se que o agricultor familiar possui uma mobilidade que o permite interagir com as dinâmicas capitalistas e que por sua vez o insere num contexto diferenciado, o que Graziano da Silva (1997) reconhece como o “novo rural”, no qual o agricultor assume um papel diferenciado.

A sua característica fundamental é que ele não é mais somente um agricultor ou um pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vem se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais [...]. Essa é a sua característica nova: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não agrícolas (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 4).

Graziano da Silva (1997) chama a atenção ao disponibilizar dados sobre a população economicamente ativa (PEA) em áreas tidas como rurais pelo IBGE que comprovam o crescimento das atividades não agrícolas nesse espaço, principalmente aquelas ligadas à indústria, mais precisamente à agroindústria.

A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas pelos agricultores, até mesmo fora de seus estabelecimentos, retrata uma nova realidade no campo,

mesmo algumas dessas já sendo desenvolvidas em períodos anteriores, até mesmo por camponeses.

É preciso recordar que os camponeses não eram produtores agrícolas especializados: combinavam atividades não-agrícolas de bases artesanais dentro do estabelecimento, envolvendo praticamente todos os membros da família na produção de doces e conservas, fabricação de tecidos rústicos, moveis e utensílios diversos, reparos e ampliações das construções e benfeitorias, etc. O sinal visível que não podiam mais garantir a sua reprodução era o assalariamento temporário fora, que ocorria fundamentalmente em unidades de produção vizinhas por ocasião da colheita (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 4).

Salvo os questionamentos quanto ao uso da expressão “novo rural” ou “outro rural” é perceptível às mudanças na composição do trabalho familiar e no espaço que esta inserida a diversificação de atividades produtivas. Tal diversidade pode ser identificada na pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Marketing Rural, que “mostrou que o número de produtores rurais que exercem atividades não agrícolas dobrou durante os anos 1990”. Esse número passou de 20% para 40%, como afirma Campanhola e Silva (2000).

Ao entender que o agricultor e sua família não estão vinculados apenas à produção agrícola e por isso realizam outras atividades complementares, as rendas se encontram, portanto, na condição de pluriativo, que de acordo com Schneider pode ser descrito como:

Como fenômeno social e econômico presente na estrutura agrária de regiões e países, pode-se definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual, membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade seja decorrente de fatores que são exógenos, como o mercado de trabalho não agrícolas, ela pode ser definida como uma prática que depende de decisões individuais ou familiares (SCHNEIDER, 2003, p. 112).

Portanto, deve-se delimitar a relação da agricultura familiar e como a pluriatividade se tornou uma alternativa para complementar a renda nesse meio. Para tanto faremos novamente o uso das palavras de Schneider (2003), o qual afirma a necessidade de um amplo debate entre as relações de trabalho na família e a sua ligação com a produção no capitalismo. Portanto:

Parte-se do pressuposto de que a dinâmica socioeconômica no meio rural faz parte da sociedade como um todo, e que, em determinadas situações históricas, ela certamente será estabelecida pelo regime capitalista. Mas

essa não é uma “regra universal”, e o modo pelo qual a forma familiar interage com o capitalismo podendo variar e assumir feições muito particulares. Em alguns casos históricos, as formas sociais identificadas com o trabalho familiar acabaram sucumbindo e foram absorvidas pelo próprio capitalismo, mas em outros, como é o caso de certas configurações de pluriatividade, a presença do trabalho familiar em unidades produtivas agrícolas pôde desenvolver relações até certo ponto estáveis e duradoura com as formas sociais e econômicas predominantes. Assim, as unidades familiares substituem com uma relativa autonomia em relação ao capital e vão se reproduzindo nessas condições. A sua transformação vai depender de sua relação com as formas distintas e heterogêneas de estruturação social, cultural e econômica do capitalismo, em um certo espaço e contexto histórico (SCHNEIDER, 2003, p. 112).

Com o crescimento do agronegócio no Brasil, principalmente após a década de 1970, apurado por todo um processo de modernização da agricultura, surgiu um grande desafio para os pequenos proprietários rurais, que seria a criação de estratégias para garantir a sua reprodução socioeconômica, frente a todas essas mudanças. Essas alternativas estão atreladas à emergência de um novo paradigma no campo, em que as atividades desenvolvidas deixam de ser apenas agrícolas, há uma preocupação maior com as questões ambientais, onde a agricultura familiar passa a ser percebida e assume maior destaque pela sua diversificação produtiva, e tradicional preservação dos saberes. Esse novo modo de se conduzir a propriedade rural passa a ser denominado de multifuncionalidade e, nesse contexto, a família rural pluriativa exerce atividades agrícolas intercaladas com atividades não agrícolas, tanto dentro como fora da propriedade.

De acordo com Anjos e Caldas (2006), para falar em pluriatividade é preciso primeiramente entender a multifuncionalidade, pois esta tem a ver com o reconhecimento das externalidades positivas produzidas pela agricultura familiar que são positivas à sociedade, como por exemplo, a preservação do patrimônio paisagístico e cultural, conservação dos recursos naturais e outros, além da própria produção agropecuária.

Pesquisas já demonstram que a multifuncionalidade pode ser uma alternativa para alguns problemas sociais, econômicos, ambientais e até relacionados a segurança alimentar no campo (SOARES, 2000), porém é importante ressaltar que o termo multifuncionalidade está relacionado à propriedade onde esta agricultura esta sendo desenvolvida, agora quem desenvolve essas funções é o proprietário, tornando-se, assim, uma família pluriativa.

A pluriatividade pode manifestar-se em diferentes formas de combinação de atividades agrícolas como atividades não agrícolas, sejam atividades agrícolas

combinadas com o beneficiamento de produtos agrícolas, ou com uma pequena agroindústria, ou com a prestação de serviços ou mesmo com a ocupação de um ou mais membros da família empregados em atividades não agrícolas, tanto rurais quanto urbanas.

De acordo com Menegat (2005) a pluriatividade apresenta-se com um dos processos engendrados no campo, que se baseia nas formas de trabalho realizadas pela família rural. Neste sentido, a pluriatividade não engloba apenas o produtor rural, mas sim toda a família, demonstrando o caráter familiar da unidade agrícola.

Kageyama (1998) ao falar sobre pluriatividade e agricultura em tempo parcial, afirma que:

O tempo parcial numa atividade (agricultura, por exemplo) é condição necessária para poder dedicar-se a outras atividades, mas não é suficiente e nem sinônimo de pluriatividade. Mas ainda: é preciso esclarecer se o tempo parcial se refere a uma atividade (“agricultura de tempo parcial”) ou ao número total de horas trabalhadas pela pessoa. O primeiro aspecto é o que parece estar mais diretamente relacionado com a pluriatividade, enquanto o segundo (jornada de trabalho) seria mais pertinente a análise de subemprego ou subocupação. Exemplificando, pode-se ter um indivíduo pluriativo que trabalha apenas metade da jornada normal (ele seria pluriativo em tempo parcial), assim como uma pessoa ocupada em tempo integral que pratica agricultura em tempo parcial porque se dedica a outras atividades (urbanas, por exemplo) no resto do tempo (ele seria um pluriativo, com ocupação em tempo integral e praticando agricultura de tempo parcial). Esses casos, se aparentemente esdrúxulos quando precisamente formulados, não são incomuns nas áreas rurais mais dinâmicas. Mas, ao contrário das estatísticas, nem sempre os autores que analisam a pluriatividade distinguem claramente os aspectos acima indicados (KAGEYAMA, 1998, p. 517).

A partir destas análises exaustivas a respeito do fenômeno pluriatividade e multifuncionalidade no Brasil e o destaque que vem recebendo no meio acadêmico, como uma alternativa econômica, no momento em que as atividades de agricultura familiar em pequena área, sozinhas, não são mais capazes de gerar a reprodução social da unidade familiar, e neste sentido o espaço é (re) funcionalizado, para criar outros meios de reprodução econômica no campo, novas funções são assumidas sempre que a sociedade sofre uma mudança, e considerando que a totalidade da mudança cria uma nova organização espacial, como bem Milton Santos (1985) chamava a atenção, em suas análises, sobre o período Técnico, Científico Informacional atuando nas transformações espaciais.

Assim, quando as espacialidades, considerando-se as propriedades familiares, incluindo-se os assentados de Zumbi dos Palmares passam a incorporar

mais funções, elas se tornam, por incorporação do trabalho coletivo, propriedade multifuncional. Esta multifuncionalidade pode ser expressa na função agrícola combinada com a prestação de serviços como a piscicultura, apicultura, produção de hortigranjeiros, turismo rural, ecoturismo, etc.

Apropriando-se das ideias, opiniões e entendimento de sociólogos, economistas, agrônomos e geógrafos a respeito das atividades pluriativas e multifuncionais existentes, e no crescimento da agricultura familiar de pequeno porte entende-se que tal forma familiar de produção característica dos assentamentos, instiga os produtores à luta na busca do aprimoramento de sua produção, de infraestrutura adequada, estradas e veículos, ao escoamento dos produtos e de acesso aos mercados, para que assim haja viabilidade de oferta de produtos dignos à estabelecerem competitividade.

A seguir são analisados, interpretados e discutidas as atividades no assentamento e as questões sobre atividades “pluri” e “multi” ativas que favorecem a permanência no lugar e as opiniões dos estudiosos a respeito da realidade agrária com a qual os assentados vivem e se reproduzem.



## **CAPITULO 4 – INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DAS ATIVIDADES DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES, SOB A INFLUENCIA DA PLURIATIVIDADE E MULTIFUNCIONALIDADE**

Este capítulo contém os resultados dos procedimentos metodológicos selecionados, atendendo às questões da presença da pluriatividade e da multifuncionalidade de acordo com a investigação direta realizada em campo e indireta realizada em documentação bibliográfica.

Considerando-se os objetivos da pesquisa, à luz do aporte teórico metodológico adotado e dos procedimentos efetuados na investigação, são tratadas as variáveis a partir de seus atributos, analisadas, discutidas e interpretadas procurando atingir aos objetivos referidos na introdução deste trabalho. A agricultura familiar no Brasil tem se expandido na forma espacial através dos assentamentos rurais espalhados por todas as regiões e em número cada vez mais crescente, como é o caso do Estado de Mato Grosso.

A criação de assentamentos rurais envolve a concepção de como deve ser gerada a propriedade agrícola para os pequenos produtores rurais, projeto este que se relaciona com os diversos atores envolvidos e está vinculado a vários conflitos na luta pela terra ou pela permanência nela. A análise dos assentamentos rurais permite tratar do desenvolvimento rural como algo que supera o crescimento agrícola e o aumento da produtividade, podendo se estabelecer em espaços de fortalecimento de uma agricultura familiar diversificada, polivalente e multifuncional, impulsionando processos de desenvolvimento rural endógenos, gerando não apenas rendimentos monetários ou incrementando a produção agrícola regional, mas também desempenhando funções sociais e ambientais para o conjunto da sociedade de acordo com Mior (2006).

No Brasil a agricultura familiar absorvia, em 2006, 13 milhões de pessoas (78,8% do total da mão de obra no campo), segundo o Censo Agropecuário de 2006/MDA/IBGE/UFF, sendo explorada com o mínimo de capital, tecnologia e geralmente com pouco conhecimento formal (CAMPOLIN, 2005).

O Censo Agropecuário de 2006 acusou cerca de 5.204.130 estabelecimentos rurais, dos quais mais de 4 milhões e 360 mil pertencem a agricultores familiares e o restante 807 mil é distribuído entre médios e grandes proprietários. As unidades familiares são responsáveis por produzir 40% da produção agropecuária do Brasil (Valor Bruto da Produção Agropecuária Total), com apenas 24% das terras, enquanto os médios e grandes produzem 60% da produção agropecuária do país, com 76% das terras. (BRASIL, 2006). O valor médio de produção por hectare de um agricultor familiar gera R\$ 677,00 ao mesmo passo que 1 hectare do agronegócio gera, em média, R\$ 368,00. Na vigência do Plano Safra 2009/2010 foram destinados R\$ 93 bilhões para o agronegócio e apenas R\$ 15 bilhões para a Agricultura Familiar (MPA, 2009). Daquilo que vai para a mesa dos brasileiros, 70% é produzido pelos agricultores familiares e apenas 30% vêm das grandes propriedades. Outra diferença está na mão de obra utilizada que, nas pequenas propriedades com menos de 4 módulos fiscais, ocupa 74% da mão de obra no campo enquanto que as médias e grandes - o agronegócio -, só gera 26% do emprego para as pessoas que trabalham no campo. Pelos números é notável a importância da agricultura familiar no cenário agrário brasileiro que, ao contrário do modo de produção capitalista e empresarial, cresce a partir do emprego do trabalho e da valorização dos potenciais ecológicos e socioculturais locais.

A agricultura familiar obedece ao modo de produção multifuncional, pois além da função essencial de produzir alimentos em quantidade, qualidade e diversidade, exerce outras funções e formas produtivas como: agroindústria, artesanato e turismo. O seguimento da agricultura familiar molda estilos de desenvolvimento rural que mantém relações positivas com os ecossistemas, criando empregos estáveis e dignos e dinamizando as economias regionais. Nesta direção, Veiga (2001) ressalta a importância da presença da agricultura familiar no meio rural brasileiro como principal responsável pela dinâmica e o desenvolvimento de uma região rural devido à capacidade de diversificação da economia local.

Assim, a análise e interpretação dos resultados serão condicionadas de acordo com alguns seguimentos importantes relacionados à presença e desenvolvimento de ações pluriativas e multifuncionais presentes no assentamento que moldam a organização sociocultural e produtiva atual dos assentados.

#### 4.1 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DA PRODUÇÃO E RENDA DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES, DOM AQUINO – MT

O sistema produtivo do Assentamento apresenta certa diversificação, apesar de 92% das propriedades possuírem pastagem, sendo o leite a base da renda familiar. A piscicultura (31% dos lotes) e o cultivo da mandioca (27%) são atividades que estão se expandindo devido a maior procura destes produtos na região. Destaca-se igualmente a criação de suínos (46%), equinos (58%) e aves (92%) (Tabela 1).

Tabela 1 – Principais produtos comercializados no assentamento Zumbi dos Palmares.

<b>Produtos comercializados</b>	<b>porcentagem</b>	<b>Destino da produção</b>
<b>MANDIOCA</b>	<b>27%</b>	<b>BUSCA NA PROPRIEDADE</b>
<b>PEIXE</b>	<b>9%</b>	<b>BUSCA NA PROPRIEDADE</b>
<b>LEITE</b>	<b>55%</b>	<b>VENDA PARA LATICINIO</b>
<b>GADO</b>	<b>9%</b>	<b>FAZENDAS PRÓXIMAS</b>

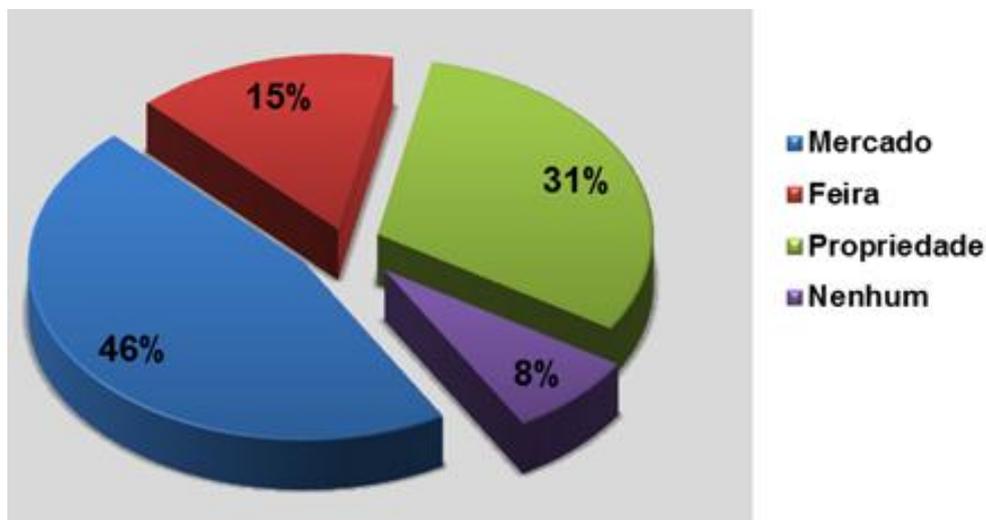
Fonte: Informações coletadas em entrevistas com assentados. Trabalho de Campo, 2014.

Dentre os produtos citados os principais são comercializados pelos agricultores devido à facilidade logística, os compradores vão até as propriedades para adquirir os produtos.

Os principais pontos de comércio da produção do assentamento são:

- os mercados nas cidades mais próximas;
- as feiras locais de agricultura familiar que ocorrem, geralmente, uma vez por semana;
- e a compra realizada direto na propriedade por terceiros (Figura 17).

Figura 17 – Gráfico sobre principais pontos de comércio dos produtos do assentamentos Zumbi dos Palmares-MT



Fonte: Oliveira (2015).

De acordo com os relatos dos moradores e a observação direta realizada durante a pesquisa, a atividade de venda de produtos advindos das propriedades é considerada baixa e, como explicação pode-se elencar alguns possíveis motivos, sendo eles:

(1) baixa produção de alguns itens que são mais procurados pelos compradores, como por exemplo, hortaliças, levando em consideração que para a produção deste tipo de cultura é essencial à presença constante de água, que se constitui em um dos problemas enfrentado no assentamento;

(2) a precariedade das vias de acesso do assentamento dificultando o escoamento dos produtos (Figura 18-19);

(3) a distância entre o assentamento e os mercados mais próximos (ver cartograma, Figura 4);

(4) ausência de meio de transporte para conduzir os produtos aos pontos de vendas;

(5) e, por fim, o impedimento da vigilância sanitária referente a produtos de origem animal, como aves, suínos, bovinos, e outros.

Figura 18 – Fotografia das condições precárias das vias de acesso ao assentamento Zumbi dos Palmares

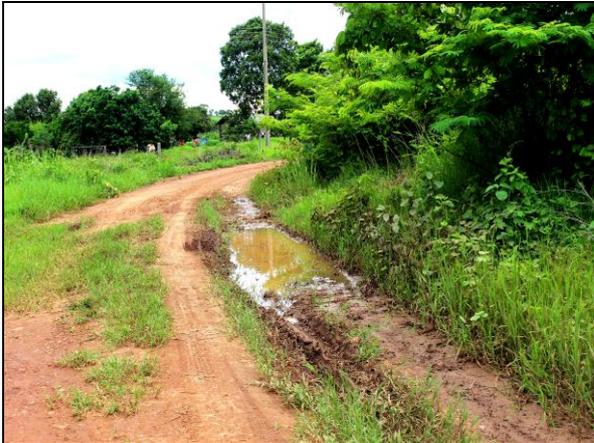


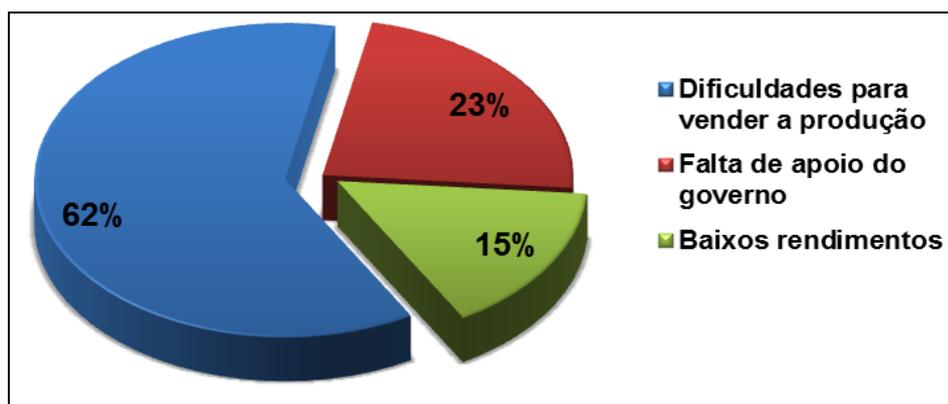
Figura 19 – Fotografia das condições precárias das vias de acesso ao assentamento Zumbi dos Palmares



Fonte: Oliveira (2015). Data: Junho de 2015.

Entre os fatores que favoreceram o crescimento da pluriatividade no assentamento, de acordo com as entrevistas, destaca-se a dificuldade para vender a produção, a falta de apoio governamental com o incremento de políticas públicas e os baixos rendimentos desta produção (Figura 20).

Figura 20 – Gráfico sobre os principais problemas enfrentados pela agricultura no assentamento Zumbi dos Palmares-MT



Fonte: Oliveira (2015).

Como observado na Tabela 1, o produto mais comercializado é o leite, produto principal a integrar a renda familiar, segundo 55% dos produtores. A seguir, a mandioca (27%), ocupa o segundo lugar e é consumida em grande parte em uma Agroindústria de processamento de mandioca existente no assentamento, pertencente à Associação Dando as Mãos. A agroindústria emprega cerca de 20

peças em sua maioria mulheres do próprio assentamento e se consolida como uma importante fonte de renda.

A Associação “Dando as Mãos” surgiu da atuação das associadas religiosas da Província Santa Teresa do Menino Jesus junto aos assentados dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Amazonas, tendo em seu projeto comum trabalhar com o propósito de Educação para a Cidadania, junto a categorias empobrecidas, excluídas dos benefícios socioeconômicos e políticos da sociedade brasileira, assumindo o objetivo de transformação social. Neste propósito a Organização dos Assentados e Empreendedores em Geral, vem a se formar como um empreendimento junto aos produtores/as do campo e da cidade a partir da economia solidária. A organização conta com o financiamento da Petrobrás, desde 2010 a partir do projeto *Desenvolvimento Socioeconômico dos Empreendimentos da Agricultura Familiar da Região Sul do Estado de Mato Grosso*, que tem como objetivo a formação, organização, motivação e sensibilização dos agricultores familiares na perspectiva do resgate dos valores sociais, culturais, ambientais e produtivos, com base nos princípios de Economia Solidária.

Atualmente, integram a Organização, moradores da periferia da cidade e de 12 assentamentos, localizados em sete municípios do Estado de Mato Grosso: São José do Povo, Rondonópolis, Guiratinga, Dom Aquino, Pedra Preta, Juscimeira e Poxoréu (CIRANDAS, s.d.). Para o Assentamento Zumbi dos Palmares, a associação possui grande importância, pois, foi através dessa iniciativa de união que os assentados tiveram o recurso necessário e a oportunidade de melhorar a renda através da criação do empreendimento de beneficiamento da farinha de mandioca.

A relevância econômica da agroindústria vem crescendo nos últimos anos, decorrente principalmente, dos processos que procuram agregar valor ao beneficiamento da mandioca, utilizando-a como matéria-prima em diferentes áreas do Brasil onde se produz cerca de 27 milhões de toneladas por ano segundo a ABAM, para a confecção de farinha (40%), utilizada na mesa diária e como ração animal, além de que 9,5% é transformada em amido, principalmente na Região Sul do País, como informam os dados bibliográficos consultados em Peduzzi (2009).

Assim deve-se considerar que a agroindústria da mandioca contribui economicamente para o homem do campo e, conseqüentemente, para a permanência deste na sua localidade de origem, ao agregar famílias e pequenas comunidades no sistema de cultivo e processamento, gerando ocupação e renda

(SEBRAE, 2003). Esta percepção aponta na direção de que as atividades agrícolas e não agrícolas, podem colaborar com a permanência do homem no campo, inibindo assim a fome, o êxodo e o empobrecimento de muitas regiões brasileiras, de acordo com alguns órgãos oficiais brasileiros, Singer (2003).

O empreendimento de beneficiamento da mandioca Palmares, teve início em agosto de 2013. O prédio do empreendimento de beneficiamento da farinha foi reaproveitado do espaço físico de um antigo galpão de máquinas anteriormente existente no local onde hoje está o Assentamento (Figura 21 a 25).

Figura 21 – Fotografia do prédio da agroindústria de beneficiamento da mandioca do assentamento Zumbi dos Palmares



Fonte: Oliveira (2015). Data: junho de 2015.

Figura 22 – Empreendimento de beneficiamento de mandioca no assentamento Zumbi dos Palmares



Fonte: Oliveira (2015). Data: junho de 2015.

Figura 23 – Fotografia de mulheres trabalhando na agroindústria de beneficiamento de mandioca no assentamento Zumbi dos Palmares, Dom Aquino-MT



Figura 24 – Fotografia da produção da agroindústria



Fonte: Oliveira (2015). Data: junho de 2015.

Figura 25 – Fotografia de produção da agroindústria de beneficiamento de mandioca do assentamento Zumbi dos Palmares



Durante o processo de elaboração da farinha observou-se o predomínio de mulheres na unidade produtiva, principalmente durante a operação de raspa das raízes, demonstrando a significativa atividade feminina no empreendimento.

A agroindústria de beneficiamento da mandioca produz quase 4000 kg de farinha por mês. Desta quantidade, a maior parte é destinada as vendas em escolas da região, em parceria com o Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do governo Federal. O restante é vendido nos mercados locais do município de Dom Aquino, Jaciara e Rondonópolis.

De acordo com os relatos das mulheres que trabalham na agroindústria, antes do empreendimento elas não possuíam renda alguma, hoje elas chegam a ganhar mais de um salário mínimo por mês, revelando uma nova realidade de empoderamento da mulher rural.

Outras atividades também foram citadas como a comercialização de peixe (9%)(Tabela 1, Figura 26 e 27) e de gado de corte (9%)(Tabela 1, Figura 28 e 29), que servem também para o consumo próprio, sendo criado em pastos de arrendamento. A presença destes pastos arrendados indica a inexistência de “oferta de venda” de alguns lotes. O restante de 33% dos assentados apenas produz para subsistência, com destaque para os cultivos de banana, abacaxi, manga, milho, mandioca, abóbora, e hortaliças.

Figura 26 – Fotografia dos tanques de criação do peixe no assentamento Zumbi dos Palmares



Figura 27 – Fotografia da criação e comercio do peixe no assentamento Zumbi dos Palmares



Fonte: Oliveira (2015). Data: junho de 2015.

Figura 28 – Fotografia das instalações utilizadas para a manutenção do gado de corte



Figura 29 – Fotografia do gado de corte no assentamento Zumbi dos Palmares



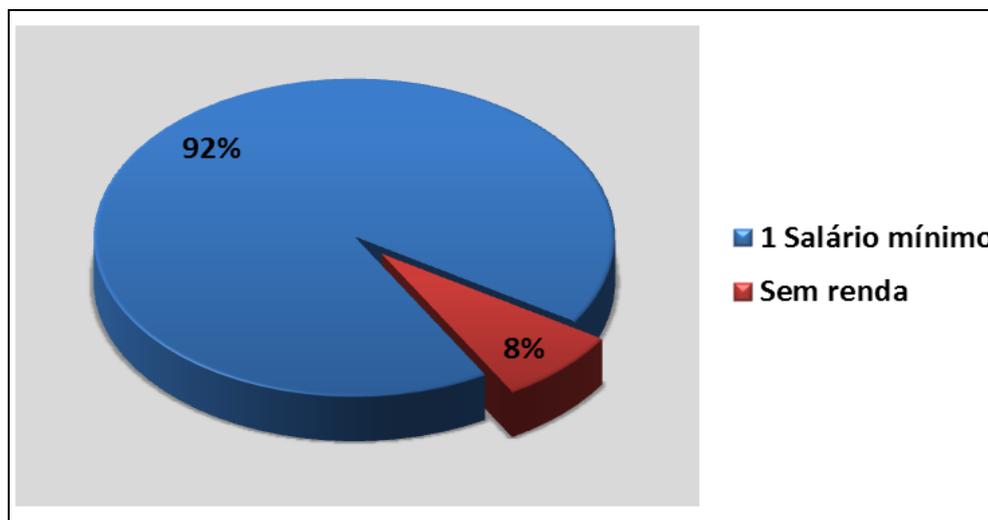
Fonte: Oliveira (2015). Data: junho de 2015.

Com relação à renda das famílias assentadas, ela pode ser reconhecida como renda agrícola, proveniente do trabalho realizado dentro da unidade de produção, por exemplo, as atividades agropecuárias (cultivo e criação), e a renda não agrícola, podendo ser realizadas fora ou dentro da unidade do lote (a propriedade individual). O indivíduo pode ocupar a condição de empregado, empregador ou trabalhar por conta-própria. Ocorre ainda a obtenção de outras fontes de renda advindas de trabalho exercido fora da unidade de produção em atividades inerentes ao setor agropecuário, por exemplo, prestar serviço temporário como peão em alguma fazenda ou estabelecimento próximo.

No entanto, não se deve associar a pluriatividade apenas pelo exercício de atividades não agrícolas, pois o crescimento destas atividades pode estar relacionado às alterações nos mercados de trabalho rural, expressando assim novos modos de ocupação da força de trabalho. A pluriatividade se caracteriza como um fenômeno da combinação de múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família.

Quanto às atividades agrícolas desenvolvidas pelos assentados, mais de 90% dos entrevistados dizem obter até um salário mínimo mensal (Figura 30).

Figura 30 – Gráfico do valor da renda mensal agrícola/pecuária do assentamento Zumbi dos Palmares

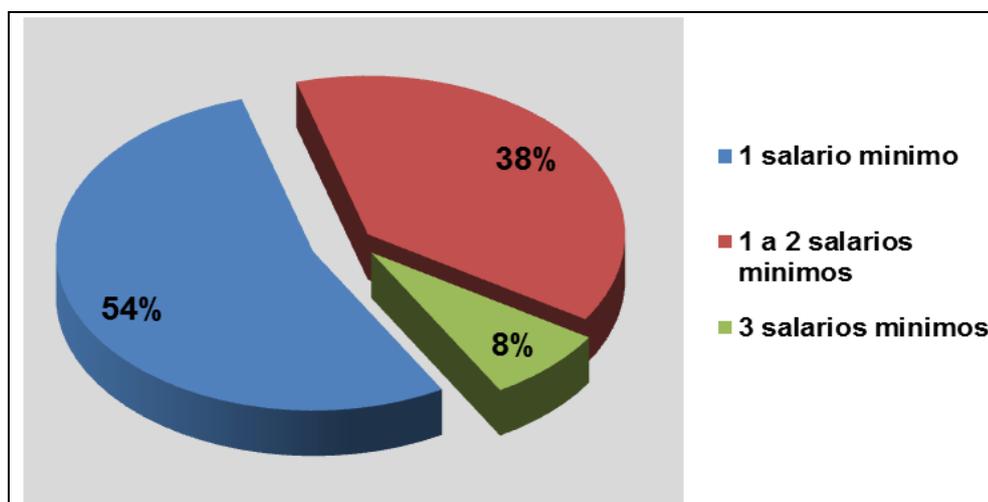


Fonte: Oliveira (2015).

Em relação às atividades não agrícolas, 85% dos entrevistados afirmam que desenvolvem algum tipo de atividade para complementar a renda. Elas variam desde a agroindústria que representa mais de 60% desta renda, além das atividades de diarista (15%), construção civil pedreiro (15%) e serviços públicos (8%).

A renda mensal das atividades não agrícolas supera a renda obtida das atividades agrícolas, conforme dados percentuais do gráfico a seguir (Figura 31).

Figura 31 – Gráfico do valor médio da renda não agrícola dos assentados de Zumbi dos Palmares



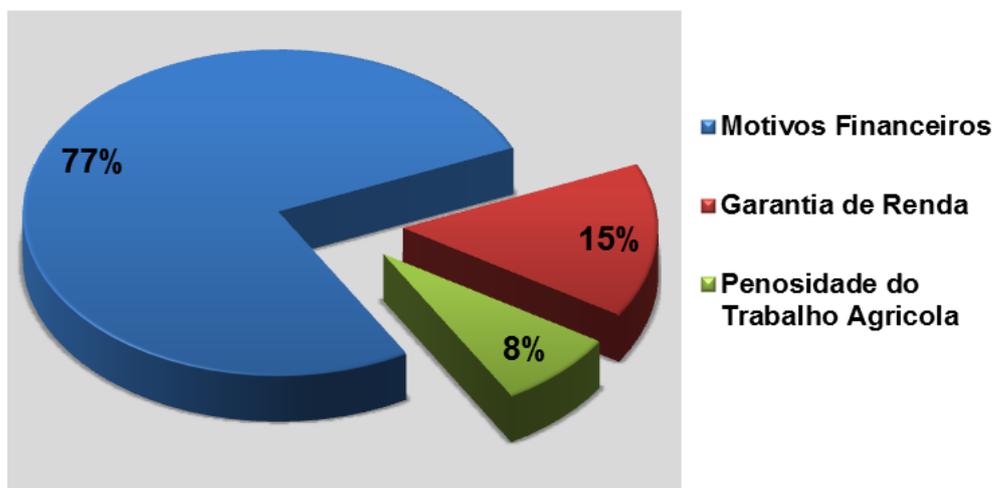
Fonte: Oliveira (2015).

Grande parte desta renda adquirida de atividades não agrícolas é proveniente dos rendimentos da agroindústria de beneficiamento de mandioca instalada no assentamento em agosto de 2013, que se enquadra segundo as definições de Schneider (2006) como atividade “para-agrícola”, onde ocorre a transformação e beneficiamento de algum produto agrícola obtido dentro do estabelecimento. Mais de 60% dos entrevistados desenvolvem esta atividade como complementação de renda.

Os motivos elencados para a busca por atividades não agrícolas, em sua maioria são:

- financeiros (77%), pelo fato da renda agrícola apenas não suprir as necessidades da família;
- garantia de uma renda fixa (15%)
- penosidade do trabalho agrícola (8%) (Figura 32).

Figura 32 – Gráfico dos motivos que levaram a busca de atividades não agrícolas



Fonte: Oliveira (2015).

#### 4.2 ANÁLISE DOS ASPECTOS AMBIENTAIS E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

De acordo com os dados levantados sobre aspectos ambientais do Assentamento, foi possível perceber maior preocupação por parte dos assentados, em relação à produção/natureza, baseada nas técnicas de cultivo, mais usadas pelos assentados. Mais da metade dos produtores entrevistados, 54%, utilizam

técnicas de adubação orgânica como, por exemplo, o esterco, tanto de gado como da galinha, restos de folhagem e de alimentos, de fácil acesso e mais baratos, pois são encontrados no próprio Assentamento.

A conscientização e preocupação com os recursos naturais presentes no assentamento, além de ser um processo que aproxima ainda mais o produtor da terra, exigindo maior cuidado e atenção com o solo e outros recursos, também auxilia na conservação dos mesmos e na manutenção da agrobiodiversidade local. Apenas 8% dos entrevistados utilizam adubação química, fato interessante se comparado à realidade de outros assentamentos onde essa taxa é relativamente maior e 38% dos entrevistados não utilizam qualquer tipo de adubação.

Quanto à utilização de defensivos agrícolas, a grande maioria respondeu usar principalmente os herbicidas (50%) e os inseticidas (33%), porém 17% não utilizam nenhum tipo.

Segundo as informações levantadas junto aos assentados, 69% apresentam reserva legal na propriedade, enquanto 31% não (Figura 33-34).

Figura 33 – parte da reserva legal do assentamento



Figura 34 – Visão panorâmica da reserva legal coletiva do assentamento



Fonte: Oliveira (2015). Data: Novembro de 2013.

Como no Assentamento não existe coleta de lixo, o destino varia conforme o tipo de lixo, por exemplo, o lixo orgânico é usado como adubo nas plantações e o restante é enterrado ou é queimado, no próprio sítio. Indagados sobre o processo de desmatamento, significativa parte dos assentados afirmou ser praticamente inexistente, pois quando receberam os lotes a atividade desenvolvida anteriormente

era a pecuária extensiva, deste modo, a maior parte dos lotes já possuía pastagens, não sendo necessário a derrubada para formação do pasto ou para gerar área agricultável.

Entre os 13 lotes de propriedades entrevistadas, oito possuíam nascentes, e destas, seis estavam em bom estado de conservação e duas se encontravam degradadas. O restante dos lotes de propriedades não apresentavam nascentes. Para a avaliação das nascentes foram usados apenas critérios sensoriais, como o cheiro e a cor da água (Figura 35 e 36).

Figura 35 – Nascente deteriorada



Figura 36 – Nascente preservada



Fonte: Oliveira (2015). Data: Novembro de 2013.

Com relação às informações sobre os aspectos ambientais analisados, uma das funções chave da multifuncionalidade, como preservação do meio ambiente, estes apontam um desempenho satisfatório da função ambiental. A conservação dos recursos naturais e manutenção da paisagem rural, com práticas de manejo adequado para a conservação dos recursos: solo, água, flora e fauna, no Assentamento além do cumprimento das legislações ambientais, está presente a manutenção e incremento da agrobiodiversidade como praticadas respeitadas por boa parte dos assentados. Entretanto a agricultura multifuncional não se manifesta de forma homogênea em todos os lotes rurais. Observou-se que muitos deles refletem aspectos particulares de cada contexto histórico e socioespacial de seu produtor.

### 4.3 ANÁLISE DA MANUTENÇÃO DO TECIDO SOCIAL E CULTURAL: “SER AGRICULTOR”

O “ser agricultor” segundo Maluf (2003), diz respeito ao modo de vida produzido pela prática da agricultura. Contudo tem-se a compreensão de que a agricultura não atua somente para sua reprodução econômica e para a segurança alimentar das famílias, mas também para formação de redes de sociabilidade, identidades sócioprofissionais e mesmo à própria manutenção das comunidades rurais. Esta função também diz respeito à participação política dos agricultores tanto em sindicatos, como em associações e em movimentos sociais.

Com a aplicação dos questionários buscou-se identificar a participação dos moradores em alguns grupos, como: associações, Igreja e festas populares. Observamos que a participação é expressiva, com 100% dos entrevistados, participando de algum grupo o que denota a presença de sentimento de grupo e de trabalho coletivo.

Todos os anos, no mês de dezembro, é realizado um encontro entre os assentados e todas as casas são visitadas durante este período, sendo o encerramento realizado no Centro Comunitário. É um momento de celebrar juntos e compartilhar enquanto grupo unido, pois a mensagem de união antes vivenciada no acampamento deve continuar a existir, segundo os moradores, garantindo o bom convívio e fortalecendo laços de amizade. Além das comemorações são partilhados os produtos produzidos pelos assentados, como uma maneira de mostrar a conquista da terra e os frutos desta conquista (Figura 37 e 38).

Outra prática, muito antiga, ainda, e conservada pelos moradores, é o “mutirão”, onde um grupo de pessoas se reúne em prol de outra que enfrenta, no momento, alguma dificuldade. Geralmente trata-se de prestar ajuda na capina ou roçada da lavoura, ou construção de casas.

Figura 37 – mesa de confraternização com produtos produzidos no assentamento



Figura 38 – Encontro de confraternização dos assentados



Fonte: Oliveira (2015). Data: Novembro de 2013.

Em relação à participação na associação, 54% são associados e 46% não associados da Associação Dando As Mãos evidenciando que o associativismo ainda é um desafio para os assentados que não reconhecem os benefícios da colaboração e cooperação na sua vida.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto no desenvolvimento deste trabalho que trata das relações homem e seu espaço de vida considerando o processo de povoamento do Estado de Mato Grosso ocorreu tardiamente considerando-se as outras áreas do Sul e Sudeste Brasileiro. O povoamento iniciou com o movimento dos bandeirantes, a descoberta de minas de ouro e a procura de pedras preciosas abundantes nos rios do interior brasileiro, principalmente rios do hoje estado do Mato Grosso, na região da atual capital Cuiabá. Esta área foi intensamente explorada no Brasil Colônia e Imperial. Com o enfraquecimento das atividades de mineração, já no Período Republicano, os latifundiários e comerciantes anteriormente instalados na região, conheceram uma expansão através da prática de atividades agropecuaristas extensionistas, marcando a economia regional.

O crescimento do povoamento do Mato Grosso, até então, apresentava baixa densidade populacional e favorecia a formação de grandes propriedades que permitiram o aparecimento de latifúndios por extensão, ou seja, extensões de terras ocupadas de forma extensiva, baixo uso e produtividade, ferindo os objetivos constitucionais que foram sacramentados na última Constituição Federal (1988), e que hoje deram lugar aos agro estabelecimentos de produção voltada à exportação e constituída por cereais, como, soja, arroz, milho, além da produção de cana de açúcar através de imensos canaviais que colocam o Brasil entre os maiores produtores destes produtos no mercado mundial.

A partir da década de 1960, com a inauguração de Brasília, a nova capital brasileira, ocorreram inúmeras migrações para a região Centro Oeste, valorizando suas terras e, conseqüentemente, ocorreram desalojamentos daqueles que no passado migraram e ocuparam áreas produzindo sustento para si e atendendo a um pequeno mercado, mas estabelecidos em terras devolutas. Tal situação permitiu o surgimento de conflitos na Região forçando o Governo Federal a promover em nome da paz social, uma equitativa distribuição de terras através da criação de Assentamentos, para a reforma agrária, provocando significativas discussões entre os que defendiam a reforma agrária e os contrários à ocorrência de reformas principalmente da terra no Brasil.

Contudo, aqueles que desejavam permanecer na Região aderiram a movimentos sociais e assim, na luta pela terra, ocorreu pouco a pouco a diminuição

dos conflitos sociais no campo, ou seja, realizou-se uma “espécie” de reforma agrária, nas propostas governamentais que eram as de diminuir os conflitos sociais no campo. E, assim ocorreu, os assentamentos tinham um papel de diminuir os conflitos sociais e não de promover o desenvolvimento socioeconômico digno das famílias e das áreas onde estavam situadas, pois se tratava de um período inicial dos órgãos governamentais ligados a questão da terra.

Portanto, neste trabalho de dissertação que contemplou um dos assentamentos mais antigos da região Centro Oeste e se pode verificar as deficiências contidas nas políticas de então. Elas não contemplavam as estruturas básicas como, assistência governamental realizada pelos órgãos ligados ao Ministério da Agricultura, cuidados com a infraestrutura de deslocamento para melhorar o acesso de pessoas e mercadorias, bem como entre os assentamentos até aos mercados e das pessoas às cidades em busca de serviços de saúde, educação e suprimentos, para as famílias. Até os dias atuais tais possibilidades de deslocamento ainda carecem de atendimento, inclusive a circulação das mercadorias em direção aos mercados de consumo, devido à precariedade das estradas e até mesmo inexistência delas. Os assentamentos e os mercados de consumo, no que se refere às condições das estradas, aguardam ações que deveriam ter sido efetuadas há muitas décadas. As distâncias entre as cidades que estariam mais próximas dos assentamentos não são capitais estaduais nem regionais, ou seja não dispõem de um mercado consumidor convidativo aos assentados enfrentarem as dificuldades do trajeto, bem como não se constituem em um mercado capaz de absorver a produção proveniente dos assentamentos.

Por sua vez, os órgãos governamentais da época não observavam a importância do meio ambiente, como o abastecimento de água para o consumo das famílias, criação e lavoura, considerando que esta Região situa-se entre o Trópico de Capricórnio e a Linha do Equador, portanto uma região quente e seca por ter clima tropical continental, situada no centro do País. A água desempenha importante papel no atendimento da produção e à vida dos que vivem no campo. Pode-se dizer que os primeiros assentamentos apenas buscavam diminuir os conflitos sociais pela terra, muito diferente das propostas das políticas governamentais de hoje.

Deve-se considerar ainda o tempo para a criação de um assentamento no que se refere ao aval dado pelo Governo Federal, era necessário uma luta que poderia durar décadas até chegar aos propósitos desejados, como visto no primeiro

capítulo deste trabalho, em que a luta, a perseverança e o destemor impulsionavam as pessoas a atingirem o seu propósito de ideal de conquista da terra, de vida e trabalho, além de suor e lágrimas.

Hoje, os assentamentos estão baseados em políticas claras e determinadas à sua criação e devem priorizar a agricultura familiar para o abastecimento do mercado interno, desempenhando sua função social e cuidando para que os alimentos sejam produzidos de forma sadia e alcancem a mesa dos brasileiros, principalmente dos desafortunados. Eles envolvem a concepção da geração de uma ou mais propriedades agrícolas ou de agropecuária individual ou coletiva, criando a ideia de produtor familiar rural ou de um assentamento voltado para a produção de alimentos destinados ao mercado interno.

Frente a tal conjuntura, houve a necessidade de se trazer um aporte metodológico para a pesquisa que garantisse além do encaminhamento real para se atingir a veracidade da situação e permitisse reconhecer que este assentamento difere profundamente de outros situados na Região Sul do Brasil, em que certas atividades não existem e se existem estão em fase de surgimento, pois obedecem às políticas de produção para o mercado interno sem uso de agrotóxicos e produtos químicos, e de produtos não comerciáveis em grande escala voltados para a exportação, além daqueles destinados a suprir às necessidades de abastecimento interno a população brasileira situada no meio urbano.

O trabalho com um assentamento da Região do Centro Oeste brasileiro permitiu comparações no que se refere ao desenvolvimento da produção, formas de trabalho, assistência, acesso aos centros regionais e à obtenção de prioridades em uma gama de serviços por serem considerados assentados. Frente a isto se conclui que se tratam de políticas de produção e de valorização do ser humano e de seu trabalho que assume distintas formas em distintos assentamentos, pois no sul brasileiro há assistência técnica, mercados próximos, estradas em condições de tráfego, e infraestrutura interna nos assentamentos, além de financiamento para aquisição de materiais. Enquanto em outros (como no Centro Oeste brasileiro) talvez por serem mais antigos, não estão disponíveis estes privilégios.

Diante de tal conjuntura, entende-se que pelo fato de a ciência Geográfica ter como preocupação relevante as relações do homem e seu espaço de vida no que se refere a produção e reprodução da vida e bem estar e da harmonia socioeconômica, não se pode aceitar que as políticas governamentais ao priorizarem o acesso a terra

aos que não a possuem, não apresenta, até o momento, soluções de acesso aos mercados, de saúde e educação de forma a facilitar a vida dos assentados em áreas do Canto Oeste brasileiro, como bem representado na presente pesquisa.

Diante de tal problemática a definição da metodologia utilizada na investigação e os seus procedimentos também tiveram a preocupação em abordar essas diferenciações na determinação dos procedimentos metodológicos para obter as informações capazes de fornecer subsídios às esferas governamentais ao entendimento do tema estudado. Tal contradição permitiu a presença de uma abordagem dialética, com a utilização, em determinados momentos, do materialismo histórico capaz de permitir o confronto e a compreensão no jogo dos interesses de renda e vida no contexto da produção capitalista.

Desse modo, a desconformidade observada no final do capítulo três, marcada pela presença da pluralidade e multifuncionalidade das atividades do assentamento Zumbi dos Palmares, é que assume papel principal entre as atividades produtivas dos assentados que fogem às perspectivas das políticas para os assentamentos produzidos pelos órgãos de Governo atualmente. Estas atividades são únicas e capazes de permitir a presença e a continuidade do assentamento Zumbi dos Palmares, pois sem elas e sem atitudes modificadoras da infraestrutura, dos mercados, da assistência, e dos bens de origem ambiental, como a água, este assentamento e as famílias ali existentes não poderiam permanecer no local, ou seja, decretar-se-ia a extinção de Zumbi dos Palmares.

Por outro lado, destaca-se que estes saltos das e nas atividades como ocorrem atualmente ainda que não tenha uma lógica definida frente às políticas atuais e, não seja uma evolução histórica das atividades agrícolas, ele, o Zumbi dos Palmares se caracteriza por ter encontrado a única forma de sobreviver na terra despida de infraestrutura e assistência que os assentados encontraram e que veem garantindo sua permanência na terra e caracterizando sua luta atual.

O capítulo quatro que trata da análise e interpretação dos resultados não deixa dúvida sobre a importância das atividades pluriativas e multifuncionais na garantia da preservação das famílias assentadas e até revelando a descoberta única e capaz de mantê-los na terra e, portanto, frente a tal situação pode-se dizer que estas atividades permitem o enfrentamento com o sistema mercantilista e a luta na terra.

Por fim, entende-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados por meio dos estudos sobre as atividades pluriativas e multifuncionais existentes, pela caracterização dos sistemas de produção, bem como da determinação do perfil socioeconômico permitindo conhecer a realidade do assentamento em questão, sua forma de vida e de produção e principalmente a presença de relações coletivas de produção e ajuda mútua, revelando a existência de problemas de sobrevivência e que só são ultrapassados pela certeza do apoio da coletividade.



## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciências e Tecnologia**, Brasília, DF, v. 15, n. 1, p. 137-157, jan./abr. 1998.
- ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. Planeta sustentável, São Paulo, 2012.
- ALLES, J. M. **Políticas Públicas, conselhos municipais e agricultura familiar: representações sobre o rural em Roca Sales/RS e a emergência da noção de multifuncionalidade da agricultura**. (Dissertação de mestrado). Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2005. 162p.
- ALVES, F. D. **Trajectoria teórico-metodológica da geografia agrária brasileira: a produção em periódicos científicos de 1939 – 2009**. TESE (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Rio Claro Instituto de Geociências e Ciências Exatas Programa de Pós- Graduação em Geografia. 2010.
- ANJOS, F. S. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 17. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2001.p. 55-77.
- BERGAMARCO, S.; PAMARD, C. B.; CHONCHOL, M. E. **Por um Atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa**. Rio de Janeiro: DL Brasil, 1997.
- BONNAL, P.; MALUF, R. S. **Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil**. I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável. Florianópolis: UFSC. 2007, 27p.
- BRENNER, N. The Urban Question as a Scale Question: Reflections on Henri Lefebvre, Urban Theory and the Politics of Scale. **International Journal of Urban and Regional Research**. v. 24. June 2002.
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. **Uma análise estadual: Sul, Sudeste e Centro-Oeste**. EMBRAPA Meio Ambiente: Jaguariúna-SP, 2000.
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. **Uma análise nacional e regional**. EMBRAPA Meio Ambiente: Jaguariúna-SP, 2000.
- CARDOSO, J. H.; FLEXOR, G.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura em áreas de assentamentos rurais: o caso de Abelardo Luz (SC). In: CARNEIRO, M. J. E.; MALUF, R. S. (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 60-74.
- CARMO, R. B. A. **A Questão Agrária e o Perfil da Agricultura Brasileira**. 1999. Disponível em: <http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/pub/sober>. Acesso em 25 de janeiro de 2013.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. P.230.

CARNEIRO, M. J. **Pluriatividade no Campo: o caso francês**. RBCS/Anpocs, n. 32, ano 11, out., 1996.

CAZELLA, A. A. & MATTEI, L. **Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias rurais: complementaridades e distinções conceituais**. Florianópolis, 2003 (mimeo).

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Orgs.) **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, NEAD, IICA, 2009. 301p.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 (1925).

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: brasiliense, 1981, 185 p.

CIRANDAS. Associação Dando as Mãos. S.D. Disponível em: <<http://cirandas.net/dandoasmaos/quem-somos>>. Acesso em: 14/11/2014.

FARIAS, M. F. L. O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Orgs.). **Reforma Agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: MDA/NEAD, 2008. p. 151-172.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P. A maioria dos assentamentos rurais em São Paulo: impasses do presente, dilemas do futuro. In: FERRANTE, V. L. S. B.; ALY JUNIOR, O. (Orgs.). **Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. Araraquara: UNIARA/INCRA/ABRA. 2005,. p. 37-71.

FERREIRA, A. D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociais e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 18. 2002, p. 28-46.

FERREIRA, D. A. O. **Mundo rural e geografia. Geografia agraria no Brasil: 1930-1990**. Editora UNESP: São Paulo, 2002.

FULLER, A. M. From part-time farming to pluriativity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, v. 6, n. 4, p. 361-373, Londres, 1990.

FULLER, A. M. **Part-time farming: the enigmas and the realities**. In: H. Schwarzweller, Research in rural sociology and development, Connecticut, Jai Press. 1984.

GAVIOLI, F. R. **as múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre-Araraquara/SP**. 2010. 177p. (Dissertação de mestrado). São Paulo: PPGADR/UFSCar, 2010.

GEDIEL, A. L. B.; FROEHLICH, J. M. **Multifuncionalidade**: o rural como espaço terapêutico. Disponível em: <http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/agroecologia%202004%201.pdf>. Acesso em: 24 de janeiro de 2013.

GIL, A. C. **Administração de recursos humanos**: um enfoque profissional. Atlas. São Paulo, 1994.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAZIANO DA SILVA. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UICAMP, 1996.

GUANZIROLI, C. E. et al. **Agricultura Familiar e reforma agrária no século XXI**. Garamond: Rio de Janeiro, 2001.

HEREIDA, B.; MEDEIROS, L. M.; CINTRÃO, R.; LEITE, S. P. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 18. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, 2002. P.73-112.

JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, v. 6, 1994.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Portugal, Proposta Editorial.1980.

KAYSER, B. **La renaissance rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental**. 1990.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar**: comparação internacional. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fevereiro 2006.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 16.

LEFEBVRE, H. **O Marxismo**. São Paulo, Difel, 1979.

LEITE, S. P.; AVILA, R. V. **Um futuro para o campo**: reforma agrária e desenvolvimento social. Rio de Janeiro: Vieira e Lent. 2007. p. 176.

LEPSCH, I. F. **19 lições de pedologia**. São Paulo: Oficina de textos, 2011.

LEPSCH, I. F. **Formação e conservação dos solos**. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

MAITELLI, G. T. Hidrografia. In: MORENO, G. & HIGA, T. C. S. **Geografia de Mato Grosso**. Cuiabá, Entrelinhas. 2005.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S.(Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro, MAUAD, 2003.

MALUF, R. S. Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento econômico. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 53-86, 2000.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARDESEN, T. Towards the Political Economy of Pluriactivity. **Journal of Rural Studies**, v. 6. n. 4. p. 375-387. 1990.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Cortez, 1987, 271 p.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Histoire des agricultures du monde**. Paris, Seuil, 1997.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/CPDA, 1999.

MENEGAT, A. S. A questão agrária brasileira. **Revista jurídica UNIGRAN**. Dourados: UNIGRAN, v. 4, n. 8, jul./dez. 2002, p. 117-136.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 80.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIOR, L. C. Desenvolvimento rural: a contribuição da abordagem das redes sociais e sociotécnicas. In: SCHNEIDER, S. (Org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 268-293.

MUNTON, R. & MARSDEN, T. Dualism or diversity in family farming? Patterns of occupancy changes in British agriculture. Londres: **Geoforum**, v. 22, n. 1, p. 105-117, 1991.

OLIVEIRA, I. L.; ASSUNÇÃO, H. H. T.; BARBOSA, R. C.; STURZA, J. A. I. A agricultura familiar e estratégias de reprodução social nos assentamentos rurais de mato grosso: caso do assentamento Fazenda Esperança em Rondonópolis – Mato Grosso. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. **Anais**. 2012. p. 01-19.

OLIVEIRA, I. L.; STURZA, J. A. I. Assentamentos rurais: um estudo da multifuncionalidade no assentamento Zumbi dos Palmares, Dom Aquino-MT. In: VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária, **Anais**. João Pessoa, 2013.

- PEDUZZI, P. **Produção da mandioca gera 10 milhões de empregos diretos e indiretos**. 2009. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2009-0301/producao-da-mandioca-gera-10-milhoes-de-empregos-diretos-e-indiretos>>. Acesso em: 05/11/2014.
- PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.
- PLOEG, J. D. V. der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- QUEIROZ, D. T.; VALL, J.; SOUZA, A. M. A. et al. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista Enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 276-83, abr./jun. 2007.
- RABAIOLLI, J. A. **propriedades familiares multifuncionais no meio rural nos distritos arroio grande e São Valentim - Santa Maria/RS**. (Dissertação de mestrado). Santa Maria: PPGGEO/UFSM, 2013. 119p.
- ROCHA, E. P. Q.; BARROS, C.; PEREIRA, C. **Perspectivas do método Etnográfico em marketing: consumo, comunicação e netografia**. 2005. Disponível em: <[anpad.org.br/enanpad/2005/dwn/enanpad2005-mkta-2861.pdf](http://anpad.org.br/enanpad/2005/dwn/enanpad2005-mkta-2861.pdf)>. Acesso em 22 de fevereiro de 2013.
- ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume. FAPESP. 1998.
- SCHIAVO, J. A.; MIRANDA, M.; FONTANA, A. et al. Caracterização e classificação de solos desenvolvidos de arenitos da formação Aquidauana-MS. **Revista brasileira de Ciência do solo**. v. 34, p. 881-889, 2010.
- SCHNEIDER, S. **A contribuição da pluriatividade para as políticas públicas de desenvolvimento rural: um olhar a partir do Brasil**. In: ARCE, Alberto. (forthcoming), Ed. Flacso, 2007.
- SCHNEIDER, S. **A diversidade de agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-56.
- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.
- SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Programa de vitalização da mandioca**. Salvador: Sebrae – BA , 2003.
- SILVA, J. G.; CAMPANHOLA, C. **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. v. 1. EMBRAPA. Jaguariúna, São Paulo, 2000.
- SORRE, M. La nation de genre de vie et son évolution. In: **les fondements de la géographie humaine**. Paris, A. Colin, 1952. t. III, cap. I.
- SPAROVEK, G. **Análise territorial da produção nos assentamentos**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2005.

STURZA, J. A. I. **Lugar e não-lugar em Rondonópolis - MT: um estudo de cognição ambiental.** 2005. 163 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2005.

SUZUKI, J. C. Geografia agrária: gênese e diversidade. In: MARAFON, **Abordagem teórico metodológico em Geografia Agrária.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

TARIFA, J. R. **Mato Grosso: clima, análise e representação cartográfica.** Cuiaba: Entrelinhas, 2011.

TOLEDO, L. G. **Uma análise geoambiental, do uso do solo e da vulnerabilidade na bacia Hidrográfica do Ribeirão Barroso, no município de Dom Aquino-MT.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Geografia, Pós-graduação em Geografia, Área de Concentração: Ambiente e desenvolvimento Regional, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VALVERDE. O. **Geografia agrária do Brasil.** Rio de Janeiro. INEP, 1964. Vol.1

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas: Autores Associados, 2002.

VEIGA, J. E. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados.** São Paulo, SP Brasil, v. 18, n. 51, p. 51-67, 2004.

VEIGA, J. E. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Brasília: Convênio CNDRS, MDA, NEAD, 2ª reimpressão. Texto para Discussão nº01, 2001.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: guia prático DRP.** Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura familiar, 2007.

WANDERLEY, M. N. B. (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas.** Porto Alegre: Ed. da Universidade do Rio Grande do Sul, 1999. Disponível em: <<http://cirandas.net/dandoasmaos>>. Acesso em 09 de dezembro de 2013.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas. **Estudos, Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro, n.15, out. 2000.

WANDERLEY, M. N. B. Olhares sobre o “rural” brasileiro. Campina Grande, **Revista Raízes,** v. 23, n. 1 e 2, jan./dez. 2004.

## APÊNDICE



**APÊNDICE A – FORMULÁRIO APLICADO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES - DOM AQUINO, MT.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**Mestranda: Iolanda Lopes de Oliveira**

**Orientadora: Prof. Dr. Vera Maria Favila Miorin**

**Formulário aplicado no Assentamento Zumbi dos Palmares- Dom Aquino, MT.**

**I - DADOS GERAIS:**

- N. S.: \_\_\_\_\_

- Número do Lote: \_\_\_\_\_ - Número de Pessoas: M: \_\_\_\_\_ H: \_\_\_\_\_

- Idade das pessoas: \_\_\_\_\_

- Escolaridade: (discriminar segundo cada pessoa)

1ª a 4ª série ( ) completo ( ) cursando ( ) incompleto

5ª a 8ª série ( ) completo ( ) cursando ( ) incompleto

Ensino médio ( ) completo ( ) cursando ( ) Incompleto

Ensino superior ( ) completo ( ) cursando ( ) Incompleto

( ) Analfabeto ( ) Outros: \_\_\_\_\_

- Nº. de Pessoas na escola: \_\_\_\_\_

- Cidade e Estado de Nascimento: \_\_\_\_\_

- Tempo de moradia: \_\_\_\_\_

- 1º Proprietário: ( ) SIM ( ) NÃO

- Religião: ( ) Católico ( ) Evangélico ( ) Religião não definida

- Atividade desenvolvida antes do assentamento: \_\_\_\_\_

**II - MEIO SÓCIO –ECONÔMICO:**

**Infraestrutura:**

Casa:

- Área construída: \_\_\_\_\_ Tem interesse de ampliar a área: ( ) SIM ( ) NÃO

- Tipo de construção: \_\_\_\_\_ Fossa séptica: ( ) SIM ( ) NÃO \_\_\_\_\_

- Banheiro: ( ) SIM ( ) NÃO                      -Curral: ( ) SIM ( ) NÃO  
 - Galpão: ( ) SIM ( ) NÃO  
 - Geladeira: ( ) SIM ( ) NÃO                      -Fogão: ( ) SIM ( ) NÃO  
 - TV: ( ) SIM ( ) NÃO  
 - Carro: ( ) SIM ( ) NÃO                      -Moto: ( ) SIM ( ) NÃO  
 - Outro meio de transporte: \_\_\_\_\_

- Água ( ) Própria ( ) Coletiva

( ) Poço ou Cisterna ( ) Rio ou Córrego ( ) Nascentes

Já houve uma análise laboratorial da água que consomem: ( )sim ( ) não

É feito algum tipo de tratamento da água em casa: ( )sim ( ) não

Qual? \_\_\_\_\_

Ela é de boa qualidade: ( )sim ( ) não

### III - PRODUÇÃO E RENDA: Agricultura

- Cultivos: Área:

( ) Mandioca \_\_\_\_ha ( ) Milho \_\_\_\_ha ( ) banana \_\_\_\_\_ ( ) cana-de açúcar \_\_\_\_ha

Outros: \_\_\_\_\_

- Pastagens: ( ) SIM ( ) NÃO ÁREA: \_\_\_\_\_ha Espécies: \_\_\_\_\_

- Pomar: ( ) SIM ( ) NÃO

cultivos: \_\_\_\_\_

- Horta: ( ) SIM ( ) NÃO

cultivos: \_\_\_\_\_

#### - Pecuária:

- Gado ( ) Leite Nr. De cabeças:\_\_\_\_\_ ( ) Corte Nr. De cabeças: \_\_\_\_\_

- Peixes: ( ) Sim ( ) Não Espécies\_\_\_\_\_ Kg: \_\_\_\_\_

- Ovinos: ( ) Sim ( ) Não Cabeças \_\_\_\_\_

- Suínos: ( ) Sim ( ) Não Cabeças \_\_\_\_\_

- Equinos: ( ) Sim ( ) Não Cabeças \_\_\_\_\_

- Aves: ( ) Sim ( ) Não Cabeças \_\_\_\_\_

- Outros: \_\_\_\_\_

#### Renda:

Qual o valor mensal da renda agrícola/pecuária?

( ) até 1 s.m ( ) 1 a 2 s.m ( ) 2 a 3 s.m ( ) + de 3 s.m

Recebe auxílio do governo?

( ) Aposentadoria e/ou pensão ( ) Bolsa família ( ) Outros

Valor da renda não agrícola oriunda de trabalho fora da agricultura/pecuária?

( ) até 1 s.m ( ) 1 a 2 s.m ( ) 2 a 3 s.m ( ) + de 3 s.m

Qual o valor da renda total? \_\_\_\_\_

Pertence a alguma associação/cooperativa: ( ) Sim ( ) Não

Nome da associação/cooperativa: \_\_\_\_\_

Ocupação dos membros da Família:

( ) agrícola ( ) serviços domésticos ( ) construção civil

( ) Indústria ( ) comércio ( ) aposentado

( ) serviço público ( ) desempregado

Numero de pessoas na família que trabalham na propriedade: \_\_\_\_\_

Contrata mão-de-obra assalariada: ( ) sim ( ) não

A mão de obra contratada: ( ) permanente ( ) temporária

Recebe assistência técnica: ( ) sim ( ) não

Órgão responsável pela assistência: \_\_\_\_\_

Possui financiamentos atualmente: \_\_\_\_\_

Como considera as linhas de financiamentos para a agricultura familiar:

( ) ótimo ( ) bom ( ) ruim ( ) péssimo

Realizou algum investimento no estabelecimento a partir de 1990 ( ) sim ( ) não

Em caso afirmativo qual investimento: \_\_\_\_\_

Algum membro da família realiza atividade complementar a agricultura: ( ) sim ( ) não

Em caso afirmativo qual atividade: \_\_\_\_\_

Motivos que levaram a buscar atividades fora da agricultura:

( ) motivos financeiros ( ) garantia de renda

( ) penosidade do trabalho agrícola ( ) outros.

Origem da entrada de recursos em salários mínimos por mês ( o salario mínimo equivalia a R\$724,00 no período que foi realizado a pesquisa de campo)

Atividade Agrícola: \_\_\_\_\_

Rendas não agrícolas: \_\_\_\_\_

Aposentadorias: \_\_\_\_\_

Outras entradas( aluguéis, outros): \_\_\_\_\_

Destino das receitas agrícolas

- subsistência     investimentos na propriedade  
 despesas alimentação, medicamentos, luz.     poupança     outros

O que ganha é suficiente para atender as necessidades da família:  sim     não

Porque?

Principal ponto de comercio da produção:

- feiras     mercado     propriedade     programas do governo  
 outros

Enfrenta alguma dificuldade para comercializar a produção:  sim     não

Em caso afirmativo qual dificuldade?: \_\_\_\_\_

Maiores problemas enfrentados pela agricultura:

- baixos rendimentos     dificuldade para vender a produção     falta de apoio do governo  
 tamanho do estabelecimento

Seus filhos tem a possibilidade de continuarem trabalhando na propriedade:

- sim     não

Se tivesse condições financeiras gostaria de desenvolver outras atividades na propriedade ou fora dela:

- sim     não

Em caso afirmativo qual? \_\_\_\_\_

### **Segurança alimentar:**

- Para alimentação compra: Verduras  sim  não    frutas  sim  não
- Todos os moradores têm acesso a uma alimentação saudável e variada:  sim todos  sim alguns  não
- Já comeram apenas alguns alimentos que ainda restavam por que não tinham outra opção:  sim  não  algumas vezes.
- Os alimentos já acabaram antes que tivessem condições para adquirir mais:  sim  não  algumas vezes
- Alguma vez diminuiu a quantidade de alimentos nas refeições ou deixou de fazer alguma refeição por que não havia o suficiente:  sim  não  algumas vezes

Recebeu ajuda em alimentos de alguma instituição, do emprego ou de pessoa não moradora deste domicílio:  sim     sim, uma vez  não

Existe água suficiente para: CONSUMO :  sim  não

ANIMAIS:  sim  não                      AGRICULTURA:  sim  não

**IV - ASPECTOS AMBIENTAIS:**

Solo:Características \_\_\_\_\_

- Desmatamento: ( ) SIM ( ) NÃO

-Voçorocas: ( ) SIM ( ) NÃO

- Destino de resíduos sólidos: \_\_\_\_\_

- Uso do fogo: ( ) SIM ( ) NÃO

-Reserva Legal /Lote: ( ) SIM ( ) NÃO

- Nascentes /Córregos /Olho d'água ( ) SIM ( ) NÃO Situação: ( ) PRESERVADA ( ) DEGRADADA

- Espécies vegetais nativas na propriedade: \_\_\_\_\_

No assentamento: \_\_\_\_\_

- Espécies plantadas: \_\_\_\_\_

- Depósito de lixo: \_\_\_\_\_

**Técnicas de cultivo:**

- Adubação ( ) SIM ( ) NÃO ( ) Orgânica ( ) Química

- Terraceamento: ( ) SIM ( ) NÃO

- Calagem: ( ) SIM ( ) NÃO

- Uso de agrotóxicos: ( ) Herbicidas ( ) Inseticidas ( ) Carrapaticida Litros/ano \_\_\_\_\_

- Manejo Orgânico: ( ) SIM ( ) NÃO

- Tração animal: ( ) SIM ( ) NÃO Mecânica: ( ) SIM ( ) NÃO

- Tipo de plantio: ( ) Convencional ( ) Plantio direto ( ) derruba e queima ( ) Capina

- Tipos de implementos agrícolas: \_\_\_\_\_

**Educação:**

- Creche: ( ) SIM ( ) NÃO

- Escola:( ) SIM ( ) NÃO Tipo de escola: \_\_\_\_\_

- Transporte escolar: ( ) SIM ( ) NÃO

- Merenda escolar ( ) SIM ( ) NÃO

- Nível de ensino: \_\_\_\_\_

- Nº de professores: \_\_\_\_\_

**Saúde:**

- PSF: ( ) SIM ( ) NÃO

- Atendimento médico: ( ) SIM ( ) NÃO

- Local de atendimento: \_\_\_\_\_ Frequência: \_\_\_\_\_

- Nº De atendentes (agentes de saúde): \_\_\_\_\_

- 4 problemas de saúdes + comuns: \_\_\_\_\_

- Remédios caseiros:( ) SIM ( ) NÃO Quais: \_\_\_\_\_

- Casos de emergência: Local: \_\_\_\_\_ Transporte: \_\_\_\_\_

**Lazer:**

- Meios de lazer: \_\_\_\_\_

- Festas populares: ( ) SIM ( ) NÃO Quais: \_\_\_\_\_

- Centro Comunitário: ( ) SIM ( ) NÃO

**Agroindústria**

Qual o numero de associados? \_\_\_\_\_

Que produto é beneficiado? \_\_\_\_\_

Onde este produto é comercializado? \_\_\_\_\_

Como é o processo de produção e beneficiamento? \_\_\_\_\_

---

---

---

Como se distribui a mão de obra? \_\_\_\_\_

---

---

---

Como você avalia papel da pluriatividade no processo de reprodução social enquanto agricultor?

---

---

---

Comente sobre alguns saberes tradicionais em relação ao cuidado com a terra e com as pessoas (medicamentos), que você ainda preserva. \_\_\_\_\_

---

---

---

O quão você considera importante manter uma agricultura de base multifuncional? \_\_\_\_\_

---

---

---